

JUVENTUDES NO BRASIL

ANO
XVI
2015

1

Cadernos Adenauer

JUVENTUDES NO BRASIL

EDITOR RESPONSÁVEL

Felix Dane

CONSELHO EDITORIAL

Estevão de Rezende Martins

Fátima Anastasia

Humberto Dantas

José Álvaro Moisés

José Mario Brasiliense Carneiro

Lúcia Avelar

Silvana Krause

ORGANIZAÇÃO

Humberto Dantas

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Reinaldo J. Themoteo

REVISÃO

Reinaldo J. Themoteo

CAPA, PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Cacau Mendes

IMPRESSÃO

Stamppa

ISSN 1519-0951

Cadernos Adenauer XVI (2015), nº1

Juventudes no Brasil

Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, julho 2015.

ISBN 978-85-7504-192-5

*As opiniões externadas nesta publicação são
de exclusiva responsabilidade de seus autores.*

Todos os direitos desta edição reservados à

FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER

Representação no Brasil: Rua Guilhermina Guinle, 163 · Botafogo

Rio de Janeiro · RJ · 22270-060

Tel.: 0055-21-2220-5441 · Telefax: 0055-21-2220-5448

adenauer-brasil@kas.de · www.kas.de/brasil

Impresso no Brasil

Sumário

- 7 Apresentação
- 13 Ser jovem no Brasil hoje: políticas e perfis da juventude brasileira
MIRIAM ABRAMOVAY
MARY GARCIA CASTRO
- 27 Ações Afirmativas e juventude negra no Brasil
MÁRCIA LIMA
- 45 Lugar de jovem é na universidade! Políticas públicas de educação e a ampliação do acesso ao ensino superior brasileiro.
CARLA REGINA MOTA ALONSO DIÉGUEZ
- 65 Como a juventude se relaciona com a democracia: compreensões com base em pesquisas
HUMBERTO DANTAS
RODRIGO ESTRAMANHO DE ALMEIDA
- 83 Cultura pop e Juventude
EMANUEL BOMFIM
MARIANNA PERCINIO
- 101 Sonhos da juventude brasileira: a política além do voto
BEATRIZ PEDREIRA
- 121 Juventudes e sexualidade. Brasil, 2000-2015
MARY GARCIA CASTRO
- 141 Juventude, trabalho e cultura periférica: a experiência da Agência Popular de Cultura Solano Trindade
MARTA DE AGUIAR BERGAMIN

Apresentação

■ Nos últimas décadas o Brasil tem enfrentado diferentes desafios no campo das políticas públicas que estão absolutamente relacionados à tentativa de aprimoramento e consolidação de princípios elementares da Cidadania. A pessoa com deficiência, o idoso, a mulher, o indígena, a criança, o adolescente e tantos outros grupos têm merecido atenção específica delimitada por ações das mais diversas naturezas. Falamos aqui do reconhecimento de características específicas da sociedade que nos levou ao desenvolvimento de ações governamentais e/ou estatais.

Ao longo dos anos 70 e 80, principalmente, mudamos a forma de enxergarmos os direitos das crianças e dos adolescentes, e na esteira desse desenvolvimento nos deparamos com questões associadas às etapas etárias seguintes. Assim, um dos mais relevantes esforços, a despeito da eficiência e eficácia das ações, tem se dirigido à juventude. O país, a exemplo de boa parcela do mundo, sobretudo aquele dito desenvolvido, ou ainda ‘em desenvolvimento’, passou a reservar assim atenção especial aos jovens. A delimitação deste ‘tempo’ na vida de parcelas da sociedade veio com as transformações atuais do mundo. O tempo de formação se estendeu, a sociedade passou a garantir direitos mais amplos, a faixa etária dos 15 aos 24 anos, e posteriormente até os 29 anos, passou a conservar características próprias que chamaram a atenção daqueles que pensam os direitos, as formas de viver, os valores, os espaços compartilhados e toda uma somatória de reflexões que levaram ao pensar político e público desse segmento específico da sociedade. Mas o desafio, para além de singularizar esse período que passou a ser tratado por Juventude é também pluralizá-lo a ponto de reconhecermos que não é possível falar em uma juventude, mas em muitas delas. E em múltiplos sentidos e olhares.

Assim, com base nessa conceituação inicial, ampla e ainda sedenta por significados e compreensões, a Revista Cadernos Adenauer tem em mais um número

temático o objetivo de debater e buscar compreender as dimensões, os desafios e os sentidos da juventude brasileira. Não se trata de um volume para encerrar e delimitar de forma absoluta a temática, pelo contrário. Trata-se de mais um esforço plural capaz de reunir quem vive ou estuda a juventude em ensaios cujos objetivos, mais ou menos próximos entre si, contribuem para o adensamento de um debate significativamente relevante para qualquer sociedade que pretende se planejar e compreender. Os textos estão divididos em capítulos que serão minimamente resumidos aqui, e que nos sugerem adentrar em questões relacionadas: à educação, e nesse caso, sobretudo na superior em razão da idade; na saúde, principalmente no combate às drogas; na relação com a política; na cultura; no emprego; na segurança e combate à violência etc. Pesquisas realizadas ao longo das últimas décadas no Brasil mostram esforços igualmente relevantes na busca por compreendermos o que de fato pensam, vivem, demandam e sentem as nossas juventudes.

Levantamento da Secretaria Nacional de Juventude, órgão oficial do Governo Federal brasileiro, realizada em 2013 mostrava um quadro quantitativo desse universo estimado em mais de um quarto da sociedade brasileira, ou seja: temos 51,3 milhões de jovens entre 15 e 29 anos vivendo no país. O levantamento ouviu mais de três mil deles em diferentes locais e realidades entre abril e maio daquele ano¹. Em linhas gerais, para introduzirmos esse volume, vale utilizar a pesquisa como base e notar:

- Divisão absoluta de gênero (50% para cada um dos dois);
- Vida urbana (85%);
- Quase metade com idade entre 18 e 24 anos (47%);
- Predomínio de pardos (45%) e brancos (34%);
- Um total de 80% de cristãos, com 56% católicos e outros 27% de evangélicos, mas 15% descrentes de figuras e representações divinas;
- Mais de 40% afirmam frequentar parques e praças (61%), festas em casas de amigos (55%), cerimônias religiosas (54%), bares com amigos (41%) e shoppings (40%);
- Mais da metade (51%) perderam parentes, sendo que quase metade destes foi assassinada, e 18% afirmam ter perdido amigos (18%) por causas externas (violentas);

1 As principais características da amostra e os resultados gerais da pesquisa podem ser obtidos no endereço: <http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/participacao/pesquisa%20perfil%20da%20juventude%20snj.pdf> acesso em 26 de abril de 2015, às 20h00.

- Dois terços são solteiros e 61% moram com os pais (ou com um deles);
- Mais da metade tem ensino médio completo (38%) ou ingresso/término do ensino superior (13%);
- Um terço estava sem estudar no momento da pesquisa;
- Mais da metade (53%) estavam inseridos no mercado de trabalho, e nesse caso com mais de 80% destes trabalhando mais de 24 horas por semana.

Destaque, na combinação desses últimos três itens, para a associação entre ‘não estudantes’ e ‘não trabalhadores’ (11%) que fariam parte do que se convencionou chamar de nem-nem: nem trabalha e nem estuda, grupo que tem chamado a atenção de especialistas no assunto.

Em termos socioeconômicos metade dos jovens vive no que se costuma chamar de extratos médios de renda familiar, com outros 28% do total sob a denominação de extratos baixos, ou seja: vulneráveis, pobres ou extremamente pobres. Nesse caso, em especial, chama a atenção o ritmo de ascensão social notado até o instante da pesquisa. Enquanto 14% estão inseridos atualmente no que o levantamento considerou ‘pobre’ com base em auto definição, esta mesma condição socioeconômica na infância atingia 31%. Isso representa dizer que nos últimos anos houve expressiva mobilidade, com 36% de ascensão e apenas 8% de piora de acordo com as percepções individuais.

No que diz respeito às preocupações que envolvem políticas públicas os jovens destacaram, quando citada a maior de todas as apreensões: segurança (24%), emprego (19%), educação (9%), crise financeira (9%), drogas (8%), família (8%) e saúde (7%)². Muitos desses pontos interagem entre si e se convertem nas políticas de juventude que temos visto crescer no país nos últimos anos. A questão é compreender como os governantes têm enfrentado esse desafio. Na União, bem como em muitos estados e municípios é possível notar a existência de estruturas burocráticas específicas na máquina pública para o desenvolvimento de ações. Em linhas gerais tratam-se de secretarias de juventude, muitas delas combinadas a outras temáticas e efetivamente preocupadas com as questões acima descritas, que têm caráter absolutamente transversal. Outras, no entanto, ainda pautadas

2 Quando indagados sobre o que mais lhes preocupa no país como um todo a corrupção, a desigualdade socioeconômica e o poder dos traficantes de drogas foram os itens mais citados com o aspecto mais relevante. Como aspectos mais positivos: possibilidade de estudo, liberdade de expressão (lembrando que a pesquisa foi realizada pouco antes do adensamento, em junho, dos manifestos de 2013), estabilidade econômica e ter democracia.

exclusivamente em ações de lazer, cultura e esporte, que por mais relevantes que sejam não parecem ir de encontro ao que efetivamente os jovens demandam.

Com relação à política, 54% dos jovens entrevistados a entendem como muito importante, enquanto 16% a consideram nada importante. Apesar da supremacia de tal relevância, preocupa nesse cenário o fato de 38% afirmarem não gostar e não se envolver com política, e 19% do total entender que ela deve ficar restrita a pessoas que têm ‘mais competência’. Nesse sentido, apesar desse cenário, mais de 80% têm o título de eleitor, sendo que metade deles disse ter obtido o documento com 16 anos. A participação política, para além do voto, é vista como importante para mudar o Brasil. As formas mais consagradas são: a atuação em coletivos e associações que lutam por determinada causa (26%) e a participação em mobilizações de rua (20%). O problema, nesse caso, é que 54% dos jovens nunca participaram ‘de nada’ e nesse grupo temos 15% de um novo tipo de nem-nem: nem participou e nem gostaria de participar.

Por fim, com relação ao reconhecimento dos governos sobre as causas da juventude, é possível notar que para a maioria dos entrevistados (53%), os políticos conhecem as necessidades dos jovens, mas nada fazem a respeito. Para além do radicalismo da resposta (associado ao ‘nada fazem’) é importante salientar que esta é a sensação da juventude, algo a ser considerado em um ambiente plural de demandas amplas e características diversas. Ainda no campo das percepções, 56% dos jovens afirmam não conhecer programas governamentais específicos voltados para seu universo, o que mostra que para além da crítica parecem faltar informações. Nos últimos anos, por exemplo, áreas como a educação, sobretudo no que diz respeito ao acesso à educação superior e ao ensino técnico; o trabalho, sobretudo no que diz respeito a programas como aquele ligado aos jovens aprendizes; a saúde, com campanhas de prevenção a doenças sexualmente transmissíveis e o combate às drogas etc. têm se voltado para os jovens. O que falta para que esse percentual diminua? Como vencer o desafio do reconhecimento desse público às ações políticas e, sobretudo, como atingir a legitimidade associada a um Estado presente na consolidação de direitos conquistados, aperfeiçoados e ampliados?

Com base nos diversos pontos de interrogação surgidos ao longo dessa apresentação, o intuito maior desse número da revista *Cadernos Adenauer* é compreender em que medida parte dessas respostas podem ser alcançadas. Para tanto, dividimos esse volume em oito estudos, os quais serão apresentados a seguir.

Miriam Abramovai e Mary Garcia Castro traçam um retrato da juventude do Brasil atual. Para ressaltar a feição multifacetada da juventude atual, as autoras lançam mão do conceito no plural, “juventudes”, de modo a clarificá-lo enquanto

construção social. São analisados aspectos populacionais, o impacto da violência na juventude, as políticas públicas de juventude e os principais desafios a enfrentar na conquista de direitos e políticas que contribuam para que os jovens possam desenvolver suas potencialidades.

O tema do capítulo da autoria de Márcia Lima são as Ações Afirmativas. São investigados os indicadores de escolarização em nível médio e superior, explicitando as desigualdades raciais no acesso, além de considerar tanto as instituições de ensino superior públicas quanto as instituições privadas, e os programas governamentais pertinentes. Neste contexto a política de cotas raciais é analisada, tomando em consideração também os aspectos legais envolvidos e seus impactos no acesso ao ensino superior.

Carla Diéguez apresenta um panorama das políticas públicas de educação no Brasil nas últimas duas décadas, no âmbito do acesso ao ensino superior. Apresentando dados que remontam aos governos de Fernando Henrique Cardoso e caminham até o presente, a autora elabora um quadro da ampliação do acesso dos jovens às universidades brasileiras, públicas e privadas.

O artigo de Humberto Dantas e Rodrigo Estramanzo lança um olhar sobre a democracia e instituições públicas a partir da perspectiva dos jovens de São Paulo. Este capítulo está estruturado em duas seções: a primeira contém uma análise dos resultados da pesquisa “O jovem e a política na cidade de São Paulo.” Na segunda parte são analisados os resultados da avaliação de dez cursos de iniciação política realizados pela Fundação Konrad Adenauer em 2014, os quais tiveram por público-alvo jovens alunos da rede pública de ensino. Por meio de um estudo da pesquisa e do resultado das avaliações dos cursos realizados os autores investigam a importância da educação política na formação dos jovens.

Emanuel Bomfim e Marianna Percinio discutem sobre cultura pop e juventude, refletindo inicialmente sobre a origem da noção de juventude conforme a entendemos nos dias atuais, e também sobre o modo como o rock’n’roll projetou a cultura pop no mundo ocidental. Em seguida os autores analisam a cultura pop brasileira a partir do festival Rock in Rio, tanto a partir de uma perspectiva especificamente musical quanto do contexto sociopolítico em que sua primeira edição foi realizada. O capítulo é concluído com uma entrevista com Roberto Medina, criador do evento.

Beatriz Pedreira mostra os resultados da pesquisa “Sonho Brasileiro da Política”, realizada em 2014 com jovens de todos os estados brasileiros. Este estudo contém dados que auxiliam a entender como os protestos de junho de 2013 impactaram a juventude brasileira. Os resultados da pesquisa também expõem

um panorama sobre o engajamento político dos jovens em vários níveis, e serem como elemento relevante na análise sobre a ação dos chamados hackers da política.

No artigo *Juventudes e sexualidade no Brasil. 2000-2015* Mary Garcia Castro examina diversas facetas da sexualidade da juventude brasileira, abrangendo fatores culturais e socioeconômicos. São expostos diversos indicadores e consideradas questões como DST's, uso de métodos contraceptivos, gravidez na adolescência, entre outros.

O capítulo de autoria de Marta de Aguiar Bergamin mostra as relações entre trabalho, juventude e cultura periférica. Aspectos fundamentais acerca da experiência dos jovens em relação ao mundo do trabalho são expostos, lançando mão de dados que trazem cortes de raça e gênero, explicitando as lutas da juventude no acesso ao trabalho. Em seguida é apresentada a experiência da Agência Popular de Cultura Solano Trindade, e sua trajetória de fomentar iniciativas na área de produção cultural, contando com diversos projetos em São Paulo, vários deles realizados com instituições parceiras.

Esperamos que esta publicação contribua nas discussões sobre a juventude brasileira, bem como na compreensão dos desafios a vencer no desenvolvimento e consolidação, tanto de políticas públicas quanto das demais iniciativas da sociedade civil que objetivem o desenvolvimento das potencialidades dos jovens.

HUMBERTO DANTAS
REINALDO J. THEMOTEO

Ser jovem no Brasil hoje: políticas e perfis da juventude brasileira

MIRIAM ABRAMOVAY
MARY GARCIA CASTRO

■ Juventude é um conceito, segundo Margullis y Urresti (1996¹), esquivo. É uma construção histórica e social e não meramente uma condição etária, parte de um determinado ciclo de vida. Cada época e cada cultura postulam diferentes maneiras de ser jovem, sobredeterminadas por dentro de situações sociais e culturais específicas.

À definição, de caráter biopsicológico, devem se agregar outras dimensões de análise que ressaltem a heterogeneidade presente na vivência da juventude de acordo com variados contextos e circunstâncias. Isso equivale a dizer que as experiências, representações e significados que definem a juventude não são únicos e, portanto, “nem todas as pessoas de uma mesma idade percorrem esse período vital da mesma forma, nem atingem tal meta ao mesmo tempo” (UNESCO, 2004).

No ano de 1985, a Assembleia Geral das Nações Unidas apresentou uma definição na qual o jovem seria o indivíduo que pertence ao grupo populacional localizado entre 15 e 24 anos. Essa identificação, no entanto, admite certa flexibilidade, estendendo a faixa etária definida tanto na direção da idade mínima como no sentido de ampliar os limites pré-estabelecidos. Dessa forma, por exemplo, a idade pode ser deslocada para incluir o grupo de 10 a 14 anos, incluindo também referência a áreas rurais e de extrema pobreza. No Brasil, vem considerando para

1 MARGULIS. M. Y URRESTI M (Org.). *La juventud es mas que una palabra: ensayos sobre cultura y juventud*. Buenos Ayres, Editorial Biblos, 1996.

fins de políticas como jovens aqueles indivíduos entre 15 e 29 anos pertencentes a todos os estratos da sociedade².

Parte-se da afirmação de que não há somente uma juventude, mas juventudes que se constituem em um conjunto diversificado com diferentes parcelas de oportunidades, dificuldades, facilidades e poder na nossa sociedade. A juventude por definição é uma construção social, uma produção de uma determinada sociedade, relacionada com formas de ver os jovens, inclusive por estereótipos, momentos históricos, referências diversificadas e situações de classe, gênero, raça, grupo, contexto histórico entre outras. Ressalta-se que o emprego do termo juventudes no plural, antes de patrocinar uma perspectiva fracionada, na qual aparecem modelos de jovens separados, sinaliza a existência de elementos comuns ao conjunto dos jovens.

As diferentes juventudes não são “estados de espírito” e sim uma realidade palpável que tem sexo, idade, raça, fases, uma época que passa cuja duração não é para sempre, ou seja, uma geração. Depende, fundamentalmente, de suas condições materiais e sociais, de seus contextos, de suas linguagens e formas de expressão. Nos últimos anos, a condição juvenil foi prolongada, tanto pela maior permanência no sistema educacional como pela dificuldade de ingressar no mercado de trabalho e com isso adquirir autonomia e independência econômica, inclusive para a constituição de nova família (UNESCO, 2004).

Juventude é considerada também como um valor positivo: um ideal, uma estética desejada pela maioria, um valor simbólico associado à beleza, o que faz com que a sociedade possa comercializar os seus diversos atributos, em forma de mercadorias, em que a imagem se compra e se vende, intervém no mercado do desejo como veículo de distinção e legitimidade (Margulis E Urresti, 1996).

Se pensarmos a proporção da atual população jovem a nível mundial, suas especificidades e importância qualitativa e quantitativa enquanto grupo social específico, que hoje chega a cerca de 1,7 bilhões de jovens, e que enfaticamente nos países em desenvolvimento reúnem 85% dessa população mundial; torna-se fundamental reconhecer a necessidade de um projeto de sociedade não somente de vida específico inclusivo para os jovens, (Delors, 2001) mas que os considerem como sujeitos com direitos próprios e de participar de forma mais incisiva

2 Segundo a Política Nacional de Juventude, a juventude é uma condição social parametrizada por uma fixa etária, que no Brasil congrega cidadãos e cidadãs com idade compreendida entre 15 e 29 anos. Nesse caso podem ser considerados jovens os “adolescentes – jovens (15-17 anos), os jovens – jovens (18-24 anos) e os jovens – adultos (25- 29 anos)”.

nos destinos, ou por outros destinos, da nação e com condições de modelar suas histórias de vida.

Há cinco elementos cruciais para a definição da condição juvenil em termos ideais-objetivos, quais sejam (UNESCO, 2004):

- A obtenção da condição adulta, como uma meta;
- A emancipação e a autonomia, como trajetória;
- A construção de uma identidade própria, como questão central,
- As relações entre gerações, como um marco básico para atingir tais propósitos.
- As relações entre jovens para modelar identidades, ou seja, a interação entre pares como processo de socialização.

Portanto, os jovens possuem uma importância crucial para o entendimento das sociedades modernas, o seu funcionamento e suas transformações. Entender a juventude é compreender a própria modernidade em diversos aspectos como a arte, a cultura, o lazer e o consumo, entre outros.

I. PERFIL DE JUVENTUDES NO BRASIL HOJE – ALGUMAS DIMENSÕES³

■ Segundo o último censo de população, de 2010, chega a 51 350 478 milhões os que estão entre 15 a 29 anos, o que representa um pouco mais de um quarto da população total (52,4%).

A população jovem se concentra na área urbana. De cada 10 jovens, cerca de 8 vivem nas cidades. Na zona urbana metade é feminina, já rural, elas são um pouco menos representadas (47%).

Considerando a situação educacional tem-se que houve melhoras nos últimos 10 anos, mas ainda há dados preocupantes, em especial quando se considera raça/cor, gênero, classe social e distribuição regional. Por exemplo:

- Por região são diferentes os perfis educacionais. Considerando-se os jovens que no Brasil tem pelo menos 4 anos de escolaridade, tem-se que nas regiões Norte e Nordeste em 2012 eram 86% do total dos jovens, já nas regiões Sul e Sudeste, 95%;

3 As informações desta parte constam de trabalho de Weisselisz, Júlio (2015), a ser publicado; sendo desse Autor o processamento dos micros dados a partir da Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar, PNAD/IBGE 2012.

- Por sexo se tem que os rapazes têm níveis mais baixos entre os sem instrução/analfabeto até o Ensino Médio Incompleto. Já a partir do Ensino Médio Completo, isto é, nos níveis mais elevados de escolarização, há mais jovens mulheres que homens;
- Mas a relação entre rendimentos e escolaridade é mais desfavorável para as jovens mulheres. Assim, no grupo dos analfabetos/sem instrução, a renda das mulheres é menos da metade da dos homens. Tal desigualdade entre o que ganham os jovens homens e as jovens mulheres se mantém mesmo quando se considera aquele grupo de 18 a 29 anos com escolaridade de nível superior. Em 2012, a renda média mensal das jovens nessa situação era um pouco mais de R\$ 1 900,00 e dos jovens cerca de R\$ 2 800,00;
- Do total de 10,4 milhões de jovens de 15 a 17 anos estimados para 2012 no país, 84,2% frequentavam a escola, restando ainda 1,5 milhões fora das salas de aula;
- Em 2012, somente pouco mais de 10% dos jovens de 25 a 29 anos ainda continuavam os estudos. Só 14,2% dos 15,9 milhões de jovens dessa faixa etária completaram o ensino superior;
- O uso da internet vem crescendo no país. Em 2008 eram 52,8% os jovens usuários de internet, em 2012 passaram para 69,7%. Contudo segundo análise de Waisselisz (ver nota 1) “os 10 % mais ricos ainda acessam duas vezes mais [a internet] que os 40% mais pobres”.

Quanto à situação ocupacional em 2012, considerando pesquisa da Fundação Perseu Abramo, focalizando regiões metropolitanas tem-se que “36% dos jovens entre 15 e 24 anos têm emprego, outros 22% já trabalharam, mas estão desempregados; na média, os jovens demoram 15 meses para conseguir o primeiro emprego ou uma nova ocupação, nas regiões metropolitanas. No total, 66% deles precisam trabalhar porque todo o seu ganho, ou parte dele, complementa a renda familiar” (Botelho, 2013⁴).

Sexo/gênero é inscrição identitária ressaltada nas análises sobre mercado de trabalho, e a população juvenil corrobora a preocupação expressa em tantas análises, ou seja, que com a maior probabilidade as jovens tenham menos oportunidade de engajamento em trabalhos remunerados ou considerados ‘ocupações’, por injunções tanto no mundo público como no privado, o trabalho doméstico

4 BOTELHO, Joaquim, “Os Jovens e o mercado de trabalho” -<http://www2.uol.com.br/aprendiz/guiadeempregos/palavra/jbotelho/ge140202.htm>-consultado em 17.08.2014.

e o cuidado dos filhos na família. Tem propriedade em 2012 a célebre reflexão de Souza-Lobo (2011⁵) em estudo sobre o mercado de trabalho e gênero nos anos 1990: “a classe operária tem dois sexos”. As taxas de ocupação juvenil por sexo⁶ são bastante mais baixas para as mulheres em todas as unidades territoriais, em comparação àquelas registradas para os jovens. Em nível de Brasil há cerca de 30% menos mulheres jovens que homens ocupados e em todos os estados das regiões Norte, Nordeste e no estado do Mato Grosso (Centro Oeste) as distâncias por sexo são bem maiores que 30% e negativas para as mulheres jovens.

A PNAD 2012 registrou um total de 48,9 milhões de jovens na faixa dos 15 aos 29 anos de idade. Desse total, a maior parte: 44,1% só trabalhava, 13,3% estudava e trabalhava, e parcelas semelhantes só estudava: 21,9%, ou não estudava nem trabalhava: 20,7%. Esses vêm sendo conhecidos como os “nem nem”.

A proporção de jovens ‘nem nem’ varia de 28,5% em Alagoas até 14,1% em Santa Catarina. Pouco acima ou pouco embaixo da média nacional de 20,7%, mas representando em todos os estados um enorme contingente de jovens que não encontra, ou não procura, modos de inserção em atividades de trabalho remunerado. Ainda segundo Waiselfisz (ver nota 1): “68,5% dos jovens que não estudam nem trabalham de 15 a 29 anos de idade encontram-se concentrados entre os 40% mais pobres”

No plano das violências são impressionantes as estatísticas sobre homicídios dos jovens. Segundo o “Mapa da Violência. Crianças e Adolescentes no Brasil, 2012” (Waiselfisz, 2012), o Brasil, em 2009, continuava ostentando a posição de quarto país no mundo quando classificado por crianças e adolescentes (10 a 14 anos) mortos por homicídio- 3,4 por 100.000 pessoas naquela faixa etária. Se a faixa considerada são pessoas em idades jovens (15 a 24 anos), no contexto internacional, o Brasil ocupava a sexta posição, tanto no total de homicídios, quanto nos homicídios juvenis, nos 100 países que apresentavam dados oriundos da Organização Mundial da Saúde. Segundo Waiselfisz, (2011, p. 154):

Continua a crescer a vitimização juvenil por homicídios [considerando o período 1998-2008]. Se em 1998 a taxa de homicídios de jovens era 232% maior que a taxa de homicídios da população não jovem (menos de 15 e mais de 24 anos de idade), em 2008 as taxas juvenis já são 258% maiores. Se essa é a média nacional, há ainda

5 SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A Classe Operária tem dois sexos. Trabalho. Dominação e Resistência*, Ed. Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2011 (segunda edição); 1992 (primeira edição).

6 Taxa de ocupação juvenil = Proporção de jovens que trabalham / total de jovens

as Unidades Federadas com índices de vitimização acima de 300%. Ou diversos estados com jovens representando mais da metade das vítimas de homicídio.

Violência e segurança são temas que vêm mais capitalizando debates e denúncias de pesquisadores e movimentos sociais hoje no Brasil, e a vitimização de jovens negros, sua representação entre os que matam e principalmente entre os que mais morrem, inclusive por ação do próprio sistema de segurança, a polícia, ou seja, por um tipo de racismo institucionalizado, viria sendo visibilizada, indignando muitos, mas, já fazendo parte de um cenário brasileiro banalizado.

No “Mapa da Violência 2011: Jovens no Brasil” (Waiselfisz, 2011), indica-se que a vitimização dos negros, por homicídios, viria aumentando:

Para cada branco assassinado em 2008, morreram, proporcionalmente, mais de dois negros nas mesmas circunstâncias. Pelo balanço histórico dos últimos anos, a tendência desses níveis pesados de vitimização é crescer ainda mais. (Waiselfisz, 2011- p. 57-63):

Em 2011 – para cada jovem branco que morre assassinado, morrem 2,7 jovens negros.

Entre 2011 a 2012 – as taxas negras aumentam de 74,1 em 2011 para 80,7 em 2012: crescimento de 8,9%. As brancas também crescem, mas com ritmo menor: 4,7%”. (Waiselfisz, 2014, p. 124).

2. POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE (PPJS)

■ No Brasil, desde 2005, com a criação da Secretaria Nacional de Políticas de Juventude e do Conselho Nacional de Juventude, a população jovem é a de 15 a 29 anos, levando em conta o aumento do tempo dedicado à formação escolar e profissional, a permanência maior com as famílias de origem, assim como as dificuldades para se conseguir principalmente o primeiro emprego, o que implica na necessidade de mais proteção social quanto a vulnerabilizações e a ideia de que em tal faixa de idade não se deveria precisar trabalhar mas estar apenas estudando para conseguir melhor colocação na vida e ter mais tempo para formação, ou em trabalhos que colaborassem na formação dos jovens de forma gratificante.

O Quadro 1, a seguir, tem como fonte site da Secretaria Nacional de Juventude:

QUADRO 1. Política Nacional de Juventude e a Secretaria Nacional de Juventude

“O Brasil possui cerca de 50 milhões de jovens, com idade entre 15 e 29 anos, que já demonstraram determinação em assegurar seus direitos e ocupar um lugar de destaque no processo de desenvolvimento do país. Hoje, apesar dos avanços que a juventude vem conquistando, não só no Brasil, mas em diversos países, sabemos que muitos dos mais de um bilhão de jovens do Planeta permanecem sem acesso a direitos básicos, como saúde, educação, trabalho e cultura, sem falar dos direitos específicos, pelos quais vêm lutando, de forma cada vez mais expressiva nos últimos anos. [...] A juventude foi inserida na Constituição Federal, por meio da Emenda 65/2010, e conseguimos avançar na institucionalização da PNJ com a criação de órgãos e conselhos específicos nos estados e municípios, além de colocar na pauta do Congresso Nacional os marcos legais, com a discussão do Estatuto e do Plano Nacional de Juventude.

Apesar dessas conquistas o Brasil ainda precisa dar respostas a problemas não totalmente solucionados, como o desemprego juvenil, que afeta não só os jovens brasileiros, mas do mundo inteiro. Combater o desemprego e assegurar o trabalho decente para os jovens é um dos desafios da agenda governamental. Nessa mesma pauta, incluímos o compromisso com a educação de qualidade, a saúde integral, o acesso à cultura, esporte e lazer, tempo livre e o direito à participação, além de um item que requer atenção ainda mais especial por parte do poder público, que é o enfrentamento à violência contra a juventude, em especial, contra os jovens negros, as principais vítimas da violência no país.”

(In: <http://www.juventude.gov.br>. Acesso em 26.5.2013)

Segundo Abad (2003, citado por Sposito e Carrano (2003), os modelos de políticas públicas de juventudes nos países latino-americanos apresentam características comuns, sendo que as primeiras ações (entre 1950 e 1980) que abarcavam a juventude eram voltadas para a ampliação da educação e o uso do tempo livre. Entre 1970 e 1985 as políticas buscavam o controle social de setores juvenis mobilizados, como o movimento estudantil e os movimentos contra as ditaduras no continente. Entre 1985 e 1990 as ações buscavam enfrentar a pobreza e a prevenção do delito. Já entre 1990 e 2000 o foco das políticas passa a ser a inserção laboral dos jovens tidos como excluídos ou considerados em situação de vulnerabilidade social.

Abad (2003) observa que as políticas oscilavam entre as representações dos jovens como “problemas sociais”, considerados, portanto, como objetos de atenção, que precisavam ser contidos ou necessitavam de proteção, descuidando-se, portanto, do “empoderamento” dos jovens, ou lhes dar condição para o exercício da autonomia e participação. Ainda hoje, embora nas políticas para jovens se perceba um avanço com o destaque da tônica por considerar os jovens como sujeitos de direitos, muitas vezes tais políticas se descuidam da importância de colaborar para que os jovens possam participar tanto da elaboração, como do acompanhamento crítico das ações do Estado, seus aparatos, como a escola, e do mercado, em particular daquelas que os têm como explícito fim.

A perspectiva que destaca os jovens como ameaça à paz social, como seres desviantes que precisam ser controlados ou como seres em formação que necessitam de auxílio para se desenvolverem, sob um viés assistencialista, é parte de um inconsciente coletivo que se reflete em ações do Estado. Nesta linha de “salvação dos jovens” (Silveira, 2009), surge o Programa do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República no governo de Fernando Henrique Cardoso, voltado para as questões de segurança no combate à criminalidade, ao tráfico de entorpecentes e à violência. Aqui, o controle dos jovens se daria pela repressão e contenção, e não pela prevenção e atenção às condições de saúde.

Para Novaes (2014) as primeiras questões relacionadas com as PPJs surgem através de organismos internacionais, ONGs, movimentos de juventudes, mas as propostas nessa época giravam em torno ainda de políticas de prevenção para “ressocializar”. Os jovens que cometiam algum tipo de delito sendo projetos e programas de contenção da violência.

Ainda naqueles anos- primeiro quinquênio dos anos 2000, os grupos juvenis aparecem de forma mais contundente para pressionar o poder público com suas reivindicações que contemplavam ações que iam além de políticas compensatórias.

Segundo Messina. (2014) vários eventos marcaram os anos 90 como o I Encontro Nacional de Técnicos de Juventude, A Assessoria de Juventude do Ministério de Educação, o Departamento de Pesquisa da UNESCO e o I festival de Juventude. O ano 2000 consolidou as PPJs com a criação da Secretaria de Juventude, o Conselho de Juventude e o ProJovem, além das Conferências de Juventude, onde os jovens de todo o Brasil foram mobilizados com pautas sobre os seus problemas e reivindicações.

No entanto muitos são os problemas existentes e aterrissamos no estatuto da Juventude para exemplificar com algumas questões que as PPJs não puderam superar. Segundo Simões 2014, o Estatuto da Juventude foi discutido e negociado durante vários anos- começou a ser discutido em 2004 – e aprovado com vários problemas e lacunas dez anos depois. No Brasil houve uma inversão do processo. Primeiro foi apresentada uma política de juventude muito focada na questão do envolvimento juvenil com a violência para depois surgir à legislação mais específica.

Para a UNFPA (2010) o Estatuto não propõe a solução dos problemas a partir dos próprios jovens e muitas das questões relacionadas aos direitos huma-

nos não são aí tratadas. Ou seja, não se aplica a “proteção integral” às juventudes brasileiras.

Como descreve Simões (*op.cit*) a idade dos jovens foi apontada como um dos principais problemas e em 2004 pela justificativa da relatora, Manuela D’Avila foi reconhecido jovem os indivíduos de 15 a 29, sendo 15-17 jovem-adolescente; 18-24 jovem-jovem; e de 25-29 jovem-adulto.

Não houve consenso quanto a questões relacionadas à sexualidade, tanto a proteção e orientação quanto ao sexo seguro e quanto ao acompanhamento integral às jovens grávidas (p. 16) assim como o tema sobre emprego (p. 17), já que há uma ausência na legislação trabalhista dos jovens de 18-24 anos, o que dificulta a superação de situações de desemprego. Outro tema que não aparece no Estatuto de acordo com Simões (p. 18) é a questão do pós-encarceramento dos jovens e sua ressocialização para não se entrar em debate e em conflito com o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), o que foi uma questão durante todos os anos de discussão. O terceiro tema que se exclui no Estatuto é a questão do homicídio dos jovens, principalmente dos jovens negros no Brasil.

Foi fundamental a aprovação do Estatuto no Brasil – aliás, um dos únicos países na América Latina onde não existia, no entanto há ainda muito para se avançar quanto aos direitos das juventudes. Esta discussão não pode se dar sem uma maior participação de nossa juventude em todos os processos e a todos os níveis.

3. DESAFIOS E POTENCIALIDADES: EM SÍNTESE

■ Nos quadros a seguir, desafios para reconhecimento dos direitos humanos e para políticas e potencialidades dos jovens, hoje:

DESAFIO I. Concepção de Juventude

1. Não conceber os jovens como atores com identidade própria (geralmente são vistos como adultos, ou crianças, ou adolescentes);
 2. Não se considerar a diversidade entre juventudes segundo condições de vida, discriminações, necessidades e projetos e o que tem em comum;
 3. Não ouvir os jovens. O jovem, como o outro construído – Pensar a juventude por dualismos “adulocrata” e maniqueístas; provocando-se antagonismos intergeracionais;
 4. Desconsiderar direitos humanos singulares a jovens, como os de estudar, divertir-se, ter espaço para adrenalina e libido, busca por reconhecimento, direito de inventar direitos, e à construção de autonomia.
-

DESAFIO 2. Realidade Brasil da Juventude/ de Juventudes

Em 2009:

- 30,6% viviam em famílias com menos de 3 salários mínimos de renda domiciliar;
 - 15,7% em famílias com renda domiciliar per capita superior a 2 salários mínimos;
 - 34% (7,9 milhões) frequentavam a escola;
 - 5% (753,4 mil) eram analfabetos;
 - 30% (5,4 milhões) não haviam concluído o ensino fundamental;
 - 3,5% (547 mil) haviam cursado só um ano do ensino superior.
-

Fonte: IBGE, PNAD 2009; Censo 2010.

DESAFIO 3. Violência

- As curvas ascendentes de violência e criminalidade constituem um problema crítico do século XXI, tão mais grave, na medida em que além de afetar a integridade física, emocional e patrimonial de indivíduos, também coloca em questão a noção de cidadania e o próprio papel do Estado.
 - O Brasil, com referência aos homicídios de jovens na faixa de 15 a 24 anos de idade, ocupa a 7ª posição entre os 95 países do mundo EM 2012.
 - A taxa de homicídio entre os jovens é 547 vezes maior que Hong Kong; 273 vezes superior à Inglaterra e Japão; 137 vezes maior que Alemanha e Áustria.
-

DESAFIO 4. Cultura de Violências

- Existe na nossa sociedade uma cultura da violência, alimentada pelo individualismo, consumismo e competição exacerbada.
 - A cultura da violência expõe os indivíduos a constantes danos físicos e morais, pressupõe que somente a força resolve os conflitos do cotidiano. Assim se parte da ideia de que a violência é um fenômeno inevitável e faz parte de nossas vidas.
-

DESAFIO 5. Contexto Global – Jovens e o Mundo Espetáculo

- Os jovens vivem, numa época de profundas transformações, aí incluídas as de cunho econômico e moral, as quais afetam, de modo indelével, sua forma de estar, de viver o ser jovem e transição para a vida adulta.
 - Sujeitos de uma sociedade de consumo ostentatória – cujo principal traço é suscitar aspirações que, muitas vezes, deságuam em frustrações, porque irrealizáveis para a grande maioria –, transitam no seio de uma arquitetura social cuja desigualdade e o acirramento das diferenças constituem algumas de suas faces mais visíveis.
-

Potencialidades dos Jovens Hoje

- Rebeliões sobre estereótipos, tabus, preconceitos;
 - Vontade de saber e construir o novo;
 - Busca por autonomia e por participação crítica, curiosidade e adrenalina;
 - Orientação gregária – fratris (grupos de amigos);
 - Apelo para diversas linguagens, como as TICs (novas tecnologias de informação) e artes; trânsitos entre vários tipos de organização (movimentos sociais e ONGs, inclusive partidos) recorrendo a culturas juvenis;
 - Buscam autonomia, mas exigem redes de proteção social;
 - Mobilização – Participação política, buscas por formas diversificadas de fazer política.
-

Muitos jovens no Brasil hoje existem e não existem, ou deixam de existir, sem que se dê muita conta, mas a juventude é uma potencialidade. Ser jovem potencializa questionar projetos políticos-culturais que sufocam transformações, ainda que não necessariamente todos os indivíduos em idades jovens busquem mudanças, e por outro lado nem todos etariamente jovens podem ser jovens.

Insiste-se (desde 2003) sobre a importância de se vir a contar com políticas de/para/com juventudes:

- DE – reconhecimento da diversidade de direitos e de necessidades singulares; papel estratégico dos jovens; da municipalização – do local; da família e da fratria-papel estratégico em determinados ciclos; da escola- considerando efetividade da autonomia juvenil e qualidade dos projetos, serviços para jovens;
- PARA – lugar do Estado, questionamento do Estado mínimo, responsabilidades sociais para com os jovens – sustentabilidade civilizatória. Crítica ao alcance das leis de mercado;
- COM – construção de cidadania ativa, participação; ênfase na relação entre jovens e entre gerações; papel pedagógico de pares e do controle e avaliação de políticas por jovens (Castro; Abramovay, 2003; UNESCO, 2004 in Castro, Abramovay e Carvalho, 2013⁷).

MIRIAM ABRAMOVAY · Socióloga; pesquisadora; Coordenadora da área de Juventude e Políticas Públicas da FLACSO-Brasil, membro do NPEJI (Núcleo de Pesquisas e Estudos sobre Juventudes, Identidades, Culturas e Cidadanias) – CNPq/UCSAL; Doutora em Educação pela Universidade de Lyon 2 – França e Pós-Doutoranda da CLACSO (Investigación en Ciencias Sociales, Niñez y Juventud).

MARY GARCIA CASTRO · PhD em Sociologia pela Universidade da Florida; Professora na Universidade Católica de Salvador (UCSAL) – Programa Mestrado e Doutorado Família na Sociedade Contemporânea e Mestrado e Doutorado em Política Social e Cidadania; Co-Coordenadora do NPEJI/UCSAL – CNPq -Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Juventudes, Identidades e Cidadania; pesquisadora da FLACSO – Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Brasil. –Brasil. Pesquisadora bolsista do CNPq.

7 CASTRO, M.G.; ABRAMOVAY, M e CARVALHO, L.T. “Juventudes e Políticas Públicas-Questões”. In: MOREIRA, Lucia Vaz de Campos (org). *Psicologia, Família e Direito. Interfaces e Conexões*. Ed. Jurua, Curitiba, 2013, p. 225-244.

REFERÊNCIAS E RECOMENDAÇÕES DE OUTRAS LEITURAS SOBRE O TEMA

ABAD, M. Las políticas de juventud en Colombia. In: LEON, O. D. (org.). *Políticas públicas de juventud en América Latina: políticas nacionales*. CIDPA: Viña del Mar, 2003.

ABRAMOVAY, M.; et al. *Revelando tramas, descobrindo segredos: violência e convivência nas escolas*. Brasília: RITLA, SEDF, 2009.

ABRAMOVAY, M. (coord.); CASTRO, Mary Garcia; WAISELFISZ, J. J. *Juventudes na Escola, Sentidos e Buscas: Por que frequentam?* Brasília: FLACSO, MEC, 2014 – no prelo.

ABRAMOVAY, M. e CASTRO, M. (org.) *Juventude, Juventudes, o que Une e o que Separa*. Brasília, UNESCO, IBOPE, 2006.

ABRAMOVAY, M. et al. *Gangues, Gênero e Juventudes: Donas de Rocha e Sujeitos Cabulosos*. Brasília, SDH/PR, 2010.

ALMEIDA, M. I. M. de; EUGENIO, F. (orgs.). *Culturas jovens: novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

BOTELHO, J. *Os Jovens e o mercado de trabalho*. In: <http://www2.uol.com.br/aprendiz/guia-deempregos/palavra/jbotelho/ge140202.htm>

BOZON, M. A Nova Normatividade das Condutas Sexuais ou a Dificuldade de dar Coerência às Experiências Íntimas. In: HEILBORN, M. L.; AQUINO, E. M. L.; BOZON, M. e KNAUTH, D. R. (org.). *O Aprendizado da Sexualidade. Reprodução e Trajetórias Sociais de Jovens Brasileiros*. São Paulo. Ed Garamond, 2006, p 119-150.

CAMARANO, A. A. (Org.) *Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?* Brasília, IPEA: 2006.

CASTRO, M G; ABRAMOVAY, M e SILVA, L. B da. *Juventudes e Sexualidade*. Brasília, UNESCO, 2004.

CASTRO, M.G.; ABRAMOVAY, M.; CARVALHO, L.T. Juventudes e Políticas Públicas-Questões. In: MOREIRA, L. V. de C. (org). *Psicologia, Família e Direito. Interfaces e Conexões*. Ed Jurua, Curitiba, 2013, p. 225-244.

CASTRO, M. G. e ABRAMOVAY, M. *Quebrando Mitos. Juventude, Participação e Políticas. Perfil, percepções e recomendações dos participantes da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas para a Juventude*. Brasília, Conselho Nacional de Juventude, Secretaria Nacional de Políticas para Juventude – Governo do Brasil, 2009.

CONJUVE – Conselho Nacional de Juventude. *Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas*. Brasília: CONJUVE, 2006.

DAYRELL, J. A escola ‘faz’ as juventudes? Reflexões em torno da socialização Juvenil. In: Educação e Sociedade. Campinas, v. 28, n. 100, Out. 2007.

MARGULIS. M. y URRESTI M. (Org.). *La juventud es mas que una palabra: ensayos sobre cultura y juventud*. Buenos Ayres: Editorial Biblos, 1996.

MESSINA, V. B. O Jovem como Protagonista das Políticas Públicas. In mimeo. Trabalho apresentado no Seminário Juventude, Participação e Desenvolvimento Social na América Latina e no caribe. Escola MOST/ UNESCO, 2014.

NOVAES R. *As Juventudes e a luta por direitos*. Le Monde Diplomatique Brasil 2014. Disponível em: <https://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1285>. Acesso em 12 fevereiro 2015.

NOVAES, R. Trajetórias juvenis: desigualdades sociais frente aos dilemas de uma geração In: *Textos Complementares para a Formação de Gestores*. Projovem Urbano. DF, 2008.

OIT (Organização Internacional do Trabalho). *Trabalho decente e juventude-Brasil*. OIT, Brasília, 2009.

PAIS, J. M. *Culturas Juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1997.

SILVEIRA, O. M. C. *O unicórnio e o rinoceronte: análise do Projovem a partir da percepção de seus beneficiários*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

SIMÕES M. *Estatuto da Juventude no Brasil: (2004-2013)*. In mimeo. Trabalho apresentado no Seminário Juventude, Participação e Desenvolvimento Social na América Latina e no caribe. Escola MOST/ UNESCO, 2014.

SOUZA-LOBO, Elisabeth *A Classe Operária tem dois sexos. Trabalho. Dominação e Resistência*. 2ed. São Paulo: Ed Fundação Perseu Abramo, 2011.

SPOSITO, M. P.; CARRANO, P.C. Juventude e Políticas Públicas no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, nº 24, set. dez, 2003.

TRINDADE, E e BRUNS, M A de Toledo. *Sexualidade de jovens em tempos de AIDS*, Campinas, Ed Átomo, 2003.

UNESCO (coord. ABRAMOVAY, M; CASTRO, M G); LIMA, F; PINHEIRO, L; RODRIGUEZ, E. *Políticas Públicas, de/para/com Juventudes*. UNESCO, Brasília, 2004.

UNFPA. *Direitos da População Jovem: um marco para o desenvolvimento*. 2 ed. Brasília: UNVPA-Fundo de População das Nações Unidas, 2010.

WASELFISSZ, J J. *Relatório de Desenvolvimento Juvenil e do Índice de Desenvolvimento Juvenil (IDJ) – 15 a 29 anos de idade – trabalho em elaboração – versão preliminar – Secretaria Geral da Presidência da Republica*, 2015.

WASELFISSZ, J J. *Mapa da Violência 2012 – Os Novos Padrões da Violência Homicida no Brasil*. São Paulo: SANGARI, 2012. Disponível em: www.sangari.com

WASELFISSZ, J. J. *Mapa da Violência 2014: Os Jovens do Brasil*. FLACSO-Brasil, Rio de Janeiro, 2014.

Ações Afirmativas e juventude negra no Brasil

MÁRCIA LIMA

INTRODUÇÃO

■ No dia 26 de abril de 2012, o Supremo Tribunal Federal, aprovou, por unanimidade, a constitucionalidade do uso do critério racial nas políticas de ações afirmativas no Brasil, nas quais prevalece o sistema de cotas – reserva de um determinado percentual das vagas disponíveis nas instituições de ensino superior. Essa decisão foi válida para todas as instituições públicas e privadas que decidiram pela adesão às Ações Afirmativas. Esta aprovação foi uma etapa importante na consolidação das políticas de acesso ao ensino superior que provocaram um grande debate público nacional por conta do uso do critério étnico-racial – pretos, pardos, indígenas e remanescentes de quilombos – na definição de seus beneficiários. Vale enfatizar que mesmo com o reconhecimento da constitucionalidade do uso do critério racial, o governo federal não tinha até então tornado obrigatória a implantação de políticas de Ações Afirmativas. A decisão da adoção destas políticas, até aquele momento, era realizada de duas formas: 1) Os Conselhos Universitários, cuja autonomia é garantida pela Lei das Diretrizes Básicas da Educação, decidem por sua adoção e 2) Por meio de lei estadual, aprovada na Assembleia Legislativas dos Estados. Mesmo sob estas condições, ou seja, sem uma “lei de cotas”, houve uma significativa adesão das instituições públicas federais e estaduais de ensino superior que adotaram alguma política de Ação Afirmativa, demonstrando o caráter político desse processo, construído a base de muitas negociações e pressões tanto favoráveis quanto desfavoráveis a este modelo de inclusão.

No dia 29 de agosto de 2012, fortemente apoiada pela decisão do Supremo Tribunal Federal, foi sancionada a Lei nº 12.711/2012, que garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno a alunos oriundos integralmente do ensi-

no médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos. Os demais 50% das vagas permanecem para ampla concorrência. Em outubro do mesmo ano, esta lei foi regulamentada pelo Decreto nº 7.824/2012, que define as condições gerais de reservas de vagas, estabelece a sistemática de acompanhamento das reservas de vagas e a regra de transição para as instituições federais de educação superior. Segundo a lei, as vagas reservadas às cotas (50% do total de vagas da instituição) serão subdivididas — metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio per capita e metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar superior a um salário mínimo e meio. Em ambos os casos, também será levado em conta um percentual mínimo correspondente ao da soma de pretos, pardos e indígenas no estado, de acordo com o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), baseado em auto-declaração dos potenciais beneficiários¹. Na época, esta lei afetou o processo seletivo de 59 universidades federais e 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia.

Daffon et al. (2013) em artigo que trata sobre o processo de adoção de políticas de Ações Afirmativas até 2102, apontam que embora as universidades estaduais tenham sido pioneiras no processo de adoção das Ações Afirmativas, as universidades federais aumentaram gradativamente sua participação, principalmente após a criação do REUNI (Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) instituído em abril de 2007. Este programa tinha como meta, dentre suas diretrizes, que as universidades participantes do REUNI desenvolvessem mecanismos de inclusão. O resultado disto foi que em 2008 o número de universidades federais com alguma política de inclusão aumentou de forma significativa. Mais recentemente, em 2010, foi criado o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), que buscou unificar o processo de acesso às vagas oferecidas nas instituições federais, a adesão de grande parte das instituições públicas e privadas ao ENEM, a criação do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) e do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes), completam o rol das mais importantes iniciativas do governo federal para o sistema de ensino superior. Em resumo, é importante frisar que a cota racial faz parte de um conjunto de ações voltado para a expansão e inclusão de indivíduos pobres e negros neste nível de ensino.

1 Para maiores detalhes da Lei e do Decreto: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm e http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Decreto/D7824.htm

A proposta deste artigo é discutir as principais questões presentes no debate sobre Ações Afirmativas procurando articulá-lo com a temática da juventude negra no Brasil a partir de aspectos considerados cruciais para entender este debate. Na primeira parte será apresentado o cenário da desigualdade educacional no Brasil e suas transformações recentes procurando, num primeiro momento, fornecer ao leitor em que contexto de desigualdade o tema das Ações Afirmativas foi constituído. Na segunda parte será feita uma breve discussão acerca do lugar das Ações Afirmativas de nível superior na agenda governamental considerando em particular a juventude negra. Na terceira e última será apresentada uma síntese de resultados de pesquisa sobre o Programa Universidade para Todos procurando destacar os avanços e desafios deste tipo de programa.

○ CONTEXTO: QUEM PARTICIPA DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO?

■ Quando nos debruçamos sobre a compreensão do papel da educação na configuração das desigualdades raciais e sociais há dois aspectos analíticos que, embora pareçam contraditórios, são complementares. A educação é o principal mecanismo de superação das desigualdades e ao mesmo tempo atua como um mecanismo de reprodução das mesmas. Essa dupla significação se explica pelo fato de a educação ser o principal recurso que pode alterar a relação entre a origem social dos indivíduos e seus destinos de classe. Nesse sentido, para entender a estrutura de oportunidades de cada sociedade é necessário observar como está configurado o seu sistema de ensino e de que maneira a educação é disponibilizada aos seus membros. As desigualdades educacionais se instauram na medida em que as condições de acesso à educação, assim como sua permanência no sistema escolar, distinguem grupos socialmente discriminados, transformando oportunidades em privilégios.

O cenário educacional brasileiro deve ser compreendido considerando tanto as melhorias do sistema de ensino quanto às mudanças nas características demográficas da população e efeitos de mudanças socioeconômicas. A característica demográfica mais marcante para esse processo é a condição etária da população medida, não apenas pela idade, mas pela coorte, pois ajuda a compreender fenômenos relacionados ao período em que cada indivíduo acessou ou deveria ter acessado a escola (Collares, 2009). Hasenbalg e Silva (2000), analisando as mudanças e tendências das desigualdades educacionais dos anos noventa para jovens recém-saídos do período de escolarização obrigatória, identificam não apenas melhorias relacionadas ao sistema educacional *stricto sen-*

su, mas principalmente mudanças nas condições sociais desses grupos. Fatores como urbanização, condições domiciliares e redução no número de crianças com menos de 14 anos foram decisivos para que houvesse uma melhoria dos indicadores educacionais. Utilizando um modelo de decomposição de fatores, os autores concluem que:

A lenta, mas contínua, expansão educacional das últimas duas décadas elevou o nível de instrução da população e diminuiu a desigualdade educacional entre regiões, grupos de cor, gênero e estratos de renda. O exercício de decomposição dos fatores explicativos da melhoria educacional proposto neste trabalho sugere, como estimativa conservadora, que aproximadamente 60% dessa melhoria é devido à *mudança nas condições de vida e à distribuição geográfica das famílias, decorrente da urbanização e da transição demográfica*, devendo-se os 40% restantes às melhorias efetivas no desempenho do sistema educacional (Hasenbalg e Silva, 2003, p. 444, grifos meus).

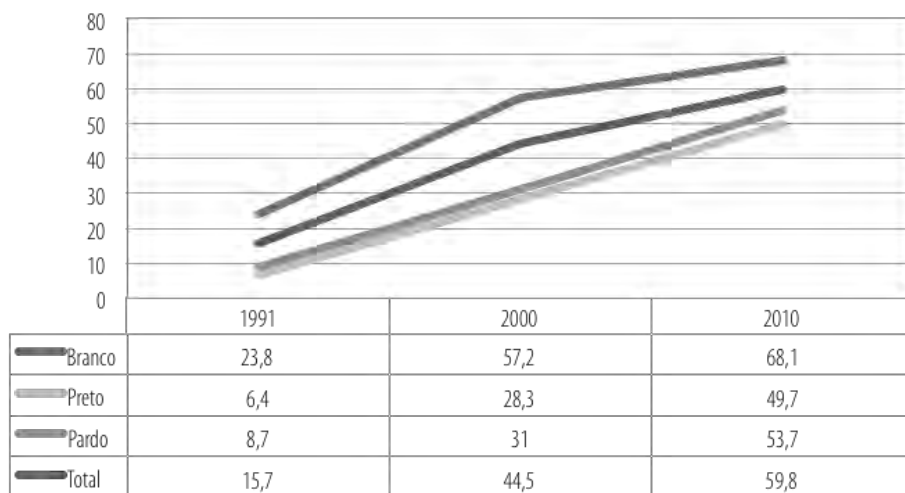
Os achados destes autores demonstram que as mudanças estruturais foram mais importantes para transformações das tendências educacionais do que as melhorias no sistema educacional. Tais conclusões contribuem para demonstrar que investimento na democratização do acesso à educação no Brasil foi preterido na agenda das políticas educacionais, levando ao quadro atual de persistentes desigualdades educacionais e escassez de mão-de-obra qualificada. Somente muito recentemente foi possível falar de universalização do ingresso no nível fundamental (mas com problemas de evasão e progressão escolar); o acesso tanto ao Ensino Médio quanto ao Ensino Superior está se ampliando, embora com muitas desigualdades sociais e raciais. Neste sentido, assume-se aqui que tais mudanças devem ser compreendidas através da conjunção de três aspectos: a quantidade (oferta), a qualidade e a distribuição.

Quando falo em quantidade refiro-me ao número de indivíduos que acessam o sistema educacional brasileiro, bem como o tamanho deste sistema. Considerando a participação dos estudantes brasileiros de 15 a 17 no Ensino Médio por raça/cor, nota-se que entre 1990 e 2010 houve mudanças significativas na taxa de escolarização de todos os grupos, mas com nítidas desvantagens para os pretos e pardos². Em 1990, 23,8% dos estudantes brancos de 15 a 17 anos frequentavam o Ensino Médio, enquanto que para pretos e pardos esses percentuais eram

2 Considera-se taxa líquida de escolarização, a proporção de estudantes cursando a série adequada dentro do grupo de determinado etário: 7-14 anos para ensino fundamental; 15 a 17 anos para ensino médio e 18 a 24 anos para ensino superior (graduação).

6,4% e 8,7%, respectivamente. Apenas no final do século XX, o Brasil conseguiu ampliar de forma significativa o acesso dos seus jovens a este nível de ensino. O mesmo observa-se nos dados do ano de 2000: apesar de os grupos preto e pardo se beneficiarem da expansão do acesso, ainda encontramos fortes desigualdades raciais. Somente em 2010 é que as desigualdades raciais apresentam uma redução mais significativa ainda que com diferenças entre os grupos: dentre os estudantes brancos de 15 a 17 anos, 68,1% frequentam o Ensino Médio, para pretos e pardos esses percentuais são, 49,3% e 53,7%, respectivamente.

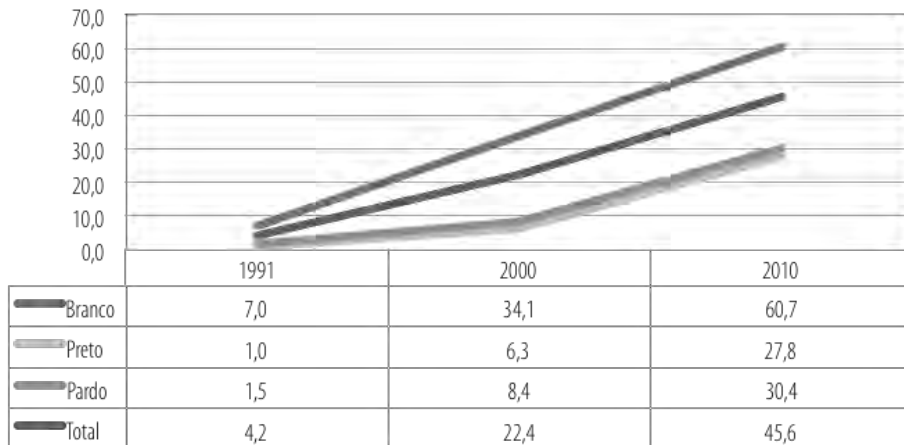
GRÁFICO 1. Taxa de escolarização líquida (15 a 17 anos). Ensino médio por raça/cor. 1991-2010



Fonte: Censo Demográfico, 1991-2010.

As taxas de escolarização dos estudantes de 18 a 24 anos que frequentam o nível superior são menores e mais desiguais se comparadas ao Ensino Médio. Em 1991, por exemplo, a participação de estudantes pretos e pardos no ensino superior era insignificante: 1,0% e 1,5%, respectivamente. Os estudantes brancos, apesar de também apresentarem uma participação pequena chegavam a 7%. Ao longo das duas últimas décadas, ocorreu um crescimento acentuado da taxa de participação dos estudantes dos grupos de raça/cor, mas ainda com diferenças marcantes. Embora entre 2000 e 2010, seja inequívoco o forte crescimento da participação dos estudantes pretos e pardos, ainda há distâncias que são resultados de um conjunto de fatores, dentre elas a situação de desigualdade nas etapas anteriores.

GRÁFICO 2. Taxa de escolarização líquida (18 a 24 anos). Ensino Superior por raça/cor. 1991-2010



Fonte: Censo Demográfico, 1991 a 2010.

O terceiro dado a ser apresentando trata da interface raça e classe. Se considerarmos a participação dos grupos de cor no ensino superior segundo os quintis de renda (tabela 1), percebe-se novamente que há mudanças muito significativas ao mesmo tempo em que permanecem padrões de desigualdades. Em primeiro lugar, destaca-se a inexpressiva participação dos mais pobres, classificados no 10. quintil de renda, independentemente de raça/cor no ensino superior. Em 1991, 0,5% dos estudantes mais pobres frequentavam essa etapa do ensino. Somente em 2010 é que observa-se um crescimento na participação dos mais pobres e com vantagens significativas dos brancos. Neste ano, dentre os mais pobres, a taxa de escolarização no ensino superior dos estudantes brancos de 18 a 24 anos é de 25,5%, e entre os pretos e pardos, essa taxa é de 8,1% e 8,4% respectivamente. Aqui a interface raça e classe demonstra que, nas últimas décadas, dentre os mais pobres, os brancos têm aumentado sua participação do ensino superior de forma mais efetiva que os pretos e pardos.

TABELA 1. Estudantes de 18-24 anos cursando o ensino superior, segundo os quintis de renda em cada grupo de raça/cor. 1991-2010.

Renda	Raça/cor	1991	2000	2010
1º quintil	Branco	1,2%	3,7%	25,5%
	Preto	0,1%	0,4%	8,1%
	Pardo	0,2%	0,8%	8,4%
	Total	0,5%	1,7%	13,5%
2º quintil	Branco	1,3%	5,7%	30,3%
	Preto	0,3%	1,3%	14,4%
	Pardo	0,5%	2,0%	17,0%
	Total	0,8%	3,4%	21,6%
3º quintil	Branco	2,6%	12,8%	49,3%
	Preto	0,7%	3,5%	25,9%
	Pardo	1,2%	5,5%	34,4%
	Total	1,9%	9,1%	41,2%
4º quintil	Branco	6,5%	30,4%	68,7%
	Preto	2,1%	12,0%	49,2%
	Pardo	3,1%	15,4%	54,8%
	Total	5,2%	24,8%	63,0%
5º quintil	Branco	19,3%	66,0%	86,0%
	Preto	4,9%	33,0%	73,5%
	Pardo	6,1%	41,5%	76,5%
	Total	15,2%	61,3%	83,5%

Outro dado importante trata do crescimento do sistema de ensino. Segundo os dados do INEP, em 2010 o país tinha 2.365 instituições de ensino superior (IES). Em 2000, esse número era 1.180 instituições de ensino superior. Ou seja, em dez anos dobrou o número de IES no Brasil. Este crescimento foi fortemente liderado pelo setor privado, que atualmente corresponde a 89,5% das instituições de ensino superior³.

Ao tratar de qualidade é necessário apontar para duas questões fundamentais: i) a categoria administrativa e a dicotomia “público e privado” e ii) organização acadêmica que distingue universidades, centros universitários e facul-

dades⁴. Embora o sistema público tenha, em geral, uma qualidade superior ao sistema privado, ambos são bastante heterogêneos neste aspecto, não sendo mais possível tomar tal dicotomia como *proxy* de qualidade. Outro aspecto importante acerca da qualidade é o tipo de organização acadêmica. Apenas 10% do sistema de ensino superior brasileiro, considerando o número de instituições, é composto por universidades. As demais são faculdades e centros universitários. Se considerarmos ambos os aspectos – categorias administrativas e organização acadêmica – as universidades públicas correspondem a 5% do sistema de ensino superior brasileiro.

O terceiro aspecto é a forma como a educação está distribuída, que nos permite mensurar o grau de desigualdades de oportunidade do país. A recente redução das desigualdades sociais e raciais é o dado que mais se destaca. Apesar de todos os problemas apontados, o acesso ao ensino superior no Brasil está menos desigual. Tal quadro resulta tanto da mudança do perfil dos concluintes do ensino médio (redução das desigualdades na etapa anterior), ampliação do sistema de ensino superior assim como é resultado de uma forte demanda social e política por inclusão. Este cenário gerou políticas de ampliação de vagas e políticas de ações afirmativas. Apesar das desigualdades educacionais persistirem, esses recentes avanços precisam ser mantidos tendo como desafios: continuar a expansão, investir mais na qualidade e dar continuidade à redução das desigualdades.

COTAS RACIAIS E AÇÕES AFIRMATIVAS NO BRASIL

■ Para entender o sentido das Ações Afirmativas no Brasil e em especial as cotas raciais é necessário, ainda que de forma breve, apresentar a construção desta

4 De acordo com o Decreto 5.773/06, as instituições de educação superior (IES), podem ser credenciadas no Ministério da Educação (MEC) como “faculdades”, “centros universitários” ou “universidades”. Todas as instituições são registradas inicialmente como faculdades e podem ser transformadas em centros universitários ou universidades se cumprirem uma série de exigências do MEC. As universidades se caracterizam pela “indissociabilidade das atividades de ensino, de pesquisa e de extensão” e devem comprovar: a) produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional; b) a existência de um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado; e c) a contratação de um terço do corpo docente em regime de tempo integral. Já os centros universitários são “instituições de ensino superior pluricurriculares, abrangendo uma ou mais áreas do conhecimento”, e que, após ter sua qualidade de ensino comprovada, recebem autonomia para “criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior” (Cf. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/Decreto/D5773.htm).

agenda procurando demonstrar que: a adoção de Ações Afirmativas é resultado de um processo político mais longo. Considera-se Ação Afirmativa um conjunto de medidas de cunho público ou privado, que visa à promoção de ações de caráter redistributivo ou de reconhecimento da participação e importância de grupos minoritários na sociedade brasileira. As cotas raciais representam um dos modelos de Ações Afirmativas vigentes no país e não se restringem ao ensino superior.

Deve-se procurar enfatizar ainda que tais transformações não resultam de um processo abrupto. Elas são frutos de um amadurecimento de processos políticos vigentes desde os anos noventa e da participação dos movimentos sociais das organizações da sociedade civil. Os estudos que abordam a construção da temática racial na agenda das políticas públicas de âmbito federal tomam a Constituição de 1988 como um marco importante para as mudanças ocorridas no país acerca deste tema. A crescente atuação dos movimentos sociais impulsionada pelos rumos da transição democrática é considerada um dos fatores que propiciaram o cenário atual (Lima, 2010; Guimarães, 2005, Barcelos, 1996). No que diz respeito ao debate sobre ensino superior, já nos anos noventa houve iniciativas do movimento negro para tentar ampliar o acesso dos negros ao ensino superior. Destaca-se o projeto Cooperativa Steve Biko que já em 1992 criou um curso pré-vestibular para apoiar a juventude negra da periferia de Salvador (Silva et al., 2009). Essa iniciativa se espalhou por diversas cidades do Brasil. Em síntese, a demanda é antiga e politizada.

A partir da segunda metade da década de noventa acelera-se um processo de mudanças acerca das questões raciais marcadas fortemente por uma aproximação entre movimentos sociais e Estado brasileiro, propiciando propostas e ações mais efetivas por seu caráter reivindicativo. Em 1995, foi criado, por Decreto Presidencial, o Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra que representou uma importante estratégia de aproximação do movimento negro com o Estado brasileiro. A partir de então algumas ações mais específicas começaram a ser delineadas envolvendo alguns ministérios, buscando formas de ampliar o escopo da questão racial no âmbito governamental. A criação de grupos de trabalho que visam acompanhar a formulação e a implementação dessas políticas tornou-se recorrente no governo. Em geral esses grupos agregam diferentes pastas ministeriais e participantes da sociedade civil, configurando-se espaço de interlocução. No caso específico das Ações Afirmativas, destacou-se, nesse período, a criação do GTI – Grupo de Trabalho Interministerial para a valorização da população negra – e do GTEDEO – Grupo de Trabalho para a Eliminação da Discriminação no Emprego e na Ocupação. Foi criado também,

pelo Ministério Público Federal através da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, *o Grupo Temático de Trabalho sobre Discriminação Racial*.

O início do governo de Luís Inácio Lula da Silva, em 2003, marca uma mudança profunda na condução das políticas com perspectiva racial. O principal marco em termos de institucionalização deste governo foi a criação da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), em 21 de março de 2003⁵. Seu intuito principal é a consolidação do tema da igualdade racial envolvendo os ministérios e os demais órgãos do poder executivo, procurando garantir a transversalidade da questão racial. O mote principal desta Secretaria – como informa seu próprio nome – é a ideia de igualdade racial, o que consolida uma mudança de perspectiva em direção às questões de inclusão social. A principal forma de atuação da SEPPIR será através de parcerias e convênios com diferentes ministérios, dentro do âmbito federal, e com governos estaduais e municipais.

É neste cenário que o tema da juventude negra ganhou espaço na agenda governamental e não se restringiu ao tema da educação superior. Segundo o relatório do Encontro Nacional de Juventude Negra, realizado em 2007, na Bahia, há uma ampla demanda da juventude negra voltada à questões como segurança, vulnerabilidade e risco social, cultura, trabalho, acesso a tecnologia. Mas, tais questões escapam ao escopo deste artigo⁶.

Juventude negra e as cotas raciais

■ A história das ações afirmativas para ensino superior no Brasil teve início em dezembro de 2000. Naquele momento, o então governador do Estado do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho, sancionou a lei que estabelecia a reserva de 50% das vagas das universidades públicas do Estado para alunos que tivessem cursado integralmente os níveis fundamental e médio de ensino em instituições da rede pública. No ano seguinte, em novembro de 2001, foi aprovada a lei que instituía a reserva de 40% das vagas das universidades estaduais para a população negra. O que não costuma ser esclarecido neste debate é que, segundo a lei, nesta cota estariam incluídos os negros e pardos beneficiados pela lei de 2000. Ou seja, a

5 A lei 11.693 de junho de 2008 transformou o cargo de Secretário Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial no cargo de Ministro de Estado Chefe da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

6 Para maiores detalhes, ver: http://conneb.org.br/wp-content/uploads/2009/09/enjune__relatorio_do_encontro_nacional_de_juventude_negra1.pdf

condição socioeconômica era um precedente para a inclusão racial. Em 2007, esta lei foi alterada reduzindo a proporção da cota.

Ao longo desses quinze anos, um número crescente de instituições de ensino superior brasileiras públicas, privadas, estaduais ou federais aderiram, mesmo antes da lei de 2012, às políticas de ações afirmativas com recorte social e racial, e este último critério continua causando polêmica. Este intenso debate pelo qual tem passado a sociedade brasileira resulta do fato de que tais políticas tocam em elementos constitutivos das relações raciais brasileiras: a identidade racial e o dilema “raça e classe”.

A primeira crítica versa, na verdade, em torno da ideia de raça e sua institucionalização pelo Estado brasileiro. Segundo seus críticos, o estado brasileiro não deve implementar políticas utilizando critério racial, pois sua implantação significava assumir a existência de raças distintas. Além disso, esse modelo não condiz com a compreensão brasileira da forma como o racismo se manifesta no país. A única maneira de enfrentar o racismo é enfrentar seus pressupostos (Maggie & Fry, 2004). Os defensores dessas políticas afirmam que na sociedade brasileira existem grupos sociais que se identificam e são identificados com marcadores derivados da ideia de raça e que há fortes hierarquias sociais, desigualdades e discriminações que correspondem a esses marcadores. Portanto, é legítimo que o estado brasileiro absorva demandas motivadas pela vontade de beneficiar pessoas discriminadas negativamente a partir de marcas raciais (Guimarães, 2003 e 2005).

Em segundo lugar, há muitos questionamentos sobre a impossibilidade ou dificuldade em definir quem é negro no Brasil devido à miscigenação, considerada marca da identidade nacional. Esse é um ponto controverso que antecede a adoção de políticas afirmativas, mas que se tornam mais complexas quando se elege um sujeito de direito baseado em tal critério. As políticas de ações afirmativas apoiam-se nos estudos sobre desigualdades raciais que utilizam estatísticas oficiais. Tais estudos apontam que as pessoas auto-classificadas como pretos e pardos apresentam nas estatísticas um perfil socioeconômico muito semelhante entre si e muito distinto da população branca (Silva, 1986). Por isso, diversas análises somam as categorias (preto e pardo) e classifica-as como negros ou afrodescendentes. O que fica como ponto altamente polêmico é a definição de beneficiários de políticas afirmativas transformando classificação racial em identidade racial.

No que diz respeito à sobreposição raça e classe, seus críticos afirmam que políticas de cunho social seriam suficientes para combater as desigualdades raciais, pois a maioria dos pobres é negra. Há duas respostas para essa argumentação. A primeira, baseada em análises estatísticas, afirma que há distinções raciais

na pobreza, principalmente nas chances de mobilidade social. Segundo, existe histórica indiferença da sociedade e do estado brasileiros em relação à pobreza. Ou seja, pouca atenção foi dada aos pobres justamente por serem majoritariamente negros. Neste sentido, as ações afirmativas de acesso ao ensino superior são importantes porque tocam no espaço de privilégio da classe média e dos ricos, onde prevalece a presença da população branca.

Vale enfatizar que, diferentemente do que o debate sobre as cotas nos leva a crer, prevalece maciçamente nas políticas de ações afirmativas a condicionalidade social medida pela renda familiar ou pela condição de egresso de escolas públicas. Segundo levantamento feito por João Feres Júnior, coordenador do Grupo de Estudo Multidisciplinar de Ação Afirmativa, 90% das universidades públicas que incluem algum critério étnico-racial nas suas políticas estabelecem previamente parâmetros socioeconômicos⁷.

As polêmicas sobre ações afirmativas no Brasil se concentraram no acesso às universidades do sistema público, que correspondem, conforme apontado anteriormente, a um número restrito de instituições. Restrito, porém fundamental dada à boa qualidade de boa parte delas e ao caráter fortemente elitizado de seu público. Antes da lei de 2012, o governo brasileiro, embora tenha atuado como um ator importante na construção dessas políticas, não teve poder decisório sobre a adesão dessas instituições. Entre 2005 e 2012 o Programa Universidade para Todos, o ProUni, foi o programa nacional de maior impacto conduzido pelo governo federal.

AÇÕES AFIRMATIVAS NO SISTEMA PRIVADO: O CASO DO PROUNI

■ O ProUni tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação em instituições privadas de educação superior. Criado pelo Governo Federal em 2004 e oficializado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005, o programa oferece, em contrapartida, isenções de tributos às instituições de ensino que dele participam. No momento de sua implantação, era o único programa de acesso à universidade que era da competência do governo federal, pois as instituições públicas federais tinham autonomia para decidir se adotavam ou não um programa de Ação Afirmativa. Sem dúvida, em termos numéricos, continua sendo a política de maior impacto. Desde o início do programa, em 2005, até 2010, foram concedidas mais de 1.000.000 de bolsas. Infelizmente,

7 Site: www.gemaa.iesp.br.

o Ministério da Educação não tem disponibilizado informações mais detalhadas sobre esse programa.

O Programa tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais (50%) a estudantes de baixa renda em cursos de graduação de instituições privadas de educação superior. O ProUni também reserva bolsas para os que se autodeclararam pretos, pardos ou índios no ato de inscrição. O percentual de bolsas destinadas aos cotistas é estabelecido com base no número de cidadãos pretos, pardos e indígenas, por Unidade da Federação, segundo o último censo do IBGE, devendo se enquadrar nos demais critérios de seleção do programa: renda familiar per capita de três salários mínimos, ter feito o ensino médio na escola pública e ter realizado a prova do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Em relação às instituições de ensino superior participantes, a adesão é voluntária e tem como contrapartida a isenção de tributos e impostos. A instituição deve garantir vagas para os alunos do PROUNI em todos os cursos oferecidos pela instituição de maneira proporcional.

Esse programa enfrenta um conjunto de problemas. Em primeiro lugar, há problemas relativos à qualidade das instituições privadas. A segunda questão diz respeito ao viés do sistema privado em relação às carreiras e cursos devido à sua baixa oferta de cursos de ponta e ao viés regional, dado que a distribuição das instituições de ensino do sistema privado é bastante desigual.

Mas pelo desenho do sistema privado de ensino, é possível indicar que os tipos de inclusão promovidos pelo sistema privado e pelo sistema público são bastante distintos. Enquanto o programa de Ação Afirmativa nas instituições privadas beneficia um número muito maior de pessoas do que nas instituições privadas, a qualidade do ensino oferecida nessas instituições é muito heterogênea.

A pesquisa realizada na cidade de São Paulo aponta que o programa, de fato, tem propiciado o acesso de jovens pobres e negros que não teriam condições de arcar com os custos de mensalidade ou que não tiveram êxito nas tentativas de acesso à instituição pública de ensino superior. Vale ressaltar que a decisão pela instituição privada não se relaciona apenas com a questão da dificuldade de ingresso no sistema público. Envolve razões de outra ordem como, por exemplo, a necessidade de conciliar estudo e trabalho. As instituições públicas têm menor oferta de cursos noturnos e há muitos cursos em período integral. As instituições privadas, além de ofertarem mais cursos no período noturno, oferecem meios de adequar os horários para aqueles que necessitam trabalhar.

O ProUni representa uma ampliação de acesso ao ensino superior, portanto, enquanto política de diminuição das desigualdades de oportunidades é eficaz.

Entretanto, como é um programa voltado para o sistema privado, reproduz os problemas que afetam a formação dos estudantes neste sistema como a pouca oferta de carreiras de prestígio e de maior retorno no mercado de trabalho, além dos sérios problemas de qualidade.

Os resultados da pesquisa apontam que a ampliação de oportunidades oferecida aos jovens é diferenciada pela qualidade da sua inserção no próprio sistema privado, mensuradas pelo perfil da instituição e da carreira escolhida. Considerando esse aspecto, o ProUni ao mesmo tempo em que reforça a sobre-representação dos grupos sociais tradicionalmente mais excluídos em áreas de formação menos valorizadas e com menor retorno no mercado de trabalho, propicia, em menor escala, acesso às carreiras mais concorridas e à instituições privadas de prestígio. Portanto, é um modelo de inclusão, mas que reproduz certo nível de desigualdades, reforçando a estratificação do ensino superior. Por isso, é de vital importância garantir que as ações afirmativas estejam presentes tanto no sistema público quanto privado, tanto nas melhores instituições quanto naquelas de menor prestígio. Além disso, é necessário incluir o sistema privado nas discussões sobre ensino superior no Brasil, que sempre esteve muito voltado para as instituições públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

■ Segundo o Censo Demográfico brasileiro de 2010, havia, no país, 10.353.865 de jovens com idade entre 15 a 17 anos e 23.873.786 jovens com idade entre 18 e 24 anos. Os adolescentes e jovens negros deste país correspondem a 56,2% e 53,7%, respectivamente, desses grupos etários. As desigualdades raciais que atingem esta população tem tido e continuará tendo efeitos dramáticos na vida adulta destes jovens caso não existam políticas criadas com o intuito de diminuir situações de desigualdades de oportunidades que afeta os jovens negros deste país.

Este artigo apresentou um quadro geral da situação educacional sob três perspectivas distintas. Em primeiro lugar, foram descritas as características educacionais dos indivíduos, que em geral constituem abordagem principal das análises sobre desigualdades educacionais. Duas questões se destacam neste aspecto: i) o problema do acesso à educação ainda persiste, exceto para o ensino fundamental e ii) a trajetória dos indivíduos é marcada por fortes barreiras de progressão no sistema escolar e os atributos de sexo e cor/raça são variáveis explicativas importantes na compreensão deste fenômeno.

O segundo aspecto abordado diz respeito à estrutura do sistema de ensino superior e seu crescimento recente. O ponto principal é que o ensino superior no

Brasil é predominantemente privado e composto por faculdades, e sua expansão é irregular. Tais características geram consequências para a qualidade do ensino ofertado, para o perfil dos egressos do sistema no que diz respeito aos cursos e a áreas de formação como também para aumentar as desigualdades regionais de acesso. Entretanto, percebe-se que as políticas de acesso ao ensino superior não podem prescindir de pensar um modelo de inclusão que envolva tanto o acesso às instituições públicas quanto às instituições privadas. Este é um dilema que se coloca para pensar a educação superior no Brasil.

No que diz respeito à expansão do ensino superior, há um crescimento considerável no número e na proporção de estudantes neste nível de ensino. Mas a característica fundamental e que afeta este momento de expansão é que o nível educacional da população brasileira ainda é baixo e há uma parcela significativa de adolescentes e jovens fora do sistema de ensino. Apesar de ocorrer uma melhoria na permanência dos estudantes no sistema de ensino (demanda criada pela ampliação do acesso ao ensino médio), ainda há o desafio de aumentar a proporção da população jovem no sistema de ensino superior e diminuir as desigualdades sociais e raciais existentes tanto no acesso e distribuição (desigualdades entre grupos) quanto na qualidade.

Tratando especificamente das políticas, observou-se que, embora tenha ocorrido um forte debate sobre as ações afirmativas nas universidades públicas, elas avançaram antes mesmo da existência da lei que impusesse sua adoção às instituições federais de ensino, demonstrando a força política deste debate. Dado o menor peso das instituições públicas no sistema de ensino superior, foi necessário desenvolver uma política de inclusão que abrangesse o setor privado. Neste contexto, criou-se o Programa Universidade para Todos (PROUNI). Embora tenham existido críticas ao programa, elas não se concentraram na existência de critérios raciais, e sim por ser uma política que investe no sistema privado, cuja qualidade de ensino, em geral, é baixa e transfere recursos (via isenção de impostos) ao setor privado da educação (Almeida, 2014). Nota-se claramente que o que está em jogo não é apenas o uso do critério racial, mas sim que tipo de recurso é mobilizado e que público é afetado por essas políticas. Neste caso, as políticas de acesso à universidade pública – que atende a um público menor e corresponde a uma proporção minoritária do sistema de ensino superior – provocaram um debate muito mais amplo e polêmico do que a cota racial na oferta de bolsas pelo ProUni.

Em relação às políticas com vistas à diminuição das desigualdades raciais, há que se considerar a contribuição das políticas sociais mais amplas para seu enfrentamento, ou seja, qual a aderência das políticas voltadas para as populações

socialmente desfavorecidas às diferenças raciais. Pois, muitas vezes, quando se polariza políticas focais versus políticas universais não se considera a que estão em curso diversas políticas focais sem que sejam utilizados os critérios de pertencimento a raça ou gênero. É o caso, por exemplo, das políticas de transferência de renda, onde os critérios e condicionalidades não estão informados necessariamente por essas variáveis, mas que podem ter como seus principais beneficiários os segmentos por elas representados. Por outro lado, as políticas de reconhecimento não definem necessariamente seu público alvo por critérios socioeconômicos e colocam propostas e desafios distintos. Entretanto, esse aspecto não se restringe à realidade brasileira. Há um intenso debate sobre os dilemas acerca das políticas distributivas ou redistributivas que visam igualdade econômica e as políticas de reconhecimento que se baseiam em políticas culturais da diferença⁸.

MÁRCIA LIMA · Professora do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo. Pesquisadora associada ao Centro de Estudos da Metrópole (CEM) e coordenadora do Núcleo Desigualdades e Desenvolvimento do CEBRAP. Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), através do processo nº 2013/07616-7 (CEPIDCEM) e à Fundação Ford pelo apoio a esta pesquisa.

8 Vale ressaltar aqui a diferença que Nancy Fraser faz entre identidade e reconhecimento, na qual este último reivindica o reconhecimento de status dos membros individuais do grupo como parceiros plenos da interação social. É o reconhecimento inapropriado não permite aos indivíduos participarem como iguais na vida social (Fraser, 2002).

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, W. *ProUni e o ensino superior privado lucrativo em São Paulo: uma análise sociológica*. São Paulo: Musa Editora, 2014.
- BARCELOS, L.C. Mobilização racial no Brasil: uma revisão crítica. *Revista Afro-Ásia*, no. 17, p. 187-210, 1996.
- COLLARES, A. C. The Expansion of Higher Education in Brazil between 1982 and 2006: disentangling age, period and cohort effects. Trabalho apresentado no 33º. Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Caxambu, mimeo, 2009.
- DAFLON, V. Et al. Ações afirmativas raciais no ensino superior público brasileiro: um panorama analítico. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 43, n. 148, Abril de 2013.
- FRASE, Nancy. Redistribuição ou reconhecimento? Classe e status na sociedade contemporânea. Interseções – *Revista de Estudos Interdisciplinares*. UERJ, ano 4, no. 1: 7-32, jan/jun, 2002.
- FRY, Peter; MAGGIE, Yvonne. Cotas raciais – construindo um país dividido? *Econômica*, vol 6, nº 1, p. 153-161, Junho 2004.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. A questão racial na política brasileira (os últimos quinze anos). *Tempo soc.*, Nov 2001, vol.13, no.2, p.121-142. ISSN 0103-2070.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Acesso de negros às universidades públicas. *Cad. Pesqui.*, Mar 2003, no.118, p. 247-268.
- GUIMARÃES, Antonio Sergio Alfredo. Contexto histórico-ideológico do desenvolvimento das ações afirmativas no Brasil. Seminário Internacional “Ações Afirmativas nas políticas educacionais brasileiras: o contexto pós-Durban”. Brasília: Ministério da Educação e a Câmara Federal. Setembro, 2005.
- HASENBALG, C. & SILVA, N. V. Tendências da Desigualdade Educacional no Brasil”, *Dados Revista de Ciências Sociais*, v. 43, No. 3, p. 423-445, 2000.
- LIMA, Márcia. Desigualdades raciais e políticas públicas: ações afirmativas no governo Lula. *Novos Estudos- CEBRAP*. 2010, n.87, p. 77-95.
- SILVA et al. Juventude negra e educação superior. In: Castro, Jorge Abrahão de, Aquino, Luseni Maria C. de & Andrade, Carla Coelho de (org.). *Juventude e políticas sociais no Brasil*, 2009.
- SILVA, N. V. Updating the cost of not being white in Brazil. In: Fontaine, Pierre Michel. *Race, Class and Power in Brazil*, Los Angeles: UCLA, 1986, p. 42-55.

Lugar de jovem é na universidade! Políticas públicas de educação e a ampliação do acesso ao ensino superior brasileiro.

CARLA REGINA MOTA ALONSO DIÉGUEZ

APRESENTAÇÃO

■ O ensino superior brasileiro passou por diversas mudanças nos últimos 20 anos. A promulgação da Lei de Diretrizes e Bases em 1996 definiu as linhas para todos os níveis de ensino, incluindo o ensino superior. Para este nível de ensino, foram comunicadas as formas de curso a serem ministradas (sequenciais, graduação, pós-graduação, a distância e extensão) e atribuída autonomia às universidades, no tocante a abertura de novos cursos e de novas vagas nos cursos já existentes (Brasil, 1996).

Isso permitiu a expansão do setor privado, que, com a abertura dos seus capitais na bolsa de valores, conseguiu ampliar a sua atuação em nível nacional, criando grandes conglomerados educacionais¹ (Chaves, 2010; Marques, 2013). Contudo, até o início dos anos 2000, essa expansão não significou o efetivo ingresso do jovem na universidade, principalmente o jovem de baixa renda.

Esse acesso só foi ampliado a partir de 2003, com a implantação e melhoria de determinadas políticas destinadas ao ensino superior, como o Prouni e o FIES, e a reestruturação e ampliação do ensino superior público de nível federal, que possibilitou a interiorização das universidades e a ampliação do número de

1 Os principais conglomerados educacionais brasileiros são Króton Educacional e Estácio. A eles se agrega a Laureate International Universities, uma das principais operadoras de importantes instituições educacionais brasileiras, como a Universidade Anhembi-Morumbi e Complexo Educacional FMU.

curso e vagas, dando aos jovens mais oportunidades de obterem seus diplomas de graduação.

É nesse cenário que esse artigo se situa, procurando entender como as políticas empreendidas nos últimos 20 anos modificaram o acesso ao ensino superior brasileiro e abriram oportunidades para os jovens, principalmente os de baixa renda, se escolarizarem e conseguirem se inserir de maneira mais qualificada no mercado de trabalho.

Para isso, precisamos entender brevemente a expansão do ensino médio brasileiro, que pressiona a ampliação do ensino superior com uma demanda maior de estudantes; posteriormente buscamos situar as políticas desenvolvidas nos últimos 20 anos (ENEM, FIES, Prouni, SISU) nesse quadro, procurando entender, ao final, como elas contribuem para melhorar o ingresso do jovem no ensino superior e, conseqüentemente, em sua vida profissional.

Para efeitos de análise, neste artigo delimitamos por jovens, homens e mulheres entre 18 e 24 anos. Sabemos que pelo Estatuto da Juventude² são considerados jovens pessoas entre 15 e 29 anos. Contudo, quando pensamos o acesso ao ensino superior, consideramos que a faixa etária de 18 a 24 anos é a mais condizente com aquela apta ao acesso e permanência nesse nível de ensino, pois leva em conta que a idade padrão para conclusão do ensino médio é 17 anos e que um curso de graduação é realizado, em média, em quatro anos.

Esse artigo traz dados preliminares da pesquisa realizada no âmbito do Projeto “Ensino superior, políticas de pesquisa e inovação, processos de desenvolvimento – estudo comparado de quatro países: Alemanha, Brasil, França e Estados Unidos”, financiada pela Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

I. A EXPANSÃO DO ENSINO MÉDIO BRASILEIRO E O ENEM: NOVAS DEMANDAS PARA O ENSINO SUPERIOR

■ A expansão do ensino médio brasileiro é objeto da Constituição Federal. No capítulo III, seção I, que trata sobre Educação, o artigo 208 garante a educação básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos e a progressiva universalização do ensino médio gratuito, colocando, assim, o Estado (seja em nível federal ou esta-

2 Cf. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, institui o Estatuto da Juventude. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm>

dual) como o principal agente no processo de universalização da educação básica (Brasil, 1988).

Em 1996, as novas regras para a educação brasileira trazidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) organizaram o ensino básico e superior e colocaram como demanda para o segundo, a absorção do contingente de alunos do ensino médio, que viria com a universalização desse nível de ensino proposta pela LDB (Senado, 2005). Para auxiliar nessa absorção, assim como servir para um entendimento maior do conteúdo ministrado no ensino médio com vistas a ajustes e reformulações, foi criado em 1998, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

[...] importância de uma educação com conteúdos analiticamente mais ricos, voltados para o desenvolvimento do raciocínio e a capacidade de aprender a aprender, buscando a eliminação paulatina dos currículos gigantescos e permitindo que as escolas do ensino médio concentrem-se no que é importante ensinar. (Castro; Tiezzi, 205, p. 131)

Em 2000, dois anos após a criação do ENEM, apenas 9,1% da população de 18 a 24 anos com ensino médio completo conseguia ingressar no ensino superior (Corbucci, 2014, p. 12), sendo que havia 28% da população dessa faixa etária apta a esse ingresso. Na região Norte, eram 17,5% de jovens entre 18 a 24 anos com ensino médio completo, sendo que apenas 3,7% conseguiam acessar o ensino superior, o que mostra que além de não haver a absorção dos estudantes oriundos do ensino médio nos cursos de ensino superior, havia também uma desigualdade regional nesse acesso, dado que regiões como a Sul tinham acesso maior que o total para o Brasil (cerca de 13% entre os jovens de 18 a 24 anos).

Colocava-se então um desafio: como absorver a demanda, que se tornaria crescente com a perspectiva de universalização do ensino médio, no ensino superior, de maneira contínua e igualitária entre as regiões brasileiras? É interessante notar que esse desafio surgia em um momento de expansão do ensino superior privado, impulsionado pela Lei de Diretrizes e Bases e que se beneficiaria dessa crescente demanda³.

O ENEM converteu-se então em importante instrumento para a inserção do jovem no ensino superior. Contudo, para ser efetivo nessa ampliação, ele pre-

3 Corbucci (2014) mostra como parte dessa demanda nas cidades do interior era absorvida principalmente pelas IES privadas.

cia ser associado a outras políticas. Assim, em 2004, sua realização tornou-se obrigatória para quem quer pleitear uma bolsa do Programa Universidade para Todos (Prouni) e a partir de 2009, alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) puderam utilizá-lo para obtenção de certificação de conclusão do ensino médio. Ainda em 2009 o ENEM foi elevado ao status de processo seletivo, com sua realização tornando-se critério para ingresso nas universidades federais e institutos federais de educação. Acrescenta-se a isso a adoção da nota do ENEM como complemento às notas dos vestibulares das instituições de ensino privadas e a reformulação do exame, que passou a ser feito em dois dias e a ter 180 questões.

Assim, o exame que nasceu com a pretensão de avaliar a educação básica tornou-se o principal instrumento de ligação entre essa e o ensino superior, constituindo-se como uma das principais políticas de acesso a esse nível de ensino, ao mesmo tempo em que possibilita avaliar e constituir parâmetros para a reforma do ensino médio, pauta que já vem sendo discutida pelo Congresso Nacional desde 2013⁴. O ENEM permite estabelecer a relação entre a educação básica e a superior, sendo o instrumento integrador dessas políticas, ao mesmo tempo em que avalia a educação básica e estabelece diretrizes importantes para esse nível da educação.

2. A EXPANSÃO DO SISTEMA PÚBLICO DE ENSINO SUPERIOR E O SISU

■ Como visto, o ENEM surgiu para avaliar o ensino oferecido em nível médio e, no decorrer do tempo, tornou-se importante instrumento para a universalização do ensino superior brasileiro. Contudo, isso só se tornou possível no final dos anos 2000, no período dos governos de Luiz Inácio Lula da Silva, durante os quais ocorreu um forte investimento na ampliação do ensino superior público.

Durante os dois governos de Fernando Henrique Cardoso, vimos a ampliação do ensino superior privado, estimulada pela abertura proporcionada pela Lei de Diretrizes e Bases, com a permissão de investimento do capital privado nesse nível da educação e de diversificação de cursos (sequencial, a distância, bacharelado, licenciatura, tecnólogo) e modelos de instituições (universidades, centros universitários, faculdades isoladas). A possibilidade de haver cursos sequenciais

4 Cf Projeto de Lei nº 6840, de 2013, que “estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para instituir a jornada em tempo integral no ensino médio, dispor sobre a organização dos currículos do ensino médio em áreas do conhecimento e dá outras providências”. Disponível em <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=602570>>

e a distância, centros universitários voltados apenas ao ensino ou universidades congregando ensino e pesquisa, no modelo de instituições líderes e seguidoras, estimulou o capital privado a aumentar a quantidade de instituições e também de vagas.

A tabela I mostra que nos anos dos governos de Fernando Henrique Cardoso há um aumento das instituições de ensino superior privadas, cujo número chega em 2002 – último ano do referido governo – a total quase 300% maior que aquele encontrado no primeiro ano do governo FHC (1995). No mesmo período, há a redução de um terço das instituições de ensino superior públicas. Ou seja, a política empreendida nas gestões de Fernando Henrique Cardoso é claramente voltada à ampliação do ensino superior privado, que tem por base a abertura de cursos a distância e de centros universitários, com foco apenas em atividades de ensino, sem preocupação com o tripé tradicional do ensino superior: ensino, pesquisa e extensão. Dessa forma, o ensino superior brasileiro volta-se para a produção em massa de cursos superiores desagregada do desenvolvimento da pesquisa científica, o que acarreta numa crescente formação de recursos humanos para o mercado de trabalho sem a contrapartida em desenvolver pesquisa e inovação.

TABELA I: Número de Instituições de Ensino Superior – 1995 a 2010⁵

Ano de Referência	Total	IES Públicas	IES Privadas
1995	894	301	593
1998	973	209	764
1999	1097	192	905
2002	1637	195	1442
2003	1859	207	1652
2006	2270	248	2022
2007	2281	249	2032
2010	2378	278	2100

Fonte: Censo da Educação Superior – INEP. Elaboração: Livia Lima.

Essa redução no número de IES públicas não diminuiu o número de vagas e de concluintes em seus cursos, os quais cresceram durante os governos de Fernando Henrique Cardoso. Contudo, nesse período, as IES públicas federais

5 Agradeço a Livia de Souza Lima, aluna do curso de Sociologia e Política da FESPSP, pela elaboração de parte das tabelas utilizadas nesse artigo.

ficaram restritas aos grandes centros urbanos, como as capitais dos estados e cidades de regiões metropolitanas, e também as regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul (Corbucci, 2014, p 27). Em 2000, 57,4% das vagas ofertadas no ensino superior público estavam no interior dos estados brasileiros, contudo, esse número não passava de 33% na região Norte e 49,8% na região Nordeste, enquanto na região Sudeste, atingia 65,8%.

TABELA 2. Vagas, Inscrições, Ingressantes e Concluintes – 1995 a 2010
Primeiros e últimos anos das gestões FHC e Lula

	1995	1998	1999	2002	2003	2006	2007	2010
Brasil								
Vagas	610.355	776.031	894.390	1.773.087	2.002.733	2.629.598	2.823.942	3.120.192
Inscrições	2.653.853	2.858.016	3.344.273	4.984.409	4.900.023	5.181.699	5.191.760	6.698.902
Ingressantes	510.377	651.353	744.024	1.205.140	1.262.954	1.488.509	1.481.955	1.590.212
Concluintes	245.887	274.384	300.761	466.260	528.223	736.829	756.799	829.286
Público								
Vagas	178.145	195.725	218.589	295.354	281.213	331.105	329.260	445.337
Inscrições	1.399.092	1.591.283	1.806.208	2.627.200	2.367.447	2.350.184	2.290.490	3.364.843
Ingressantes	158.012	196.365	210.473	280.491	267.081	297.407	298.491	408.562
Concluintes	87.862	106.082	105.360	151.101	169.159	183.085	193.531	178.407
Privado								
Vagas	432.210	570.306	675.801	1.477.733	1.721.520	2.298.493	2.494.682	2.674.855
Inscrições	1.254.761	1.266.733	1.538.065	2.357.209	2.532.576	2.831.515	2.901.270	3.344.059
Ingressantes	352.365	454.988	533.551	924.649	995.873	1.151.102	1.183.464	1.181.650
Concluintes	158.025	168.302	195.401	315.159	359.064	553.744	563.268	650.879

Fonte: Censo da Educação Superior – INEP Elaboração: Lúvia Lima

Ao mesmo tempo, o ensino superior privado expandiu-se, aumentando em mais de 300% o número de vagas e em 100% o número de concluintes entre 1995 e 2002. Em 2000, 79,8% das vagas oferecidas no Brasil estavam no setor privado (Corbucci, 2014, p. 27). Assim, este período caracteriza-se pela expansão regulamentada do ensino superior privado, indicando forte inclinação do Estado em conceder esse nível de ensino ao capital privado, mesmo apresentando um esforço para regular esta concessão, a partir da criação da avaliação dos cursos de graduação. As universidades públicas ainda eram bastante elitistas, com processos seletivos rigorosos, considerados difíceis para boa parte dos alunos provindos do

ensino básico público, que apesar de ampliar o número de vagas, não se tornou melhor em termos da qualidade de seu ensino. Neste sentido, as universidades públicas ainda mantinham em seus bancos alunos vindos, em grande maioria, das camadas mais altas da sociedade.

Ao assumir a presidência em 2003 com o compromisso de erradicar a miséria e aliar desenvolvimento econômico e social, Luiz Inácio Lula da Silva encontrou um desafio: como realizar tal feito com as condições de acesso ao ensino superior existentes naquele momento? Como formar quadros qualificados para pesquisa e inovação sem acesso universal ao ensino superior, e mais ainda, sem a presença crescente de instituições de ensino superior que mantivessem em sua missão o tripé ensino-pesquisa-extensão?

Um dos caminhos encontrados foi a ampliação do número de vagas em universidades públicas federais e a criação de novas universidades, feita a partir de um projeto de expansão e descentralização das IES públicas. Foi então possível a criação de universidades como a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, sediada na cidade de Diamantina (MG) e que saiu do estatuto de faculdades federais para universidade federal em 2005⁶, ou a Universidade Federal do Vale do São Francisco⁷, criada ao final do segundo governo Fernando Henrique Cardoso, cujas atividades, desenvolvidas em campi nos estados de Pernambuco, Bahia e Piauí, iniciaram no primeiro governo Luiz Inácio Lula da Silva. A elas somam-se outras como a Universidade Federal do ABC, fundada em 2005⁸ na região do ABC paulista com o projeto de bacharelados interdisciplinares; a Universidade Federal da Fronteira Sul, criada em 2009⁹ com atuação nos três estados da região Sul; e a Universidade Federal da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, criada em 2010¹⁰ no Ceará com a proposta de integra-

6 Cf. Lei nº 11.173, de 6 de setembro de 2005, transforma as Faculdades Federais Integradas de Diamantina em Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11173.htm>

7 Cf. Lei nº 10.473, de 27 de junho de 2002, institui a Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10473.htm>

8 Cf. Lei nº 11.145, de 26 de julho de 2005, que institui a Fundação Universidade Federal do ABC – UNIABC. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11145.htm>

9 Cf. Lei nº 12.029, de 15 de setembro de 2009, dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2009/lei-12029-15-setembro-2009-591206-normaatualizada-pl.html>>

10 Cf. Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010, dispõe sobre a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12289.htm>.

ção entre Brasil, Timor Leste, Angola e demais países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Essas universidades foram criadas ou beneficiadas pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)¹¹, instituído em 2007 com as seguintes diretrizes:

- I - redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;
- II - ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior;
- III - revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade;
- IV - diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada;
- V - ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e
- VI - articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica. (Brasil, 2007)

O REUNI assim permitiu a expansão das vagas nas universidades já existentes, a reestruturação de cursos de graduação, a criação de cursos de pós-graduação *stricto-sensu* e, principalmente, a manutenção dos estudantes na universidade, visto que a evasão é um dos principais problemas enfrentados tanto pelo setor público como pelo setor privado.

Para que essa expansão fosse ainda maior foi criado o Sistema de Seleção Unificada (SISU) em 2009. O SISU é um sistema informatizado, mantido pelo Ministério da Educação, que permite as IES públicas oferecerem vagas a candidatos que fizeram o ENEM. O SISU possibilita que um estudante de Goiás possa se candidatar a uma vaga em uma universidade mineira, sem que para isso precise viajar centenas de quilômetros e gastar dinheiro, às vezes pouco, com passagens e hospedagem para participar do processo seletivo.

11 Cf. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, institui o REUNI. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm>

Segundo Corbucci (2014), em 2010, para 71,4% de população entre 18 e 24 anos com ensino médio completo em cidades do interior havia 65,2% de vagas em universidades públicas nesses locais, em um claro avanço da universalização do ensino superior.

Desta forma, o SISU democratiza o acesso ao ensino superior público federal e consolida o ENEM como importante instrumento de avaliação do ensino médio e de acesso ao ensino superior.

Contudo, o aumento da presença do setor privado no ensino superior e a impossibilidade do setor público em atender completamente a demanda crescente de jovens aptos ao ingresso no ensino superior colocavam outros desafios para o governo. Entre eles estava o planejamento de políticas que se beneficiassem da expansão do setor privado, aproveitando vagas ociosas nas IES privadas, e que contribuíssem para o projeto de universalização do ensino superior brasileiro.

3. FIES E PROUNI: POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR PRIVADO

■ O projeto de universalização do ensino superior empreendido após 2003 não poderia contar apenas com a participação do setor público. A expansão do setor privado entre os anos de 1995 e 2002 apresentava um campo propício para políticas que usufruíssem das vagas ociosas e possibilitassem um acesso maior de estudantes, principalmente de baixa renda, ao ensino superior. Segundo Carvalho (2006, p. 993), em 2004, 49,5% das vagas nas IES privadas não foram preenchidas. Em contrapartida, a demanda de alunos oriundos do ensino médio era crescente, passando de 24,4% da população entre 18 e 24 anos em 2000 para 48,5% em 2010 (Corbucci, 2014, p. 17).

O Programa Universidade para Todos (Prouni) é um dos primeiros esforços dos governos de Luiz Inácio Lula da Silva nesse sentido. Criado em 2004 e regulamentado pela Lei nº 11.096/2005¹², o Prouni está assentado na expansão do ensino privado, ocorrida durante os dois governos de Fernando Henrique Cardoso, aumentando as oportunidades de acesso de alunos de baixa renda ao ensino superior e preenchendo as vagas ociosas nas IES privadas.

O Prouni aproveita estas vagas para oferecê-las a alunos de baixa renda, por meio de concessão de bolsas de estudos parciais e integrais. Em contrapartida, as

12 Cf. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, institui o Programa Universidade para Todos (ProUni). Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/L11096.htm>

IES que acolhem estes alunos obtêm isenção fiscal. Para se candidatar, o aluno deve ter renda familiar *per capita* máxima de três salários mínimos e ter feito o ENEM¹³.

Segundo dados do site do Prouni¹⁴, foram ofertadas, em 8 anos, mais de 1 milhão e 500 mil bolsas de estudo integrais e parciais, sendo que nesse período, o número total de bolsas concedidas quase triplicou. Conforme a tabela 3, o programa iniciou com uma oferta maior de bolsas integrais e aos poucos foi equilibrando, chegando em 2012 com uma oferta de 53% de bolsas integrais e 47% de bolsas parciais. Em 2012, quase 300 mil estudantes foram beneficiados pelo Prouni e puderam ter acesso ao ensino superior de qualidade, em instituições privadas reconhecidas e aprovadas pelo Ministério da Educação. Além disso, os dados mostram que negros e pardos são em maior quantidade entre os bolsistas, o que pode nos levar a supor que há relação entre pobreza e raça¹⁵.

TABELA 3. Quantidade de bolsas parciais e integrais ofertadas pelo Prouni

Bolsas ofertadas Prouni					
Ano	Parcial	%	Integral	%	Total
2005	40.370	36	71.905	64	112.311
2006	39.970	29	98.698	71	138.697
2007	66.223	40	97.631	60	163.894
2008	125.510	56	99.495	44	225.061
2009	94.517	38	153.126	62	247.681
2010	115.351	48	125.922	52	241.321
2011	124.926	49	129.672	51	254.647
2012	133.752	47	150.870	53	284.669
Total acumulado	740.619	44	927.319	56	1.668.281

Fonte: Site do Prouni: <http://prouniportal.mec.gov.br/> – Elaboração da autora.

13 Dados obtidos no site do Programa Universidade para Todos (ProUni) <http://siteprouni.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=124&Itemid=140>

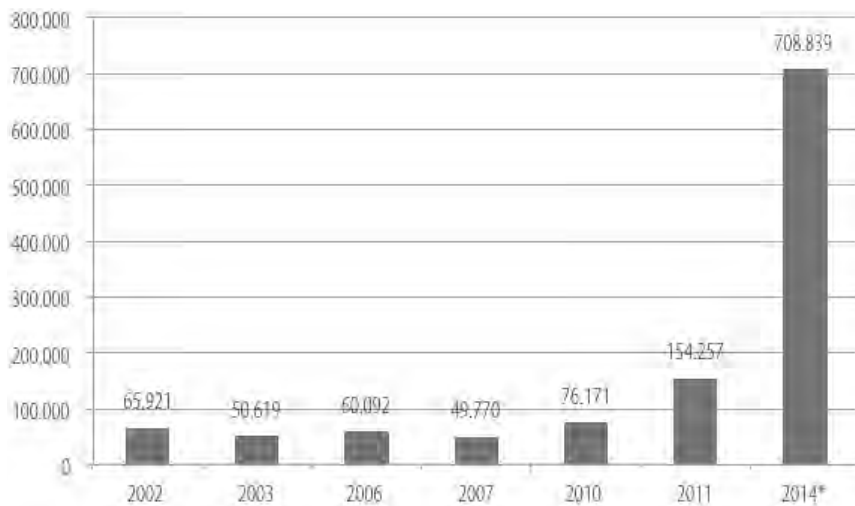
14 Site do Prouni: <<http://prouniportal.mec.gov.br/>>

15 Negros e pardos somavam 535.750 bolsistas entre os anos de 2005 e 2012 contra 516.110 brancos. A diferença é pequena, contudo aponta para a existência de um contingente maior de pessoas auto classificadas como negras e pardas em condições sociais inferiores.

Aliado ao ProUni como programa de acesso ao ensino superior privado está o Financiamento Estudantil (FIES). Criado no segundo governo Fernando Henrique Cardoso¹⁶, o FIES financia as mensalidades dos estudantes no ensino superior privado, subsidiando, assim, o desenvolvimento das IES privadas.

O programa, que se tornou um importante instrumento de massificação do ensino superior, concede financiamento público parcial ou integral das mensalidades para estudantes de cursos de ensino superior que possuam, no mínimo, nota 3 no Índice Geral de Cursos (IGC), publicado pelo MEC. No período de realização do curso de graduação o aluno fica isento do pagamento das mensalidades, cujo valor é repassado mensalmente a IES, que assume parte dos riscos, algo em torno de 6% do valor total da mensalidade (Thimoteo, 2014). Os estudantes iniciam o pagamento dos valores devidos a União após um ano e meio da conclusão dos estudos, em parcelas com juros inferiores aos praticados pelo sistema financeiro e que podem se estender por até 10 anos.

GRÁFICO I. Contratos do FIES – períodos iniciais e finais de governos



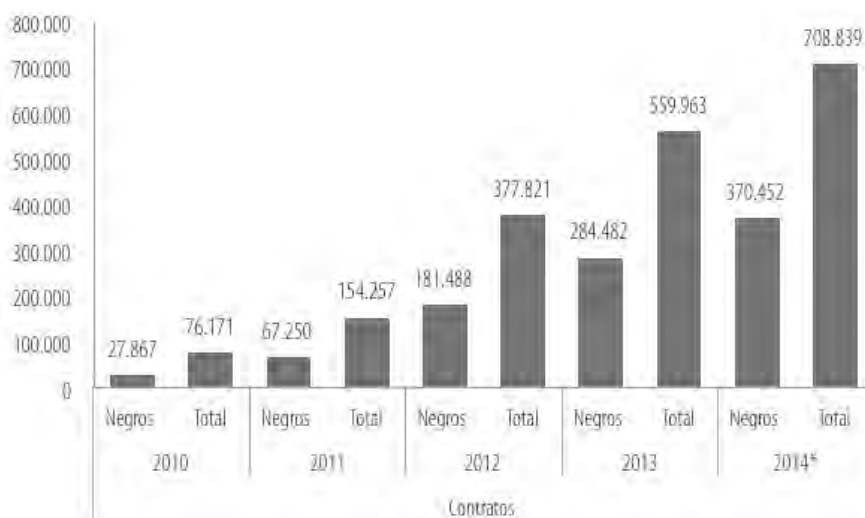
*Os dados de 2014 referem-se até agosto.

Fonte: Plataforma de Indicadores – Governo Federal – Elaboração da autora.

16 Cf. Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do ensino superior. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/10260.htm>.

Nos últimos 12 anos, o número de contratos firmados pelo FIES cresceu mais de 1000% e nos últimos 4 anos, o crescimento chegou a quase 10 vezes. Agrega-se a isso o fato de que mais da metade dos contratos firmados no ano de 2014 foram para pessoas autodeclaradas negras, o que reafirma a ideia anteriormente apontada da forte presença de não brancos entre a população de baixa renda e sinaliza para a promoção do acesso de camadas menos privilegiadas e grupos mais vulneráveis da sociedade a níveis de ensino até pouco tempo inatingíveis para essa população.

GRÁFICO 2. Contratos de FIES para negros – Anos 2010 a 2014



*Os dados de 2014 referem-se até agosto.

Fonte: Plataforma de Indicadores – Governo Federal – Elaboração da autora.

Contudo, como ressaltado anteriormente, tal programa, apesar de permitir o acesso em larga escala das camadas mais baixas da população ao ensino superior com uma sinalização para a massificação e universalização desse nível de ensino, investe na expansão do setor privado.

Em 2002, a quantidade de cursos de graduação presenciais era de 5.252 em instituições de ensino superior públicas e 9.147 em instituições privadas. Em 2012, esse número havia duplicado nos dois setores, com o setor privado respondendo por dois terços dos cursos de graduação presenciais no Brasil, sendo que, nesse mesmo ano, esses cursos receberam 77% dos ingressantes em cursos de graduação presenciais no Brasil.

TABELA 4. Quantidade de cursos de graduação presenciais – Anos 2002 e 2012

Categoria Administrativa	2002			2012		
	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior
Brasil	14.399	4.909	9.490	30.718	11.411	19.307
Pública	5.252	1.578	3.674	10.394	3.107	7.287
Privada	9.147	3.331	5.816	20.324	8.304	12.020

Fonte: Sinopse da Educação Superior. Elaboração da autora.

TABELA 5. Vagas e ingressos em cursos de graduação presenciais – Anos de 2002 e 2012

Categoria Administrativa	2002			2012		
	Vagas Oferecidas	Candidatos Inscritos	Ingressos	Vagas Oferecidas	Candidatos Inscritos	Ingressos
Brasil	1.773.087	4.984.409	1.205.140	3.324.407	10.927.775	1.970.392
Pública	295.354	2.627.200	280.491	539.648	6.577.483	462.097
Privada	1.477.733	2.357.209	924.649	2.784.759	4.350.292	1.508.295

Fonte: Sinopse da Educação Superior. Elaboração da autora.

Quando olhamos para esses dados a partir da graduação à distância, verificamos que há um crescimento grande do número de cursos nessa modalidade entre os anos de 2002 e 2012 e que apesar de haver pouca diferença entre os setores públicos e privados, esse último responde pela maioria dos cursos nessa modalidade.

TABELA 6. Número de cursos de graduação a distância – Anos 2002 e 2012

Ano	Setor		
	Pública	Privada	Total
2002	37	9	46
2012	511	637	1.148

Fonte: Sinopse da Educação Superior. Elaboração da autora.

Dessa forma, podemos dizer que a expansão do ensino superior no Brasil está fortemente assentada no setor privado, em um processo iniciado já nos governos de Fernando Henrique Cardoso, e que ganha força com as políticas de financiamento de alunos dos governos Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff (Chaves, 2010; Almeida, 2012). É claro o beneficiamento do setor privado com

essas políticas, contudo, são ainda maiores os benefícios que tais políticas trazem aos estudantes, principalmente os jovens de baixa renda.

4. LUGAR DE JOVEM É NA UNIVERSIDADE: AS CONSEQUÊNCIAS DAS POLÍTICAS PARA O ACESSO AO JOVEM AO ENSINO SUPERIOR

■ Vimos no decorrer do artigo que o Governo Federal tem trabalhado nos últimos 20 anos para melhorar as condições de acesso ao ensino superior. O ENEM, o SISU, o FIES e o Prouni são algumas das políticas que auxiliam no ingresso e permanência no ensino superior, beneficiando, principalmente, a população jovem, mais precisamente aquela entre 18 e 24 anos, faixa etária considerada padrão para esse nível de ensino.

É sabido, como vimos anteriormente, que a Lei de Diretrizes e Bases buscou a universalização dos ensinos fundamental e médio, gerando uma demanda de jovens em busca da escolarização em nível superior. Ou ao menos era o que se esperava. Contudo, o que havia no Brasil após 1995 era uma demanda represada de adultos concluintes do ensino médio e que não haviam conseguido ingressar no ensino superior, dado o número reduzido de vagas nas IES públicas e os altos valores praticados pelas poucas IES privadas existentes.

TABELA 7. Pessoas de 25 anos ou mais por nível de escolaridade – 2000

Idade	Fundamental incompleto – 1ª série a 3ª série	Fundamental incompleto – 4ª série a 7ª série	Fundamental	Médio	Superior completo
25 a 29 anos	2,09	5,19	2,94	3,98	0,92
30 a 34 anos	2,17	4,88	2,62	3,28	1,03
35 a 39 anos	2,2	4,51	2,27	2,92	1,15
40 a 49 anos	4	7,3	2,85	3,69	1,98
50 a 59 anos	3,35	4,42	1,22	1,49	1,06
60 a 69 anos	2,39	2,62	0,58	0,62	0,41
70 anos ou mais	1,65	1,7	0,36	0,35	0,21
Total	17,85	30,62	12,84	16,33	6,76

Fonte: Censo Demográfico IBGE. Elaboração da autora.

Em 2000, quase 60% da população acima de 25 anos tinha entre o ensino fundamental II incompleto e o ensino médio completo. Se observarmos apenas a

faixa etária entre 25 e 39 anos, temos 32,59% da população com esse nível de escolaridade, dos quais 10% possuía o ensino médio completo. Ou seja, as políticas que se iniciaram nos governos de Fernando Henrique Cardoso também contribuíram para possibilitar a essa parcela da população aumentar a sua escolaridade, beneficiando-se de programas como o FIES para cursar o ensino superior.

Contudo, havia a necessidade de absorver a demanda que seria gerada também com a expansão do ensino médio. Conforme apontado por Corbucci (2014), em 2000 28,4% da população entre 18 e 24 anos possuía o ensino médio completo, sendo potenciais pleiteantes a uma vaga no ensino superior. Juntando os dados com a faixa etária acima de 25 anos com ensino médio completo, a demanda por ensino superior seria de 44,7% da população acima de 18 anos.

Para melhorar o ingresso de tais jovens no ensino superior foram empreendidas diversas políticas, como visto anteriormente. A questão que se coloca é: tais políticas – ENEM, FIES, SISU, Prouni, ampliação das universidades federais – proporcionaram uma melhora significativa no acesso do jovem ao ensino superior e resultaram em aumento da escolaridade da população brasileira?

A tabela 8 mostra que houve um aumento de 1,5% entre os anos de 2000 e 2010 da população entre 20 e 24 anos que cursava o ensino superior. Em números percentuais parece um pequeno crescimento, mas quando olhamos para os números absolutos, esse percentual representa um milhão de estudantes a mais nos bancos universitários do que em 10 anos atrás.

TABELA 8. Pessoas entre 15 a 24 anos pelo nível de ensino que frequentavam – 2000 e 2010

Nível de ensino ou curso que frequentavam	15 a 19 anos		20 a 24 anos	
	2000	2010	2000	2010
Regular do ensino médio	10,23	10,24	2,77	1,43
Educação de jovens e adultos do ensino médio	-	1,03	-	0,61
Ensino superior (graduação)	0,88	1,58	2,39	3,92

Fonte: Censo Demográfico IBGE. Elaboração da autora.

Quando observamos os dados sobre escolaridade, com o objetivo de verificar se tais políticas resultaram em seu aumento, verificamos que entre os anos de 2000 e 2010 há um aumento de mais de 5% entre as pessoas acima de 25 anos com ensino superior completo, o que representa mais de 12 milhões de brasileiros acima dessa idade com tal nível de escolaridade.

TABELA 9. Pessoas de 25 anos ou mais por nível de escolaridade – 2000 e 2010

Nível de escolaridade	2000		2010	
	N. Abs.	%	N. Abs.	%
Sem instrução e fundamental incompleto	54.042.777	63,23	54.466.106	49,25
Fundamental completo e médio incompleto	10.974.667	12,84	16.204.251	14,65
Médio completo e superior incompleto	13.963.821	16,34	27.156.813	24,56
Superior completo	5.787.753	6,77	12.462.016	11,27

Fonte: Censo Demográfico IBGE. Elaboração da autora.

Tais números indicam que as políticas empreendidas no decorrer de 20 anos, com especial atenção as políticas criadas e conduzidas em doze anos dos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff resultaram em efetivo aumento da escolaridade e beneficiaram em especial a população jovem, que mesmo com a demanda represada por ensino superior das faixas etárias acima de 25 anos, é aquela que mais afluiu a universidade, como é possível ver na tabela 10.

TABELA 10. Pessoas acima de 15 anos pelo nível de ensino que frequentavam – 2000 e 2010

Faixa Etária	Ensino Médio		Superior	
	2000	2010	2000	2010
15 a 19 anos	10,23	10,24	0,88	1,58
20 a 24 anos	2,77	1,43	2,39	3,92
25 a 29 anos	0,91	0,64	0,9	1,98
30 a 39 anos	0,88	0,7	0,83	1,83
40 a 49 anos	0,28	0,37	0,29	0,75
50 anos ou mais	0,09	0,3	0,07	0,35

Fonte: Censo Demográfico IBGE. Elaboração da autora.

Assim, é possível concluir que essas políticas têm impacto significativo nas oportunidades de ingresso do jovem ao ensino superior, que reverberam em expressivo aumento da escolaridade da população brasileira.

Tais políticas além de auxiliarem na escolarização da população, em especial a jovem, também permitem que essa parcela da população retarde sua entrada no mercado de trabalho, o que poderá resultar em um ingresso mais qualificado nesse mercado. Também é importante ressaltar que essas políticas podem auxiliar na

diminuição da taxa de jovens “nem-nem” (que nem estudam e nem trabalham), sendo uma oportunidade para esse jovem se escolarizar e assegurar a qualificação necessária para acesso a empregos com melhores condições de trabalho e salário (Cardoso, 2013).

CONCLUSÃO

■ Nos últimos 20 anos foram empreendidas diversas políticas que visam a aumentar a escolaridade da população brasileira, em especial a ampliação da parcela dessa população com ensino superior completo. Essas políticas beneficiaram a expansão do ensino superior tanto no setor público como no setor privado, em uma perspectiva de universalização desse nível de ensino.

Essa proposta de universalização do ensino superior melhorou efetivamente os níveis de escolaridade da população brasileira, que passou de 6,77% em 2000 para 11,27% de pessoas com ensino superior completo. Todavia, os números ainda são baixos quando comparados a outros países, em especial aqueles que fazem parte da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), nos quais a média em 2012 era de 30% da população entre 25 e 64 anos com ensino superior completo (OECD, 2014).

A melhoria do acesso ao ensino superior ao jovem é evidente, dado que aumenta a quantidade de jovens com ensino médio completo ao mesmo tempo em que são disponibilizadas diversas políticas que auxiliam em seu ingresso no ensino superior, inclusive possibilitando ao jovem de baixa renda estudar em IES privadas, sem a tensão da inadimplência e da evasão. As políticas empreendidas, em especial o Prouni e o FIES, auxiliam tanto no acesso quanto na permanência desse jovem no ensino superior.

Políticas como essas não beneficiam apenas o aumento dos níveis de escolaridade, mas também na melhoria da qualificação da mão de obra brasileira. Um programa como o FIES, ao financiar completamente as mensalidades da universidade, permite ao jovem retardar a sua entrada no mercado de trabalho, se dedicando apenas aos estudos, ou, em caso de busca de emprego, a optar por estágios que o propiciem a união entre a teoria da sala de aula e a prática do exercício profissional. Desta forma, essas políticas poderão, em um médio prazo, resultar em melhorias significativas dos níveis de produtividade no Brasil, considerando que a qualificação da mão de obra é uma das variáveis que interfere nesse índice.

Ao final de 2014, o governo federal anunciou algumas medidas que modificam o acesso ao FIES, como a exigência de pontuação mínima no ENEM e

aumento da nota dos cursos para concessão do financiamento. As IES privadas reagiram a essas medidas, que para elas significa um posicionamento do governo federal a diminuição do financiamento a esse setor do ensino superior. O governo federal garante que tais medidas não visam tal redução, mas a qualificação da distribuição do financiamento, privilegiando os melhores cursos (Moura, 2014).

As consequências de tais medidas para os jovens ainda não são conhecidas. Mas é possível aventar que podem suceder em uma restrição do número de vagas financiadas pelo FIES ao mesmo tempo em que possibilitarão àqueles que conseguirem acessar tais vagas, estar em cursos bem avaliados, o que poderá resultar em uma melhor qualificação para esse jovem. Todavia, ainda é cedo demais para saber quais os resultados de tais medidas para a juventude e para o país como um todo. O que sabemos, diante do que aqui foi exposto, é que políticas como essas ainda são necessárias no Brasil para a diminuição da desigualdade educacional e, conseqüentemente, a desigualdade social.

CARLA REGINA MOTA ALONSO DIÉGUEZ é docente da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo e doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas. É pesquisadora associada ao Projeto “Ensino superior, políticas de pesquisa e inovação, processos de desenvolvimento – estudo comparado de quatro países: Alemanha, Brasil, França e Estados Unidos”, financiado pela Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Wilson Mesquita de. *Ampliação do Acesso ao Ensino Superior Lucrativo Brasileiro: um estudo sociológico com bolsistas do Prouni na cidade de São Paulo*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em 25. jan. 2015.

_____. *Lei nº 9.394*, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em 25. jan. 2015.

CARDOSO, Adalberto. Juventude, trabalho e desenvolvimento: elementos para uma agenda de investigação. *Caderno CRH*, Salvador, v. 26, n. 68, ago. 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792013000200006&lng=pt&nrn=iso>

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. O Prouni no Governo Lula e o Jogo Político em torno do acesso ao ensino superior. *Educação e Sociedade*. Campinas, vol. 27, n. 96 – Especial, p. 979-1000, out. 2006.

CASTRO, Maria Helena Guimarães de; TIEZZI, Sergio. A reforma do ensino médio e a implantação do ENEM no Brasil. In SCHWARTZMAN, Simon; BROCK, Colin. *Os desafios da educação no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. p. 115-147.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior brasileiro: a formação dos oligopólios. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 31, n. 111, p. 481-500, abr.-jun. 2010.

CORBUCCI, Paulo Roberto. *Texto para Discussão 1950: Evolução do Acesso de Jovens à Educação Superior no Brasil*. Brasília, Rio de Janeiro: IPEA, 2014.

MARQUES, Waldemar. Expansão e oligopolização da educação superior no Brasil. *Avaliação (Campinas)*, Sorocaba, v. 18, n. 1, Mar. 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772013000100005&lng=en&nrn=iso>. Acesso em 15.dez.2014.

OECD. *Education at a Glance 2014: OECD Indicators*. Paris: OECD Publishing, 2014. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1787/eag-2014-en>>. Acesso em 15. dez.2014.

MOURA, Rafael Moraes. MEC amplia exigência para crédito educativo na graduação. *O Estado de São Paulo*. 29. Dez. 2014. Disponível em <<http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,mec-amplia-exigencia-para-credito-educativo-na-graduacao,1613379>>. Acesso em 20.mar.2015.

SENADO FEDERAL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília: Senado Federal, 2005. Disponível em <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>>. Acesso em 15. dez. 2014.

THIMOTEO, Thais. FIES não é um fiasco. *Revista Conjuntura Econômica*. V. 68 nº 11, nov. 2014. Disponível em <<http://goo.gl/axiTzu>>. Acesso em 15. jan.2015.

Como a juventude se relaciona com a democracia: compreensões com base em pesquisas

HUMBERTO DANTAS

RODRIGO ESTRAMANHO DE ALMEIDA

INTRODUÇÃO

■ O presente ensaio consiste em um exercício de compreensão sobre como o jovem na cidade e na região metropolitana de São Paulo se relaciona com a democracia em termos de confiança e participação nas instituições, bem como analisa o impacto de uma ação específica de formação política, investigando as possíveis contribuições que a atividade pode proporcionar na formação da opinião do público jovem.

O sentido deste exercício de compreensão e da avaliação de uma intervenção educacional se coloca frente aos desafios da superação de uma cultura política que valoriza tópicos desfavoráveis à democracia que se materializam em “atitudes de indiferença, apatia e distanciamento da arena política, e na crença de que não há nada que se possa fazer para mudar o atual estado de coisas” (Baquero, 2001, p. 98), o que parece ser o pano de fundo dos resultados da pesquisa *O jovem e a política na cidade de São Paulo*, realizada pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo – FESPSP, em agosto de 2014, tema da primeira parte do ensaio.

Na segunda parte são analisados os resultados de avaliação de um conjunto de 10 cursos de Iniciação Política promovidos pela Fundação Konrad Adenauer em 2014, tendo como público alvo principal jovens estudantes da rede pública, participantes de projetos sociais de diferentes organizações do terceiro setor.

Ao final, o intuito é buscar uma relação entre os resultados colhidos na pesquisa da FESPSP e nos cursos da KAS-Brasil, a partir dos quais parece possível apostar em hipótese associada ao fato de que jovens ouvidos nas ruas reproduzem

aspectos de descrença encontrados em pesquisas de opinião realizadas com faixas etárias mais amplas, mas são capazes de reconhecer que ações de educação política podem ser relevantes em sua formação cidadã.

O JOVEM NA CIDADE DE SÃO PAULO E A POLÍTICA: ATITUDE DESFAVORÁVEL À DEMOCRACIA

■ Em agosto de 2014, o Núcleo de Pesquisas em Ciências Sociais da FESPSP, realizou um *survey* cujo objetivo foi o de captar a atitude (o que pensam), e o comportamento (o que fazem), os jovens residentes na cidade de São Paulo em relação às instituições políticas.¹

Planejada com intervalo de confiança de 95% e margem de erro de três pontos percentuais, a pesquisa coletou em diferentes pontos de fluxo da capital paulista a opinião de 1.130 jovens residentes na cidade. O intervalo etário utilizado foi baseado naquele definido no Estatuto da Juventude, instituído pela Lei 12.852 de 5 de agosto de 2013, no qual “são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade” (Brasil, 2013)².

Duas perguntas nortearam o inquérito: a) qual o nível de confiança do jovem residente na cidade de São Paulo nas instituições políticas? e; b) qual o nível de participação política do jovem da cidade?

Em relação à primeira pergunta denominamos confiança o sentimento de segurança, de firmeza que o indivíduo sente em relação ao sucesso, ao desempenho de uma dada instituição na realização de suas atividades, cuja finalidade pública visa à promoção do bem comum³. Ao tratar, pois, da confiança do jovem em relação a uma dada instituição política, como, por exemplo, o governo estadual,

1 Trata-se da pesquisa O jovem e a política na cidade de São Paulo: confiança e participação nas instituições. Disponível em: <http://www.fespssp.org.br/pesquisa/pesquisas-fespssp>. Acessado em mar.2015.

2 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm. último acesso em mar.2015.

3 “Em linguagem comum, *confiança* designa segurança de procedimento ou crença em outros com quem interajo e convivo. Nas ciências sociais, o interesse pelo conceito está associado à preocupação com os processos informais através dos quais as pessoas enfrentam incertezas e imprevisibilidades decorrentes da crescente complexificação da vida que caracteriza o mundo globalizado, interdependente e crescentemente condicionado por avanços tecnológicos. Essa situação implica em conhecimento limitado sobre os processos de tomada de decisões coletivas e as ações de governos que afetam a vida das pessoas.(...) e, nas últimas décadas, o conceito vem sendo usado para designar grande variedade de fenômenos sociais e políticos que, malgrado colocar os atores envolvidos em situação de risco, se refere à coesão social necessária ao funcionamento das sociedades complexas, desiguais e diferenciadas.” (MOISÉS, 2005, p.82-83)

objetivamos saber se o entrevistado declarava uma atitude favorável, dizendo se confia ou confia totalmente nas realizações da instituição ou desfavorável, isto é, se não confia ou confia parcialmente.

Já a segunda pergunta que norteou a composição do inquérito está relacionada ao comportamento. O jovem paulistano participa, isto é, atua em uma ação conjunta, contribui na realização de atividades em uma dada instituição política, tal como um partido ou movimento? Assim “o temo participação, tomado em sentido estrito, poderia ser reservado para situações em que o indivíduo contribui direta ou indiretamente para uma decisão política” (Sani, 1998, p. 888).

Quanto ao conceito de instituição – que aparece tanto na primeira, confiança, quanto na segunda linha, participação, norteadora da pesquisa – diz respeito aos “padrões regularizados de interação que são conhecidos, praticados e aceitos regularmente (embora não necessariamente aprovados normativamente) por agentes sociais dados que, em virtude dessas características, esperam continuar interagindo sob as regras e normas incorporadas nesses padrões” (O’Donnell, 1991, p. 25).

Correspondentes a esta definição apresentamos aqui descrições estatísticas de confiança de jovens nos poderes executivo, legislativo e judiciário, bem como em instituições de força legítima tais como as forças armadas e as polícias federal, militar e civil; e a participação e confiança dos jovens nos partidos políticos e nos movimentos sociais.

Do ponto de vista mais propriamente político os jovens foram indagados sobre a confiança na classe política, independentemente das instituições. Uma questão foi elaborada, também, para verificar a participação dos jovens da cidade de São Paulo em manifestações, fenômenos cada vez mais comuns desde junho de 2013.⁴

A seguir apresentamos os dados socioeconômicos da amostra total de indivíduos entrevistados e, logo após, os percentuais de participação e confiança dos jovens paulistanos nas instituições. A ideia básica é formar um quadro descritivo em relação às questões até aqui apresentadas à guisa de gerar alguma problematização sobre a cultura política do jovem na cidade de São Paulo.

4 Em julho de 2013 ocorreram várias manifestações que levaram milhares de pessoas para as ruas das principais capitais do país. As denominadas ‘jornadas de junho’ tiveram início em São Paulo com as ações do movimento Passe Livre, cuja pauta era se opor ao aumento nas passagens de ônibus da capital. Antipartidárias, as passeatas logo ganharam a adesão de milhares de jovens e a agenda atomizou-se em diversas demandas que iam do fim da corrupção às melhorias na saúde e educação. Sobre o assunto ver: Ortellado; Judensnaider; Lima; Pomar, 2013 e Gohn, 2014.

Perfil dos entrevistados

■ Dos 1.130 casos válidos obtidos na pesquisa, 585 são de indivíduos do sexo masculino (51,8%) e 545 (48,2%) do sexo feminino e, seguindo o já observado parâmetro etário do estatuto da juventude⁵, foram entrevistados indivíduos com idade declarada entre 15 e 29 anos.

O conjunto dos dados demonstra que pouco mais da metade dos casos (51,5%) é formada por jovens com idade entre 15 e 20 anos. Na faixa etária considerada ideal para o curso do ensino médio que vai dos 14 aos 17 anos, estão pouco mais de 20% dos casos e, aqui, para os propósitos do ensaio, vale ressaltar que esta é, também, a faixa onde não há obrigatoriedade do voto. Já os jovens adultos – dos 18 aos 29 anos – entre os quais o voto passa a ser obrigatório, somam 58% da amostra. Isto quer dizer que mais da metade dos jovens entrevistados são por direito/obrigação, segundo os parâmetros da legislação brasileira, eleitores.

Em relação à escolaridade dos entrevistados verifica-se que entre os não eleitores (15 anos) não há analfabetos, grande parte (83%) tem o ensino fundamental completo e quase 10% deles declararam possuir o ensino médio completo. Já entre os eleitores facultativos (16 a 17 anos), 15% têm o ensino médio completo e 80% possuem o fundamental.

Quando observados os dados de escolaridade dos jovens adultos que são eleitores pode-se notar que pouco mais de 34% possuem ensino médio completo e outros 24% estão cursando o ensino superior. Ademais, 14% interromperam a faculdade e 13% a concluíram. Assim, considerando os que declararam cursar ou ter cursado graduação somados aos que disseram cursar ou estar cursando pós-graduação, pode-se afirmar que 55% dos entrevistados estão, passaram pelo ou concluíram o ensino superior. Apenas 2% dos entrevistados com idade entre 18 e 29 anos declararam não ter o ensino fundamental completo e não chega a 11% o percentual de jovens entrevistados que possuem apenas o ensino fundamental.

Aqui a intenção ao descrever esses dados sobre escolaridade separados em eleitores facultativos e plenos é porque supomos que a educação formal, o nível de escolaridade, é item importante no que diz respeito à formação da opinião dos sujeitos, sobretudo quando a opinião está relacionada a assuntos da política, tais como a participação e confiança nas instituições⁶.

5 Ver nota 4.

6 Sobre a relação escolaridade e democracia ver Virginio, 2012 e Schlegel, 2010. O primeiro propõe que existe relação direta entre o avanço da democracia e uma educação que qualifica para o debate público. Nesta proposta a formação política do professor é fundamental para a constituição

Quanto à ocupação, 72% dos jovens entrevistados declararam estar desenvolvendo alguma atividade remunerada – formal ou informal – ou estar procurando emprego (10%). Fora do critério de economicamente ativos estão 22% dos casos e a parte majoritária desses últimos só estudam (20%).

Pode-se afirmar, pois, que os níveis de participação e confiança que serão aqui apresentados advêm de uma amostra cujo nível de escolaridade e ocupação pode ser considerado acima da média nacional⁷ e que a maior parte dos entrevistados é formada por cidadãos políticos plenos, uma vez 60% exercem o direito obrigatório do voto.

PARTICIPAÇÃO E CONFIANÇA

■ Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral, há, no Brasil, pouco mais de 15 milhões de pessoas filiadas a partidos políticos, isto é, mais ou menos 10% do eleitorado nacional. Na cidade de São Paulo são 8.782.406 eleitores e, destes, 527.881 são filiados a partidos políticos (6%). O eleitorado jovem na cidade corresponde a aproximadamente 36% do total⁸.

Entre os 1.130 jovens entrevistados, 29 disseram ser filiados a algum partido político⁹. Considerando a margem de erro da pesquisa pode-se ponderar que o percentual de jovens residentes em São Paulo filiados a partidos políticos pode chegar perto de 6%. Assim, a proporção de jovens eleitores residentes em São Paulo que dizem estar filiados a algum partido político não está muito distante

de um processo educacional voltado ao avanço da cidadania. Já o segundo aponta que a escolarização crescente no Brasil não representou um acréscimo nos níveis de politização da sociedade, pelo contrário. Ainda, sobre educação política e democracia ver Dantas, 2010 e, também, o dossiê *Educação política: reflexões e práticas democráticas* no *Cadernos Adenauer*, a.11, n. 3, 2010.

7 Sobre esse aspecto ver Klix, Tatiana. Só metade dos jovens de 18 a 24 anos conclui o ensino médio. IG, São Paulo, 17.09.2010. Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/so+metade+dos+jovens+de+18+a+24+anos+conclui+o+ensino+medio/n1237778307974.html> último acesso em mar.2015 e IBGE: 37,9% dos jovens brasileiros abandonam estudos; na Europa, índice é de 16,9%. UOL, São Paulo, 28.11.012. Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/noticias/2012/11/28/jovem-brasileiro-abandona-duas-vezes-mais-a-escola-que-estudante-europeu-segundo-ibge.htm>. Último acesso em mar.2015.

8 Dizemos aproximadamente, pois no banco de dados do Superior Tribunal Eleitoral o total de eleitores jovens na cidade de São Paulo está considerada na faixa de 16 a 34 anos, diferente da faixa considerada neste ensaio. Os percentuais foram obtidos por meio das estatísticas do eleitorado disponíveis no portal do TSE. <http://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/estatisticas-de-eleitorado> acessado em mar.2015.

9 PT(14), PSDB(4) e PSTU (3) somam 72% dos casos. PSOL e PSS com 2 filiados cada e PMDB, PV, PSC e PtdoB com 1 filiado cada.

das médias gerais da cidade ou do país. Não obstante, é preciso lembrar que se tomarmos os dados de outras pesquisas de opinião sobre participação, os partidos registram 3% de filiados, e, também é de comum acordo entre líderes partidários que muitas dessas filiações são feitas sem o consentimento do eleitor.¹⁰

Em uma realidade onde a filiação partidária é historicamente baixa, o percentual encontrado na pesquisa não surpreende e vem tão somente confirmar o que já se sabe: o vínculo formal dos cidadãos brasileiros com os partidos políticos é pouco expressivo, e isso se aplica também ao estrato jovem da população no município de São Paulo.

Outra pergunta referente à participação política dizia respeito aos movimentos sociais. Quando indagados sobre se participavam regularmente de alguma atividade de militância em movimento político ou social, 8,4% dos entrevistados responderam positivamente. Frente à resposta positiva foi perguntado a qual movimento eram ligados e mais de duas dezenas de organizações foram citadas, mas apenas cinco dessas produziram percentuais acima de três pontos: movimento estudantil (6,3%), movimento feminista (5,3%), movimento passe livre (4,2%), *green peace* (4,2%) e movimento pela legalização da maconha (3,2%). Destes dados pode-se depreender que a participação do jovem na cidade de São Paulo em movimentos sociais é um pouco maior que o número de jovens filiados a partidos políticos, pois, considerando a margem de erro pode chegar a 12%. Em todo caso o percentual é bastante discreto, ainda mais quando comparado ao percentual de jovens que disseram ter participado de algum tipo de manifestação no último ano, 41%, independentemente de liderança e/ou orientação partidária ou de organizações do movimento social.

Os números levam a pensar que apesar da participação dos jovens em manifestações na cidade de São Paulo ser bastante expressiva, elas não ocorrem por meio do envolvimento formal “em” ou “com” instituições políticas típicas. Ainda, os dados sobre confiança nas instituições políticas colaboram na compreensão do fenômeno¹¹ e vale lembrar que o tom geral das manifestações ocor-

10 Em especial aqui merece destaque a pesquisa da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) realizada e divulgada em 2008 com 1.502 entrevistas sobre confiança nas instituições. Em questão sobre participação social e política 5% dos respondentes afirmavam fazer parte de partidos políticos.

11 Ver também as pesquisas nacionais do Datafolha (2014) e do IBOPE (2013) sobre confiança nas instituições cujos resumos estão disponíveis, respectivamente, em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/07/forças-armadas-e-pf-sao-instituicoes-mais-confiaveis-diz-datafolha.html> e <http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Paginas/Cai-a-confiança-dos-brasileiros-nas-instituicoes.aspx>. Acessado em mar.2015

ridas desde junho de 2013 era antipartidário e contra as instituições políticas tradicionais.¹²

Ao serem indagados sobre se confiavam totalmente, confiavam, confiavam em parte ou não confiavam nos partidos políticos e nos políticos em geral os jovens demonstraram níveis baixos de confiança. Como se pode notar pelo gráfico 1, a quantidade de indivíduos que disseram confiar totalmente nos partidos ou nos atores políticos não ultrapassa 1%. Ainda, apenas 6% disseram confiar nos partidos e 4% nos políticos. Pouco mais de um terço dos entrevistados disseram confiar parcialmente e a grande maioria disse desconfiar tanto dos partidos quanto dos políticos.

GRÁFICO 1. Confiança dos jovens paulistanos nos políticos e nos partidos

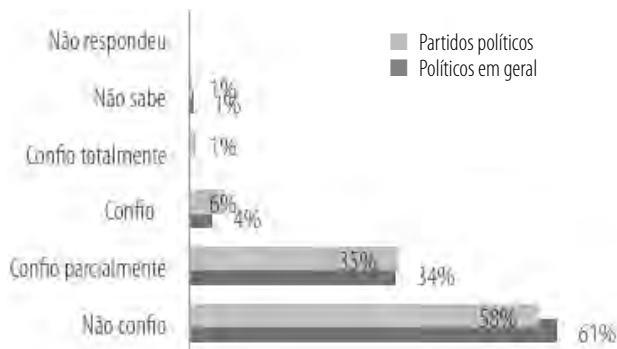
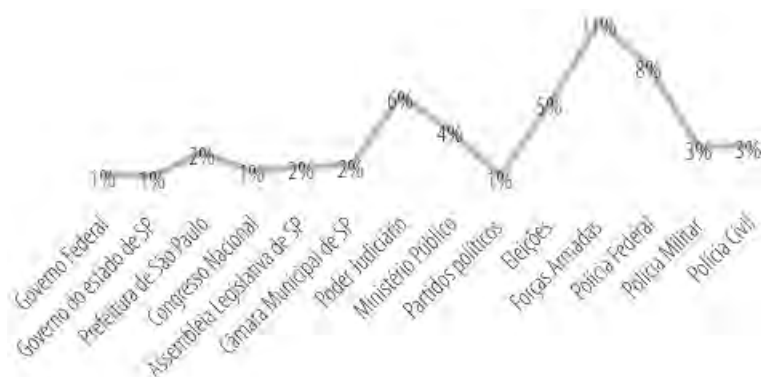


GRÁFICO 2. Confiança dos jovens paulistanos nas instituições



12 Ver nota 6.

A guisa de obter um índice de confiança geral, comparando todas as instituições avaliadas no inquérito, separamos os percentuais apenas em relação à resposta que indicava confiança total. Entre as 14 instituições avaliadas, apenas uma – forças armadas – ultrapassou 10% das respostas. E, num ranking, a polícia federal alcança o segundo lugar (8%) e o poder judiciário o terceiro, com 6% das respostas que indicam confiança total.

Pela análise dos dados, a despeito de uma clara ausência de confiança plena no conjunto de instituições apresentado, pode-se depreender que a atitude do jovem residente em São Paulo é mais favorável em relação às instituições de controle e justiça do que às instituições cujo significado está mais próximo da representação, leia-se da democracia, pois nenhuma das instituições cuja investidura é possibilitada pelas eleições majoritárias ou proporcionais alcançou pontuação superior a 3% de confiança total. Aqui, os dados parecem indicar que o comportamento e a atitude dos jovens na maior e mais complexa cidade do país não destoam do que é comum à cultura política brasileira: a preferência pela autoridade, antes da representação; a confiança antes em instituições cuja natureza é hierárquica, do que naquelas cujo sentido é o da democracia.¹³

Não obstante o comportamento político do jovem na cidade (embora rarefeito na participação em partidos e movimentos sociais) encontre algum lugar em manifestações, sabemos que estas ocorreram e ainda ocorrem sem lastro específico, com caráter difuso e agenda atomizada. O único mote comum destas talvez seja o que também se verifica na pesquisa: a descrença nas instituições e nos atores políticos. Talvez daí a maior confiança nas instituições hierárquicas e de controle, supostamente capazes de ordenar aquilo que gera desconfiança.¹⁴

Frente a uma cultura política cuja atitude do jovem tende a ser de reforço da autoridade e descrença na democracia, seria a educação política um instrumento para a mudança de atitude e revisão do comportamento? E, ainda, como o jovem vê seu papel em relação à vida política do país? O próximo tópico de nosso ensaio

13 Este aspecto da cultura política brasileira foi já bastante ventilado pelo pensamento social do século XX no país. Apreciação concisa do tema foi feita por Baquero, 2001. Sobre autoridade e hierarquia na cultura brasileira ver Da Matta, 1980, Chauí, 2000 e o capítulo final de Faoro, 2001.

14 Nas recentes manifestações ocorridas em 15 de março de 2015, contra a corrupção e contra o governo Dilma Rousseff, podia-se ver centenas de manifestantes de diferentes faixas etárias hasteando faixas e cartazes conclamando intervenção militar, pedindo a volta da ditadura ou maiores poderes à polícia federal. Há dezenas de imagens e vídeos disponíveis na internet e podem ser facilmente localizados nos mecanismos de busca.

consiste numa análise de ação do tipo, verificando seu impacto na opinião do jovem sobre política.

O OLHAR DO JOVEM NO CONTEXTO DE UMA ATIVIDADE DE INICIAÇÃO POLÍTICA

■ Diferentemente da pesquisa da FESPSP, que tinha como objetivo compreender a confiança e a participação do jovem paulistano nas instituições, construindo amostras e respeitando aspectos metodológicos e estatísticos, os números trazidos aqui advêm da avaliação que um conjunto de jovens fez de atividades de educação política desenvolvidas pela Fundação Konrad Adenauer desde 2009 em bairros periféricos da Região Metropolitana de São Paulo. Trata-se de um conjunto de dez cursos anuais de Iniciação Política. A atividade teve início em parceria da organização alemã com um programa denominado Centro de Integração da Cidadania (CIC) do governo do estado de São Paulo. Inicialmente foram formados, em dois anos (2009 e 2010), cidadãos das comunidades que vivem no entorno desses equipamentos sociais estaduais. A partir de 2011 o foco se voltou para escolas públicas de ensino médio próximas desses centros. E por fim, em 2013 e 2014, o curso passou a atender jovens participantes de programas desenvolvidos por organizações não-governamentais cujo objetivo é, principalmente, o preparo para o mercado de trabalho.

Os resultados apresentados aqui dialogam com os questionários preenchidos em 2014 por 559 jovens ao longo das atividades que foram realizadas entre março e setembro. As organizações atendidas estão localizadas em bairros da capital, sobretudo da periferia, e em uma cidade da Grande São Paulo, a saber: Suzano (duas turmas), Parada de Taipas (uma turma), Jardim São Jorge (duas turmas), Jardim Internacional (uma turma), Itaim-Paulista (duas turmas), além de uma turma em ONG no centro da capital e do atendimento a um projeto social da Escola de Artes e Comunicação (ECA) da USP, realizado na Cidade Universitária.

Ao longo das atividades, distribuídas em três encontros de três horas cada um, os participantes tomaram contato com conceitos e percepções suprapartidárias acerca de: democracia, ética, divisão dos poderes, esferas de poder, participação social, cidadania e políticas públicas. Em todos os encontros o conteúdo é dividido igualmente entre aulas expositivas e dinâmicas de conceituação, quando os alunos são divididos em grupos, respondem questões e expõem os resultados para os demais. O fechamento das atividades em cada um dos dias do curso guarda relação com a tentativa de os participantes perceberem como suas respostas po-

dem contribuir para uma reflexão mais ampla, estimulando atitudes e buscando compreender a importância da política em nosso cotidiano.

Os resultados sobre a percepção desses alunos acerca da política são captados ao término do curso por meio do preenchimento de um formulário de avaliação. Isso representa dizer que as visões aqui analisadas já sofreram o impacto de ações específicas de educação no campo da política. Esse ponto pode ser importante para o estabelecimento de comparações com a pesquisa da FESPSP. Não é, entretanto, a intenção dessa parte do trabalho fazer essa conexão. As relações entre os resultados das pesquisas serão tratados na parte seguinte desse artigo. Mas que fique claro que os jovens aqui analisados estão sob o impacto de uma atividade, o que nos impossibilita de dizer que suas visões podem representar sentimentos mais amplos sobre como o estudante enxerga a política.

Para os fins desse trabalho, inicialmente é interessante a apresentação das características gerais do público que respondeu aos questionários. No que diz respeito ao gênero, 46% são homens e 54% são mulheres, desequilíbrio já apontado em pesquisas desde o início da década passada, indicando que as meninas têm estado em maioria discreta, e semelhante a esta, nas fileiras do ensino médio. Em relação à idade, 91% têm entre 14 e 18 anos. Se considerarmos que essa é uma idade bastante esperada para alunos dessa etapa da educação, será possível perceber características importantes desse grupo específico de cidadãos. Assim, reforça essa ideia o fato de 86% dos respondentes, ou seja, dos participantes das atividades, estarem no primeiro (49%), segundo (23%) ou terceiro ano (14%) do ensino médio. Por fim, é importante destacar que 94% dos participantes não trabalham, algo bastante esperado aqui, uma vez que parte expressiva dos projetos sociais visitados têm suas atividades no contraturno escolar, dificultando o desenvolvimento de ações profissionais regulares. Em resumo, diante das características apontadas, podemos afirmar que a visão sobre política trazida nessa parte do estudo tem como base: jovens impactados por ação de educação política, com idades entre 14 a 18 anos, estudantes do ensino médio na rede pública e moradores de regiões periféricas da Grande São Paulo que não trabalham. O que pensam sobre política? Como se relacionam com alguns valores democráticos?

A primeira questão relevante acerca desse desafio está associada à forma como os jovens dizem buscar informações sobre política. Numa lista de nove itens os respondentes podiam marcar livremente todas as opções condizentes com suas atitudes cotidianas diante da pergunta: “quais as principais fontes que você utiliza para obter informações sobre fatos políticos?”. Primeiramente os resultados devem ser compreendidos à luz de princípio democrático descrito por Dahl

(2001). O autor entende como pressuposto para o bom desenvolvimento da democracia a existência de “fontes alternativas de informação”, o que representa a existência de canais que transcendam a informação oficial. Tal existência deve servir ao público, ou seja, seria bastante razoável compreender em que medida os jovens buscam mais de um canal de informação. Nesse sentido, ideal seria que o formulário ofertasse a possibilidade de verificar se dentro de um mesmo canal apontado – televisão, por exemplo – o jovem varia os canais disponíveis, o mesmo servindo para tantos outros meios. A despeito de tal limitação, a média de canais apontados pelos jovens é de 3,9, ou seja, diante de um conjunto de nove alternativas os jovens utilizam pouco menos da metade delas, o que é bastante relevante. Variáveis que poderiam explicar essa aproximação com os canais de informação são gênero e idade. A primeira registra igualdade absoluta: entre meninos e meninas a média de canais apontados é rigorosamente a mesma, ou seja, 3,9. No que diz respeito à idade algo diferente do se poderia esperar em relação ao interesse pela política ocorre: os estudantes de 14 anos registram média de 4,3 canais. O número cai para 3,9 entre os jovens de 15 anos, 3,8 para aqueles entre 16 e 17 anos e 3,7 para os estudantes de 18. O fenômeno certamente mereceria maior atenção.

Individualmente o destaque maior fica por conta da televisão, citada por 88% dos respondentes. Em seguida aparecem os cursos e atividades educacionais com 59%. A escola, no entanto, apresentou apenas 29%, o que indica que essa temática, por mais que tenha relevância significativa para a formação dos estudantes, não é algo que seja tratado no local esperado para a formação da cidadania (a escola), mas em ambientes externos, como os projetos sociais nos quais esses jovens, em especial, estão envolvidos. Nesse caso, fica a impressão, sob a forma de hipótese e ser confirmada, que parcelas expressivas de estudantes da rede pública (e até mesmo privada), que não participam de projetos sociais como aqueles atendidos pelos cursos ou ações semelhantes, não terão contato com conteúdos políticos mais formais.

Os canais mais modernos de comunicação, aos quais se atribuem pesos expressivos na nova forma de a sociedade se informar atualmente aparecem com intensidade significativa, mas abaixo do que se poderia esperar, tendo em vista o peso da internet entre os jovens: os sites obtiveram 53% de citações e as redes sociais foram destacadas por 44% dos respondentes – isso representa supor que por mais ligado que estejam à internet, parcelas expressivas dos jovens não a utiliza, regularmente, para obtenção de informações políticas. Em contrapartida, canais mais tradicionais como o rádio (19%) e as revistas (19%) registraram resultados muito baixos, sendo superados por um terceiro canal clássico que é o

jornal (48%). O último canal apresentado aos alunos foi a conversa, e 30% deles assinalaram esse item. A baixa adesão pode sugerir que a política não é “assunto” entre os jovens, ou ao menos não são vistas (as conversas) como forma de se informarem.

Na questão seguinte outra forma bastante relevante de os cidadãos se relacionarem com a política: a adesão ou simpatia com os partidos políticos. Pesquisas recentes têm mostrado afastamento crescente da sociedade com esses canais de representação. O Índice de Confiança Social do Ibope¹⁵ mostra que entre 2009 e 2010 pouco mais de 30% dos cidadãos afirmavam confiar nas legendas – número já considerado baixo, e preocupante se considerarmos que tais organizações detêm o monopólio da representação eleitoral no país.

Entre 2011 e 2014, no entanto, esses números pioraram, atingindo o mais baixo resultando em 2013, com 25% de confiança – fenômeno que pode ter sido motivado pelos manifestos daquele ano. As próprias legendas reconhecem o desafio e não são incomuns campanhas de filiação no rádio e na TV, por meio do uso de propaganda partidária gratuita. Ainda assim, entre os jovens participantes dos cursos, e cujas opiniões estão sendo avaliadas aqui, 74% afirmaram não simpatizar com qualquer legenda – valor semelhante ao que o Ibope afirma não confiar nelas. Entre os que confiam ou são filiados (apenas cinco jovens, ou menos de 1% dos respondentes) o destaque fica por conta do PT e da polarização com o PSDB, citado por contingente expressivamente inferior. Assim, dos 146 simpatizantes ou filiados, 60% se alinham com os trabalhadores, 18% com os tucanos e o restante se espalha entre a “não citação de uma sigla em especial” e os demais partidos. Mais uma vez, a variável pode ser explicada em relação à idade de forma inesperada: quanto mais jovem maior a simpatia pelas legendas. Entre os estudantes de 14 e 15 anos os números se aproximam de 30%, entre aqueles de 17 e 18 anos fica próxima dos 15%. Esse resultado pode sugerir que o distanciamento está associado à maturidade? Trata-se de mais uma hipótese a ser testada em estudos mais avançados. Já em relação ao gênero, novamente, não existem diferenças.

A terceira questão associada ao interesse dos jovens pela política guarda relação com o uso que eles entendem que farão dos conteúdos vistos ao longo dos cursos realizados pela Fundação Konrad Adenauer. Aos jovens eram apresentadas opções e eles podiam marcar até três delas, num total de oito alternativas. O destaque absoluto fica por conta da utilização enquanto eleitor: 81%. Isso representa

15 Pesquisa realizada pelo Ibope anualmente, os resultados do Índice de Confiança Social podem ser conhecidos no link <http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Paginas/Ap%C3%B3s-queda-acentuada-em-2013,Indice-de-Confianca-Social-se-estabiliza.aspx> acessado em março de 2015.

dizer que em contato com informações sobre política os jovens reconhecem que tais conteúdos lhes serão úteis para o aprimoramento de seus direitos políticos. Um bloco formado por questões educacionais vem em segundo lugar, e os jovens reconhecem que vão utilizar tais conteúdos na escola (42%), no ENEM (38%) e/ou na faculdade (37%). Diante desses quatro primeiros resultados fica a dúvida: por que parcelas expressivas dos estudantes brasileiros são formadas sem conteúdos políticos nas escolas se reconhecem a importância de informações dessa natureza para seus respectivos cotidianos? Ao que tudo indica parece bastante possível afirmar que aos olhos dos jovens existe a percepção de que a educação política lhes pode ser bastante útil. As demais opções dessa terceira questão não sensibilizaram mais de 30% dos alunos.

Na quarta questão do formulário um conjunto de oito sentenças visava à avaliação das atividades do curso. A despeito do aparente objetivo de avaliar o curso, o que não seria o foco desse artigo, alguns pontos chamam a atenção e reforçam hipóteses anteriores sobre a relação do jovem com a democracia. As perguntas estimulavam os jovens a apontarem a intensidade de suas percepções em relação às frases. Assim, podiam indicar se concordavam plenamente ou em partes com cada afirmação, ou ainda se discordavam nesses mesmos graus de intensidade (plena ou parcialmente). As respostas permitem uma tabulação capaz de gerar índices de concordância. À posição “discordo totalmente” é dado zero ponto e à resposta “concordo totalmente” três pontos – discordar parcialmente vale um e concordar parcialmente vale dois. Com base em médias e cálculos de percentuais é possível verificar a intensidade do grupo em relação a cada frase. A tabela 1 mostra os resultados e merece avaliação sobre seus números.

TABELA 1 – Índice de concordância com sentenças sobre as ações de formação política

Sentença	Índice de concordância
O curso deve continuar a ser oferecido	96,6%
Recomendo o curso para outros jovens	96,5%
Curso trouxe muitos conhecimentos novos	92,2%
Dinâmicas estimulam a participação no curso	90,5%
Professores são neutros em suas posições	88,4%
Curso mudou minha forma de entender a política	84,0%
Formato do curso é adequado	81,7%
Passsei a procurar mais informações políticas	76,8%

As três primeiras sentenças mostram que para além dos conhecimentos novos trazidos os jovens reconhecem com grande intensidade a importância das atividades, as recomendando e compreendendo que devem continuar sendo oferecidas. Se comparados esses resultados com o que entendemos como crítica à ausência de formação política nas escolas, concluímos que existe distância bastante expressiva entre o alto reconhecimento que o jovem faz da relevância desses conteúdos após tomarem contato com ele e a oferta dessas questões nas realidades escolares. Em relação a tal ponto, o debate sobre a formação política sempre passa por críticas associadas aos riscos de um processo de partidarização nas aulas, sobretudo por parte dos docentes. A avaliação dos alunos, no entanto, mostra que é possível pensar na neutralidade de professores que ministram cursos dessa natureza. Claro que idealmente um indicador dessa natureza deveria ser igual a 100% quando medida a concordância com a neutralidade dos professores, mas números próximos de 90% mostram ser possível atender preceito que combina com o conteúdo ministrado. As três sentenças finais apontam grau relevante de adesão aos impactos do curso na realidade dos estudantes. O conjunto total de afirmações testado aqui indica que o jovem reconhece a educação política como algo relevante, reforçando posições anteriormente apresentadas nas análises trazidas aqui sobre os jovens participantes dos cursos.

Na tabela 2, acerca de um novo e último conjunto de questões, mais uma vez é possível transformar posicionamentos dos respondentes em números associados a diferentes intensidades, ou índice de concordância – a lógica é idêntica à utilizada na bateria anterior.

TABELA 2. Índice de concordância com sentenças sobre percepções políticas

Sentença	Índice de concordância
Somos os responsáveis pelos resultados da política em nossa democracia	89,3%
Educação política deveria estar presente nas escolas	88,1%
Somos os responsáveis pelas nossas realidades e podemos muda-la pelo voto	79,7%
Devemos nos aproximar dos partidos políticos por sua importância	68,0%
A corrupção é o maior problema de nosso país e todos são responsáveis	63,2%
Legisladores devem realizar favores que o Poder Executivo não realiza	55,5%
A imprensa cumpre bem seu papel de informar a sociedade	51,4%
Os políticos são todos corruptos e a sociedade é vítima deles	47,8%
A educação no Brasil se preocupa com a formação de cidadãos plenos	44,0%

As temáticas desse conjunto se aproximam de forma mais clara dos objetivos desse artigo. Com concordância próxima dos 90 pontos percentuais temos duas questões que complementarmente mostram que além de reconhecerem as responsabilidades sobre a democracia os jovens entendem a necessidade de o conteúdo estar nas escolas. Ao todo, 189 dos 345 jovens que deram alguma resposta a essas duas questões as apontaram, ambas, com grau máximo de concordância. Ou seja: 55% deles concordam totalmente com as duas – “somos os responsáveis pelos resultados da política em nossa democracia” e “educação política deveria estar presente nas escolas”. Logo abaixo, com quase 80% de grau de concordância a percepção de que somos responsáveis pelas nossas realidades e podemos mudá-la por meio do voto – reforçando aspectos centrais da democracia representativa. Nesse sentido, para os entrevistados o índice de concordância com a necessidade de aproximação em relação aos partidos políticos é de 70%. Tal resultado, observado junto com a sensação de importância dada ao voto reforça aspectos centrais do sistema de representação política. Assim, a despeito do impacto dos cursos de política, que não podemos aqui dimensionar, parece que os jovens concordam, após discutirem temáticas caras à democracia, com muitos de seus aspectos centrais. Seriam as ações de educação política capazes de legitimar com maior intensidade a política em sua lógica tradicional e forma?

Para finalizar essa etapa do trabalho, com menos de dois terços de grau de concordância temos aspectos que podem ser visualizados de diferentes formas. Primeiramente, num cenário mais otimista, os jovens tendem a discordar em partes da ideia de que todos os políticos são corruptos, e a sociedade é vítima desse agrupamento. Fica, nesse caso, o sentimento de que aos olhos dos cidadãos entrevistados existe como separar bons e maus políticos. Reforça essa ideia o fato de 54 estudantes concordarem plenamente com a sentença e 129 discordarem totalmente dela. Ainda no que diz respeito ao conjunto final de frases, é possível interpretar de diferentes formas a ideia de que legisladores devem favores aos cidadãos (55%) e que a corrupção é o maior problema do país e todos somos responsáveis por isso (63%). Nesses dois casos os resultados podem ser vistos positiva e negativamente. Por fim, duas sentenças causam preocupação: é baixa, para os padrões da democracia, o índice de concordância com o trabalho da imprensa. Positivamente podemos até aferir que existe senso crítico entre os jovens, mas negativamente os órgãos de informação podem estar sofrendo com falta de legitimidade. Nesse caso, críticas mais severas ao papel das escolas na formação dos cidadãos, algo que ao longo de toda essa etapa de nosso trabalho merece críticas – por sinal a ausência do compromisso das escolas com a formação de

cidadãos é o resultado mais crítico apontado na tabela. Assim, se de um lado os jovens entendem que precisam de ações de educação política em suas vidas, por outro fica nítido que eles não enxergam a escola como o local que lhes oferece esse conteúdo. A conclusão possível de se obter com a análise dos dados dos formulários dos cursos de iniciação política é de que o jovem, impactado por debates dessa natureza e assumindo que as atividades lhes impactaram, passam a legitimar de forma mais clara a política formal, revelam interesse por ela, mas reconhecem que lhes faltam informações suficientes que não lhes são transmitidas nas escolas.

CONCLUSÃO

■ Parece possível afirmar que a pesquisa da FESPSP com jovens da cidade de São Paulo representa a opinião geral no que diz respeito à relação dos cidadãos com a política. As ideias dos entrevistados não parecem diferir muito de levantamentos mais amplos associados a outras faixas etárias e até mesmo a espaços geográficos maiores, como o país, por exemplo.¹⁶ Os jovens, nesse caso, apenas reproduziriam parte do que podemos entender como um traço de nossa cultura política. Destaque, nesse caso em especial, para o afastamento em relação aos partidos, confiança mais acentuada em organizações de defesa, controle e justiça, desconfiança mais elevada nas organizações associadas à democracia e baixos índices de envolvimento com organizações e movimentos sociais. Chama a atenção, no entanto, a aproximação com as manifestações ocorridas nas ruas desde 2013, pois o percentual de jovens que participou de alguma delas é elevado.

Não obstante, após impacto de nove horas de discussões sobre questões políticas, é possível verificar, complementarmente de acordo com a análise dos resultados do curso da Fundação Konrad Adenauer, que o jovem entende que a política é conteúdo fundamental para ser disseminado nas escolas.

Nesse sentido, a despeito de os jovens concordarem com a ideia de que precisam de informações políticas formais para se tornarem “melhores” eleitores, não existe, por parte dos currículos escolares de ensino médio e fundamental esse comprometimento – ao menos na visão dos próprios estudantes. Isso pode sugerir que parte da reprodução dos valores de afastamento e descrédito verificados na pesquisa da FESPSP é o resultado desse descompromisso das escolas com ações dessa natureza. A relação com os partidos políticos, detentores do monopólio de

16 Os levantamentos mais amplos aos quais nos referimos foram citados ao longo do artigo. Ver notas 13 e 17.

candidaturas e senhores dos órgãos de representação política formal do país é emblemático nesse caso. Ao mesmo tempo em que os estudantes que passaram pela atividade de formação política, passam a entender que se aproximar dessas organizações pode representar algo relevante, nos dois levantamentos o afastamento e a desconfiança em relação a elas ficam nítidos.

Diante de tais resultados uma compreensão possível é a de que se a educação política não gera aumento imediato da confiança dos jovens cidadãos nas instituições políticas típicas, ao menos, os fazem perceber a importância da informação e do conhecimento específico sobre política como elemento indispensável na qualificação do voto, sinônimo de exercício da cidadania nas democracias representativas.

Os dados também sugerem que ações de formação política devem atentar ao fato de que a realidade é insólita quanto ao caráter participativo da democracia brasileira e que, embora haja um ambiente favorável à manifestação pública, ainda são desfavoráveis os percentuais de participação dos jovens nos partidos políticos e nos movimentos sociais que, embora pareçam estar aquém, em seus programas e práticas, de corresponder aos anseios da juventude, ainda são, no país, as instituições formais aptas a disputar poder representativo e participativo, respectivamente. E, se alguma mudança virá a ocorrer em seus programas e práticas, isto dependerá da atitude de seus atuais e novos participantes.

Não obstante, o desafio, a partir de tais compreensões, seria responder a novas questões que surgiram ao longo do estudo e aprimorar o nível de interação entre as pesquisas aqui analisadas, permitindo a obtenção de conclusões mais claras acerca do objeto estudado. De todo modo, parece ficar evidente que confiança e participação são variáveis dependentes e, que num ambiente de opiniões desfavoráveis às instituições democráticas, a educação política como prática formal nas escolas parece ser indispensável.

HUMBERTO DANTAS · Cientista social, mestre e doutor em Ciência Política pela USP. Professor e pesquisador do Insper, coordenador do curso de pós-graduação em Ciência Política da FESPSP. Ao longo dos últimos 12 anos participou diretamente de mais de 300 cursos livres de educação política, com destaque para a coordenação de atividades da Fundação Konrad Adenauer em São Paulo.

RODRIGO ESTRAMANHO DE ALMEIDA · Bacharel em Sociologia e Política pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo (ESP) é mestre e doutorando em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Atualmente é professor e pesquisador na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP).

REFERÊNCIAS

- BRASIL. *Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm Acessado em: mar.2015
- BAQUERO, Marcello. Cultura política participativa e desconsolidação democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo. *São Paulo em perspectiva*, São Paulo, v.4, a.15 p. 98-104, 2001.
- CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abrama, 2000.
- DA MATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.
- DAHL, Robert. *Sobre a democracia*. Brasília: UnB, 2001.
- DANTAS, Humberto. Educação Política: reflexões Sobre um Pilar da Democracia. *Liberdade e Cidadania*. Rio Grande do Sul, a. 3, n. 9, jul.-set., 2010. Disponível em: http://www.flc.org.br/revista/materias_view6505.html?id=%7B38C47EC4-FBAD-4DEB-8DDF-60079028061F%7D. último acesso em fev.2015
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Editora Globo, 2001.
- GOHN, Maria da Glória. *Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo*. São Paulo: Vozes, 2014.
- MOISÉS, José Álvaro. Cidadania, confiança e instituições democráticas. *Lua Nova*, São Paulo, n. 65, p. 71-94, 2005.
- _____. A desconfiança nas instituições democráticas. *Opinião Pública*, Campinas, v. 11, n. 1, p. 33-63, 2005.
- O'DONNELL, Guillermo. Democracia delegativa? *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 31, 1991.
- ORTELLADO, Pablo.; JUDENSNAIDER, Elena.; LIMA, Luciana.; POMAR, Marcelo. *Vinte centavos: a luta contra o aumento*. São Paulo: Veneta, 2013.
- SANI, G. Participação política. In: BOBBIO, N. (org.). *Dicionário de política*, v.2. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998, p.888-890.
- SCHLEGEL, Rogério. *Educação e comportamento político: os retornos políticos decrescentes da escolarização brasileira*. Tese. Doutorado em Ciência Política. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010.
- VIRGINIO, Alexandre Silva. Educação e sociedade democrática: interpretações sociológicas e desafios à formação política do educador. *Sociologias*, v.14, n.29, Porto Alegre, Jan.-Apr., 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-45222012000100008&script=sci_arttext. último acesso em fev.2015

Cultura pop e Juventude

EMANUEL BOMFIM

MARIANNA PERCINIO

INTRODUÇÃO: A MÚSICA SALVA?

■ Outubro de 2008. Cientistas tentavam provar o que, intuitivamente, já sabemos: música é potência. O experimento consistia em avaliar o desempenho de atletas da meia maratona de Londres, quando estimulados por canções do espectro pop. Voilá: o triunvirato melodia, harmonia e ritmo, quando encadeados sob algum sentido estético que não seja o ruído aleatório, é mais eficiente do que o uso de substâncias ilegais que dariam pavor ao exame *antidoping*, concluíram os aplicados pesquisadores. Ora, como menosprezar o poder de “salvação” da música?

Na década de 1980, infestada pela herança ditatorial, a juventude se organizou em torno da música, em especial do rock. O Brasil estava aparentemente sem rumo, mas a produção pop da época – instigante, politizada, alienante, barulhenta – trouxe algum conforto, uma dose extra de esperança e, principalmente, reconhecimento. O marco histórico dessa transformação é o trintão Rock in Rio, realizado em 1985, ano da redemocratização.

No artigo que segue, percorreu-se os tortuosos caminhos do festival que deu vez e voz ao segmento *teen*. O pai da coisa, Roberto Medina, sonhador inveterado, traz suas impressões em primeira pessoa: “Achava que a gente podia botar a cara da juventude para fora do país.” A sempre nebulosa “cultura pop”, como aglutinadora de expressões artísticas, de consumo e comportamento, vem pelas bordas, diante de uma contextualização histórica que diz respeito, majoritariamente, à sociedade moderna, ocidental, e a partir da segunda metade do século XX. O próprio “nascimento da juventude” tem evocações mais extensivas, como parte da formação das inúmeras sociedades ao longo da História.

Cultura pop e juventude tem uma ligação umbilical; são indissociáveis. Uma fomenta a outra, numa relação que, ora vem para exaltar o esplendor da sociedade capitalista, ora vem para criar fissuras no senso comum. O Rock in Rio é *mash-up* caótico formado por essas tendências: o ideário empreendedor e a potência musical que eleva uma juventude.

I. O NASCIMENTO DA JUVENTUDE

■ Antes de ser apresentado o alvorecer da identidade jovem no Brasil, em decorrência da explosão da cultura pop num ambiente pós-ditadura militar, a partir de meados dos anos 80, cabe nessa breve seção um delinear do conceito de juventude.

Parece simples pensar que juventude é a fase entre o ser criança e o tornar-se adulto. No entanto, diversos aspectos culturais determinam a constituição dessa fase, mesmo com relação a seu início e duração, sendo bastante comum a dificuldade na literatura em se definir termos como juventude ou adolescência.

No mundo grego, marco histórico para a compreensão do ser jovem como uma fase distinta da puerícia e dotada de suas próprias peculiaridades, a infância tem sua interrupção menos determinada por fatores biológicos como o início da puberdade, do que pelas necessidades de guerra. Motivados pela obrigatória expansão de seus domínios, sem a qual não sobreviveriam as Cidades-Estados, conforme comenta Schnapp (*História dos jovens – da antiguidade a era moderna, 1996*), na Grécia Antiga, os rapazes começavam cedo o treinamento militar, deixando logo a companhia da família. É bastante conhecida a rigidez disciplinar e a educação helênica, como se vê entre os espartanos apresentados em *Os 300 de Esparta (1998)*, graphic novel de Frank Miller adaptado para o cinema em 2007. Em Esparta, os pais entregavam seus filhos para serem educados pelo Estado já aos sete anos. Ser jovem nessas antigas repúblicas implicava funções e obrigações próprias, e a juventude se constituía como tempo de preparação para que os indivíduos se tornassem cidadãos capazes de defender sua *pólis* e auxiliar na ampliação de seu poder.

Na mesma toada, no Império Romano, aos quatorze anos os rapazes passavam por um ritual e começavam a trajar a toga *viril*, vestimenta distintiva que simbolizava sua admissão como cidadão, membro da sociedade dotado de direitos políticos e apto a participar da vida pública. Já as moças romanas aos doze anos eram consideradas aptas ao casamento, conforme comenta Paul Veyne (*História da vida privada, 2009*). Ressalta-se que a figura feminina usualmente não tinha um papel relevante nessas sociedades, salvo sob o aspecto da procriação.

O fim da Idade Antiga, com as invasões bárbaras sob o Império Romano, abre espaço para o modo de produção feudal. O teocentrismo do período desvia o olhar do homem, de modo que a percepção do ser criança, jovem, adulto ou idoso, passa por certo obscurantismo. Relata Phillip Ariés (*História social da criança e da família*, 1981) que em torno dos sete anos, quando já podiam abrir mão do auxílio da mãe ou ama, as crianças, sobretudo das classes menos abastadas, passavam a se misturar aos adultos, participando normalmente de seu mundo, seja trabalhando, jogando etc. Quando retratada, a juventude da Idade Média é descrita como desordeira, adepta dos vícios e transgressora da moral vigente, como comenta Pastoureau (*História dos jovens – da antiguidade a era moderna*, 1996). Desse modo, percebe-se que o jovem medieval é definido mais por suas ações do que por sua faixa etária.

A Idade Moderna traz novos aspectos à juventude, associados em grande parte ao mundo do trabalho. A Revolução Industrial obriga a uma entrada em massa dos indivíduos nas fábricas, não havendo alternativa aos filhos dos trabalhadores, senão ingressar precocemente no mesmo estilo de vida engendrado no modo de produção capitalista, realidade tão bem retratada por Chaplin em seu *Tempos Modernos* (1936).

Seguindo essa linha do tempo, tem-se n' *A criação da juventude* (2009), escrito por Jon Savage, um roteiro com arquétipos de jovens entre o fim do século XIX e início do XX, momento em que o conceito *teenager* ainda não havia emergido como força propulsora das indústrias do consumo, moda e cultura. O autor ilustra o nascimento da Teen Age inserida em distintos contextos políticos, econômicos e culturais, a partir da jornada pessoal de quatro personagens adolescentes, permitindo ao espectador captar a essência da juventude dotada de auto-determinação, força, disciplina, espírito de grupo e ao mesmo tempo desobediência, rebeldia, insegurança e descontrole. Savage apresenta a autenticidade do adolescente no esforço por legitimidade e autonomia sem prendê-lo ao estereótipo consumista que passa a caracterizá-lo no pós Segunda Guerra.

No Brasil, os estudos demográficos do IBGE classificam como jovem os indivíduos entre 15 e 24 anos, havendo séries históricas dessa população desde 1940 (*População jovem no Brasil*, 1999). Segundo o Instituto, é essa parcela da sociedade quem mais pressiona a economia para a geração de novos empregos. É também essa parcela quem apresenta as maiores taxas de natalidade e de mortalidade por causas externas. Ainda que as pesquisas tragam informações demográficas sobre esses jovens desde o início dos censos, é somente com o fim da ditadura militar, no começo dos anos 1980, que a “geração Coca-Cola” mostra realmente

sua cara, pronta a recriar sua própria identidade, ganhando estatura a partir da difusão da cultura pop, chancelada na realização do Rock in Rio, como se verá nas próximas seções.

2. ROCK PROJETA “CULTURA POP” NO MUNDO OCIDENTAL

■ É com o rock que se tem a primeira explosão de uma cultura pop dentro do espectro juvenil, ou *teenager*, como definiram os norte-americanos. A música carregava um sentido libertário, representado especialmente pela dança e pelo ritmo incendiário dos arranjos instrumentais. Nesta efusão de uma estética de vocação assertiva, um novo tipo de interação passou a se estabelecer entre artista e público, rompendo com uma lógica de mera contemplação.

A consagração do gênero, assim como sua adesão popular, vieram na década de 1950, mas é importante frisar que o rock já vinha sendo burilado dentro das estruturas do blues desde os anos 1940. É uma expressão artística intrinsecamente ligada às bases da música afro-americana. Ali estão suas raízes. O performático Elvis Presley, principal ícone da primeira geração roqueira, foi justamente o porta voz de uma música negra que os brancos desconheciam ou ignoravam até então – uma evolução do blues urbano, já defendido brilhantemente por Muddy Waters (1913 – 1983), somado às tradições do gospel e do R&B.

Com o rock, a massa jovem adquiriu um protagonismo inédito, antes apagado diante das crises e conflitos da Segunda Guerra Mundial – ainda que o adolescente já fosse reconhecido pela sociedade moderna e ocidental desde o início do século XX. O gênero permitiu a institucionalização de um segmento teen, alimentado por demandas estéticas, comportamentais e de consumo.

É claro que não foi só a música a única responsável por dar forma a esta transformação. No cinema, o ideário de “rebeldia” se mostrou influente a partir de títulos como *Um Bonde Chamado Desejo*, de 1951, adaptação da obra de Tennessee Williams. Com seus diálogos pulsando sexualidade, a peça estreou primeiro na Broadway e virou um clássico por captar o espírito de uma época, marcada pela euforia do pós-guerra. A montagem ainda projetou definitivamente a figura do ator Marlon Brando. Neste mesmo período em que o espetáculo ganhava os palcos, em 1947, era lançada a primeira revista dedicada exclusivamente ao universo teen: *Seventeen*, voltada para as adolescentes do ensino médio. Para Savage, este é o marco de uma lógica comercial em torno dos adolescentes, que passam a ser vistos como consumidores, acima de tudo.

Na literatura, a bola da vez era J. D. Sallinger, autor de *Apanhador no Campo de Centeio*, romance lançado por ele em 1951. Pela primeira vez, um best seller tinha como protagonista um adolescente, o cáustico e autodestrutivo Holden Caulfield. Suas angústias, anseios, dúvidas e divagações representam justamente este ritual de passagem para a vida adulta.

As inúmeras produções artísticas e de entretenimento que se sucedem nesta fase já contemplam um contexto de consumo de massa, a partir da adequação à linguagem dos meios midiáticos: a música gravada, o rádio, a literatura e o cinema. Posteriormente, a televisão se tornaria o veículo mais influente e presente entre os jovens.

O termo “cultura pop”, como aglutinador de tendências – estéticas e comportamentais –, passa a ter maior propagação nesta fase, na década de 1950, em especial com a popularização da pop music – sendo uma produção musical em formato de canção, para consumo maciço e dirigido ao público jovem. Inicialmente, o pop tinha um sentido mais abrangente dentro das classificações musicais. Depois, passou a ser confundido com critérios estéticos, sendo visto como uma música de qualidade duvidosa.

A pop art, vinculada à figura de Andy Warhol, também impulsionou o termo pop, por constituir, de forma extremamente crítica, um diálogo com a sociedade de consumo. Era um recorte provocativo sobre o que significava produção cultural no capitalismo. Um conceito oxigenado a partir do que escreveram os teóricos da comunicação Theodor W. Adorno e Max Horkheimer na década de 40, quando se relacionou cultura com mercadoria.

No Brasil, a descoberta de uma cena jovem se deu efetivamente com a Jovem Guarda. Até então, mesmo com a força do rádio AM, não existiam movimentos direcionados a este segmento. Além do tipo de música em si, atrelada à arquitetura do rock dos anos 50, foi a televisão quem deu força e consistência ao gênero. É difícil dissociar a criação estética do programa de TV, apresentado por Roberto Carlos, o *Rei*, Erasmo Carlos, o *Tremendão*, e Wanderléa, a *Ternurinha*. Um alimentou ao outro e acabou por arrebatá-lo uma audiência juvenil jamais vista até então no país. A atração televisiva entrou no ar em 1965 e perdurou até 1969, emplacando novos ídolos juvenis, impulsionando um mercado publicitário teen e introduzindo novos conceitos estéticos, fashion e comportamentais.

As raízes da Jovem Guarda estão na década de 50, sob influência da produção roqueira internacional, de nomes como Bill Haley e Elvis Presley. O contexto internacional era traduzido em publicações, como a *Revista do Rock*, e em pro-

gramas de rádio e televisão, como *Hoje É Dia de Rock* (de Jair de Taumaturgo, na Rádio Mayrink Veiga), *Clube do Rock* (de Carlos Imperial, na TV-Rio) e *Crush em Hi-Fi* (na TV Record, de São Paulo). Os primeiros artistas nacionais a se popularizarem estavam nos centros urbanos, em especial São Paulo e Rio de Janeiro. Nomes como Celly Campello, Tony Campello, Carlos Gonzaga e Sérgio Murillo propuseram uma versão mais romântica e adocicada do rock. Aos poucos, os arranjos ficaram mais possantes e ganharam corpo nas produções de bandas como Golden Boys, Trio Esperança, Os Sputniks, Renato & Seus Blue Caps, The Jordans, The Jet Blacks e The Clevers. O estopim popular da cena da Jovem Guarda, porém, se deu efetivamente com Roberto Carlos, em 1963, quando ele lança *Splish Splash*.

A instituição da MPB, abreviação de Música Popular Brasileira, surge no mesmo período, em 1965 – termo cunhado pelo produtor musical Solano Ribeiro. Apesar de seu apelo juvenil, tratava-se de uma produção mais estratificada, que atingia basicamente os jovens universitários. Os diversos festivais realizados no período tiveram ampla divulgação por conta das transmissões televisivas, mas logo desapareceram com o aprofundamento da ditadura militar.

Após a Bossa Nova, a Jovem Guarda e a Tropicália, os anos 1970 serviram de consolidação da cultura pop no Brasil, ainda que o segmento teen não tivesse, necessariamente, um referencial definido. A indústria do disco se modernizou, as novelas passaram a ter forte influência mercadológica e as rádios começaram a enxergar um público jovem sedento por novidades.

Na entrada para os anos 1980, o rock brasileiro surge como possibilidade de “salvação” para uma juventude silenciada pela ditadura militar. Estava na hora de refletir sobre o futuro do país.

3. ROCK IN RIO: A JUVENTUDE BRASILEIRA SE RECONHECE

■ Neste ano de 2015, o festival Rock in Rio celebra os 30 anos da sua primeira edição, em 1985. O evento inaugural, realizado em Jacarepaguá, na capital fluminense, entre os dias 11 e 20 de janeiro daquele ano, é um marco histórico não só pela sua ousadia empresarial, mas por dar à juventude a chance de se reconhecer no Brasil. O mercado jovem e pop era algo mais fragmentado até então. Com o nascimento de uma cena roqueira a partir dos anos 1980, o público teen passou a vivenciar uma efervescência cultural impressionante.

Os efeitos do evento são sentidos até hoje em diversos aspectos, como na profissionalização do show business, no amadurecimento das bandas brasileiras

e, principalmente, na institucionalização de um segmento jovem. A música, o estilo, as preferências, a moda jovem – a “cultura pop” – passaram a frequentar de maneira mais preponderante os veículos de comunicação, em emissoras de rádios FM, revistas, jornais e na televisão. A própria Rede Globo optou por transmitir todos os shows do festival naqueles dez dias. Alguns meses antes, convencida da importância do que estaria por vir, a poderosa emissora começou a exibir pílulas em sua programação intituladas *Minuto do Rock*.

Toda imprensa abraçou o festival e tentava, na medida do possível, explicar o que significava o rock em seus diversos aspectos: performance ao vivo, os artistas e o comportamento dos fãs do gênero. Até a revista *Cláudia* entrou na onda roqueira: produziu uma reportagem, dirigida aos pais, com intuito de mostrar que o gênero musical não era, necessariamente, sinal de depravação e consumo excessivo de drogas.

A Igreja Católica também deu seu recado. O arcebispo Dom Eugênio Sales (1920 – 2002), então cardeal da arquidiocese do Rio, emitiu uma nota para a imprensa um pouco antes do início do festival reprovando aquela reunião de jovens em torno da música. Criticou a ganância “em um momento de recessão para uma música alienante e provocatória”.

Toda aquela movimentação que começava a se multiplicar pelas capitais brasileiras era reforçada por um contexto político agitado, quando a transição para o regime democrático se mostrava definitiva. No quinto dia de festival, em 15 de janeiro de 1985, o Congresso Nacional em Brasília, transformado naquele dia em “colégio eleitoral”, elegeu Tancredo Neves como o novo presidente da República e colocava fim nos mais de 20 anos de ditadura militar.

Naquele mesmo dia, milhares de jovens brasileiros, muitos deles abraçados a bandeiras do Brasil, foram celebrar o dia histórico no Rock in Rio ao som de Barão Vermelho, com Cazuza nos vocais. “Que o dia nasça feliz para todo mundo amanhã”, discursou o cantor e compositor carioca, após interpretar um de seus grandes sucessos, *Pro Dia Nascer Feliz*. No show de abertura do festival, no dia 11, Ney Matogrosso também encampou o clima esperançoso: “Desperta, América do Sul”, bradou com ajuda das potentes caixas de som instaladas na Cidade do Rock, também conhecida como “rockódromo”.

O sentimento de desilusão que tomava a mente de muitos jovens naquele início de anos 80, com um Brasil estagnado economicamente e extremamente desigual, era compartilhado pelo empresário e produtor Roberto Medina, fundador e presidente da agência de propaganda Artplan. Pensou em deixar o país com a família e ir morar em Miami, nos EUA. Antes, porém, sonhou alto e

imaginou um evento que pudesse mexer com a juventude ao encarar o país no pós-ditadura.

A tarefa não era nada fácil. O Brasil era conhecido no mercado internacional de shows por não honrar com os compromissos firmados. Tinha fama de caloteiro e amador. Em 1982, boa parte do equipamento da banda Kiss fora roubada. O Queen, em 1981, fez um show em SP, mas teve a apresentação no Rio cancelada de última hora pelo então governador Chagas Freitas, que achava a performance de Freddie Mercury pouco apropriada para a família brasileira. Pesava a favor de Medina a vinda de Frank Sinatra alguns anos antes, em 1980, quando 175 mil pessoas foram ao Maracanã assistir ao show do The Voice. Ainda assim, a épica apresentação não foi suficiente para lhe dar credibilidade perante os agentes dos artistas. Ouviu sonoras negativas diante daquela proposta mirabolante de realizar um megafestival no distante Brasil.

A solução foi apelar para a amizade com o *staff* do Frank Sinatra e com o próprio cantor. Sensibilizado com a situação de Medina, o empresário Mickey Rudin convocou uma coletiva de imprensa em Los Angeles com os principais veículos de comunicação que cobriam música nos EUA. O próprio Sinatra deu alguns telefonemas agendando o bate-papo com os jornalistas. O resultado não poderia ser melhor: todos ficaram convencidos do atrativo produto que Medina tinha em mãos. Não demorou muito para que os próprios artistas se voluntariassem para tocar no Brasil. Ozzy Osbourne, da banda Black Sabbath, foi o primeiro a fechar, seguido pelo Queen. Com o grupo de Freddie Mercury escalado como uma das principais atrações, o *line-up* internacional foi rapidamente preenchido, alternando nomes da vanguarda do pop, como a alemã Nina Hagen, como ícones do rock pesado, como Iron Maiden e AC/DC.

Garantir nomes internacionais relevantes era só um dos desafios que Medina tinha pela frente. Com o custo da estruturação da Cidade do Rock, avaliado em 4,5 milhões de dólares, mais a operação do festival e os cachês das bandas, o empresário tinha que convencer marcas brasileiras a investir no Rock in Rio para conseguir viabilizar o evento. E ele tinha um trunfo poderoso: a juventude. Muitas empresas ainda patinavam neste *approach* junto ao público mais jovem. Para a cervejaria Brahma, por exemplo, o Rock in Rio se tornou a plataforma ideal para rejuvenescer a sua marca, um dos principais objetivos que ela vinha buscando no período. Investiu 20 milhões de dólares no evento com intuito de lançar uma cerveja conectada com o público jovem, de nome Malt 90. A TV Globo aderiu ao festival com o mesmo espírito: precisava estar mais perto do pú-

blico jovem. “De início, não foi lucrativo para ninguém, mas, para a Globo, foi importante para se aproximar deste público”, declarou José Bonifácio de Oliveira Sobrinho à revista GQ, edição de setembro de 2013. Boni, como é conhecido, era o vice-presidente de operações da emissora.

Com uma cena jovem ainda em formação no Brasil, o primeiro Rock in Rio naturalmente teve uma vocação mais experimental ao escolher quais artistas nacionais tocariam no evento. Muitos deles ainda faziam parte de um circuito independente, se apresentando em casas pequenas e danceterias. É o caso, por exemplo, do Paralamas do Sucesso, que tocou no festival por um cachê de apenas 2 mil reais. Para efeito de comparação, o Queen, atração mais cara, cobrou 600 mil dólares. Recém formado, o Kid Abelha mal tinha empresário constituído.

O próprio público jovem brasileiro ainda não tinha uma referência artística do rock em compasso ao que estava emergindo. Numa pesquisa realizada pela rádio Fluminense com os ouvintes em 1984 sobre o que eles gostariam de ver no Rock in Rio, deu, em primeiro lugar, o Led Zeppelin. A banda britânica, no entanto, já havia acabado há cinco anos, em 1980, por conta da morte do baterista John Bonham. Em segundo ficou o Dire Straits, que estava em atividade, mas impossibilitada de vir ao Brasil na época. Jimi Hendrix, já falecido, também apareceu entre os favoritos da audiência na prestigiada emissora carioca, uma das primeiras a se dedicar exclusivamente ao rock no Brasil.

Era a chance que as novatas bandas brasileiras precisavam para conquistar público e mercado. E já inseridas numa arena de leões, afinal não tinham experiência alguma para lidar com multidões daquele porte e com equipamentos tão sofisticados. A imprensa também ainda engatinhava neste tipo de cobertura e crítica. Em edição do dia 11 de janeiro de 1985, o jornalista Pepe Escobar escreveu no caderno *Ilustrada*, da Folha de S. Paulo: “Nunca se viu tamanha enxurrada promocional em cima do rock nesse País. Nem em cima de qualquer outro acontecimento da indústria do entretenimento. O artplanejado sonho de marketing de Medina virou um gigantesco dragão. Só se fala em rock, desde o caroneiro de trem da Central ao barba-e-bolsa que luta pela legalização do Partido, passando por toda mídia, botões, camisetas, faixas em padaria, sanduiches, apartamentos rock’n’roll e vai por aí.”

Num mix de empreendimento bem planejado de marketing e festival de música nada ortodoxo – a programação contemplou representantes de diversas escolas e gerações, de Elba Ramalho a James Taylor, de Eduardo Dusek a

Whitesnake, de Erasmo Carlos a AC/DC –, o Rock in Rio reuniu ao longo de seus dez dias 1,38 milhão de pessoas. Que enfrentaram lama, vestiram-se como roqueiros (dentro de certos estereótipos, como o do metaleiro ou o do punk), vibraram com shows memoráveis e vaiaram certos deslizes do line-up.

Hoje, o Rock in Rio é, acima de tudo, uma marca – internacional, bem sucedida, ainda em expansão. Mas em 1985, há 30 anos, ela serviu como mola propulsora para a juventude se enxergar, ser cotejada, e compartilhar preferências da cultura pop. Tudo o que veio a seguir só ajudou a sedimentar este mercado, assim como dar protagonismo aos jovens no Brasil. É só pensar que sete anos depois muitos estariam nas ruas para pedir o impeachment do Collor e ajudar a democracia avançar. Considerando a importância do festival no sentido aqui apresentado, na seção que segue será apresentada entrevista realizada com o idealizador e principal responsável pelo evento nessas suas três décadas de existência.

4. ENTREVISTA: ROBERTO MEDINA

■ Mesmo após 30 anos e com toda a experiência acumulada, o empresário Roberto Medina está ansioso. O Rock in Rio, pela primeira vez, vai entrar no difícil mercado norte-americano, com uma edição em Las Vegas. Segundo ele, entra para ganhar e estabelecer novos padrões na produção de eventos na área de entretenimento. “Os norte-americanos pararam no Woodstock”, diz, com um certo ar de deboche. No resto do mundo, sua marca já tem estrada pavimentada, com calendário fixo distribuído por Madrid, Lisboa e o próprio Rio de Janeiro.

Os tempos são outros. Medina, agora, navega por mares mais tranquilos, em comparação com aquele cenário incerto dos anos 80. Seu controle do festival, e daquilo que ele se propõe, é pleno. O Rock in Rio, no entanto, já não faz mais tanta diferença para a cena jovem, ao menos no Brasil. É só uma “balada” mais cara, ainda que extremamente cobiçada por milhares de pessoas. O palco e a realidade já não dividem mais anseios, dúvidas e desejos, como em 1985.

Por ocasião da efeméride dos 30 anos do festival, Medina concedeu essa entrevista que segue a este autor, Emanuel Bomfim, junto ao jornalista Julio Maria, no programa *Estadão Noite*, da Rádio Estadão. A conversa mescla passado e presente: das preciosas lembranças do primeiro festival ao ineditismo de “ensinar” os americanos a produzirem um mega-evento.

Quais são suas primeiras lembranças?

MEDINA: Eu estava ouvindo a música do Freddy Mercury e é uma lembrança forte. Muita lama, um milhão e meio de pessoas... Superou muito o sonho que eu tinha. Sabia que tinha que fazer um negócio grande naquela época, porque precisávamos sinalizar uma mudança de comportamento no país. A gente vinha de uma ditadura pesada e eu vivi isso na carne. E como publicitário eu achava que a gente podia botar a cara da juventude para fora do país. Eu não sabia de todas as dificuldades que iria passar.

Quando a gente fala que o Rock in Rio abriu a porteira para os shows internacionais é romantizar ou você acredita que mais cedo ou mais tarde eles chegariam ao Brasil?

MEDINA: Mais do que abrir a porteira para o Brasil, abriu para a América Latina. Me lembro de quando fui para os Estados Unidos preparado para contratar as bandas. Tinha o dinheiro necessário, tinha vendido patrocínio, a estrutura toda do evento, enfim... Estive por quase três meses em reuniões em Nova York. Todos os dias com *managers* e agentes, e a resposta era quase unânime: “Olha, sua ideia não seria realizada aqui nos Estados Unidos. E a história de vocês é de roubar equipamentos, não pagar...” Eles haviam levantado um histórico para poder falar comigo. Não fosse o Frank Sinatra, que eu tinha feito uma grande amizade, não teria conquistado. Não os artistas, mas a imprensa norte-americana. Quando tentei sozinho, não tinha ninguém, mas quando o Sinatra chamou, lotou um hotel em Los Angeles e no dia seguinte todos os jornais importantes diziam que o maior evento do mundo iria acontecer no Brasil. Aquilo credenciou a gente para voltar a falar com todos aqueles artistas e com os empresários.

O Rock in Rio de 1985 é superior, em muitos aspectos, até os que são feitos hoje. Era um projeto absolutamente fora de seu tempo. A gente avançou ali em muita coisa, além da música. A infraestrutura que se criou era impressionante. Tínhamos transporte de cerveja por debaixo da terra. Foi a primeira vez no mundo que se iluminou plateia, o que os norte-americanos não queriam de jeito nenhum... Aquilo credenciou uma rota nova, não apenas para o Brasil. Acho que aconteceria, claro que aconteceria, quinze anos depois... Porque os países evoluíram. Não iria acontecer tão rapidamente e com o volume de credibilidade que aconteceu a partir dali.

Outra coisa importante foi em relação ao horário. Como eu tinha um contrato com a Globo com horários bastante rígidos, chamei dois meses antes o produtor americano e falei: “A gente não pode atrasar”. Ele riu: “Como é que é?”

Olha, você não sabe, o rock and roll não é assim não, cara, isso de horário não existe.” Fiquei quieto, não tinha poder para enfrentá-lo.

No dia anterior ao início do Rock in Rio, fiz um jantar na minha casa em que estavam praticamente todas as bandas. Estava lá o George Benson tocando piano com o Ivan Lins, uma farra boa... Eu chamei a atenção de todos e disse: “O que prometi há um ano, lá atrás, entreguei em dobro. Esse troço é o troço mais profissional de que vocês já participaram. Agora, ouvi dizer que não existe esse negócio de horário em rock and roll. Eu quero dizer o seguinte: paguei a metade, agora a outra metade eu não pago se vocês não entrarem na hora.” Não atrasou ninguém, todo mundo tocou na hora. Ali não foi um ganho só da América Latina não. A gente colocou coisas novas em termo de conceito de profissionalismo. Até porque eu não vinha do ramo, não era nenhum talento especial. Queria um projeto organizado e acho que foi um toque bacana nesse mundo do rock.

Do ponto de vista econômico, o Brasil dos anos 1980 tinha uma inflação galopante e instabilidade. Como você fez para fechar a conta?

MEDINA: Primeiro quero dizer que a conta não fechou e não foi por causa do projeto. Não fechou porque o governador da época, Leonel Brizola (1922 – 2004), abriu uma guerra comigo impressionante. O projeto não teria sido interrompido se não fosse esse governador. As razões são uma causa longa que não dá para contar agora... Eu não o conhecia, mas ele fechou o Rock in Rio, ficamos sem poder fazer obras por um mês e meio, atrasou tudo. O Tancredo Neves é que entrou na história para resolver. Além da inflação e de não ter credibilidade internacional na época, havia uma questão política interna muito complicada, gratuita, mas tinha. A conta não fechou pela continuidade e eu tive que suportar um importante prejuízo.

Também teve um fenômeno interessante do ponto de vista da história. Nós estamos chegando aos Estados Unidos agora... Nosso evento é profundamente superior. Fico até meio sem jeito de falar isso, mas tenho que falar não como empreendedor, mas como brasileiro. Em matéria de evento ao vivo, nós damos um banho nos americanos. É uma vergonha o que eles fazem. Nossa luz é melhor, os banheiros deles são químicos, e os nossos são de verdade. Enquanto a gente evoluiu nos últimos 30 anos, eles ficaram no Woodstock, não saíram do mesmo lugar. A conta era a seguinte: nós tínhamos que trazer as marcas. E para trazê-las, tínhamos que sofisticar profundamente o projeto, porque a marca não vem se não estiver absolutamente segura do ambiente em que está. Sofisticamos o projeto a tal ponto... E os americanos continuam sem marca. Para você ter uma ideia, o patrocínio do maior evento de música ao vivo dos EUA, que é o Coachella, é

de U\$S 4,5 milhões. O Rock in Rio, num mercado que é 12 vezes menor que o mercado americano, é de U\$S 54 milhões. A gente é mais do que 10 vezes maior num mercado 12 vezes menor, para você ver a diferença. E isso me orgulha como brasileiro, me orgulha como representante de uma equipe que acreditou em mim. Me orgulha muito poder chegar na terra do entretenimento e poder dizer que a gente faz muito melhor. Poder exportar uma marca e não importar.

Ainda hoje a gente ouve muitos roqueiros que participaram do Rock in Rio falando da qualidade de som dos brasileiros, que teria sido inferior ao som dos artistas internacionais. Você acompanhou isso na época? Como você recebe essas críticas?

MEDINA: Eu lutei muito nos cinco primeiros dias. Era normal ter uma pancadaria com o pessoal gringo que estava lá todo dia. Eu não precisava de nenhuma banda brasileira para vender algum bilhete. Ninguém estava ali por causa das bandas brasileiras. A presença deles era uma coisa minha, pessoal. Um projeto dessa envergadura tem que ter o músico brasileiro. É como eu faço até hoje, em Portugal, nos Estados Unidos. Mas os caras fizeram isso mesmo: abriam o volume maior com os caras. Do quinto dia em diante daqueles dez, consegui reverter essa situação, consegui controlar, mas foi muito difícil. Eu era ali aliado das bandas, mas não conseguia reverter esse processo. Foi briga o tempo inteiro. Mas era aquela coisa, tudo novo pra todo mundo e particularmente para mim. Claro que eu gostaria que tivesse sido tudo perfeito, mas não foi. Tem surpresas o tempo inteiro. A lama, por exemplo, que virou uma coisa que todo mundo ama... Aquilo pra mim foi uma tragédia! Eu investi em drenagem, coloquei grama, e virou aquela loucura toda. Em 2001 eles me pediram e eu tive que fazer lama num cantinho para eles se jogarem...

Claro que eu errei em mil coisas, mas era o início desse processo e a gente tem que ver o saldo. E o saldo daquilo foi extraordinário para todos nós. Foi uma loucura... O Nostradamus dizia que iria afundar! Imagina você acordar num dia e ver na capa do jornal do Brasil e do Globo. “Vai afundar o Rock in Rio porque o Nostradamus previu.” Aquilo foi um inferno, as mães não queriam que seus filhos fossem... Eu mesmo fiquei pensando: “será que vai acontecer?”

Com o Rock in Rio, vocês descobriram na prática que o rock não era tão democrático?

MEDINA: Se você pegar a história dos eventos todos no mundo, tinha vaías por todo lado. Isso acabou nos últimos 10 anos, em qualquer festival. Agora, tiveram erros também de escalação. Acho que ninguém sabia exatamente o que ia acontecer. E outros surpreenderam também... O Paralamas fez um discurso for-

te e as pessoas adoraram, vibraram com eles. Tiveram reações que não acontecem, não é só no Rock in Rio não, não acontecem mais e não sei porquê. Engraçado que o Ivan Lins foi super aplaudido.

Como entender o público super radical com o Ney Matogrosso e com o Ivan o inverso, que tem uma linguagem diferente do rock?

MEDINA: É verdade. São fenômenos que acontecem ali... Eu não sei... Outra coisa também, ninguém imaginava que a tribo do metal era do tamanho que era, nem o pessoal que me aconselhava o metal, ninguém. E aquilo de repente era uma coisa gigantesca. Mas eles não se mostravam assim. Pela primeira vez vimos o tamanho dos metaleiros, da tribo de metal no Brasil.

Como é que você acreditou nas bandas brasileiras, que mal tinham discos lançados e já entrando num festival desse porte? É mais ou menos como se você escalasse O Terno para o palco principal do Rock in Rio hoje. Como foi isso?

MEDINA: Cada um foi uma história... Me lembro que um vizinho do Herbert Vianna me trazia um cassete e me perturbava com aquela história. Um dia ouvi e gostei... As bandas nacionais foram assim: comecei a fazer uma pesquisa. O pessoal da Rádio Fluminense me ajudou muito com os roqueiros. Eles tinham a rádio toda só de rock naquela época e resolveram me ajudar. Então começamos a conversar sobre as possibilidades. Eu não tinha dúvidas de que ali não era uma questão de já vendeu ou não vendeu. Eu queria ter a melhor presença possível. E graças a Deus, aquilo alavancou, eles todos falam isso. Acho que o público compreendeu essa diversidade musical. Independentemente do cara ver o Iron Maiden ou AC/DC, o que eu queria mesmo era fazer uma festa. Você vê o Rock in Rio hoje. Não tem banda e ele vende. Se eu pudesse colocar à venda os 600 mil bilhetes agora, vendia. Dá pra vender cinco tamanhos de Rock in Rio no Brasil. Por que? Porque o que o cara quer é a festa. Isso nasceu de uma clareza absoluta em mim. Eu não queria fazer um show, queria fazer a Cidade do Rock. A Cidade do Rock era coisa para namorar, para se encontrar... Tiveram bandas que lotaram 200 mil pessoas no Rock in Rio e depois voltaram no mesmo ano no Brasil e não atraíram dez mil. Por que? Porque o fã estava querendo ir a festa, ao encontro... Ao longo do tempo essa marca foi começando a ter outros ingredientes, do detalhe, da qualidade, que é onde me pego. Trabalho muito na qualidade, na entrega do evento, quero tudo muito bonito. Até sou muito criticado no mundo empresarial por isso. O mundo empresarial é cada vez mais comandado pelo homem da

grana do que pelo homem da ideia. Quando comecei na minha vida empresarial, a gente começava pela ideia. Hoje não, está ao contrário. O Rock in Rio é o preço mais baixo de um evento no Brasil. Sabe por que? Porque quero assim. Você poderia aumentar muito, claro, mas isso é ruim. Acho que temos um projeto diferente e as pessoas vão entendendo isso, porque as pessoas se relacionam com o amor pela marca. Acho que se a gente baixar a guarda, se admitir que seja mais caro, que não tenha a flor correta, o detalhe correto, a grama correta... a gente deixa de ser isso. E mais que isso: a gente deixa de ser feliz, a gente fica rico, mas não fica feliz.

Baby Consuelo vai fazer seu show no primeiro Rock in Rio, mas sabe na véspera que ao invés de 40 minutos terá que reduzi-lo para 20. Ela com 20 e o Pepeu com 20. Ela contrata equipe de seguranças, e os seguranças ficaram ali a postos na beira do palco, para ninguém acabar com o show. Ela conta assim num documentário feito recentemente. Você sabia disso?

MEDINA: Acho muito difícil que tenha acontecido... Eu acredito nela, mas era uma estrutura muito forte. Não conseguiria fazer o que ela está falando. Eu que era o dono do evento não conseguiria fazer isso. O que eu vi foi diferente... Como eu tinha uma orientação muito rígida no sentido de não atrapalhar o horário de televisionamento para cá e para fora do Brasil, o que vi foi diferente. Teve até um cantor, que eu não vou citar, que continuou e cortaram o som e ele saiu. Eu vi o documentário e soube ali. Me parece muito difícil que isso tenha acontecido.

Tem uma história muito boa do Ozzy Osbourne. Imagina o Black Sabbath vem para o Brasil e o pessoal dos direitos de proteção aos animais cai em cima da produção do Rock in Rio e fala: "Pô, esse cara não pode comer aves, pombos..."

MEDINA: Exatamente. Era "morcego, pintinhos e congêneres", está no contrato. Guardei o contrato, era inacreditável. Não sabia se ele comia ou não comia os morcegos. Quando chego no Brasil, os caras me procuram e escuto: "Você não pode trazer esse cara por que ele come..." Mas ele não vai comer nada, mesmo se ele come, no meu evento ele não vai comer nada.

Você colocou no contrato que ele não iria comer nada e ele assinou?

MEDINA: Assinou, não comeu nada. Parece que nem comia. Ele jogava um morceguinho de plástico. Era uma conversa... surreal.

Por que Roberto Carlos nunca pisou no palco do Rock in Rio?

MEDINA: Não sei. Estive com ele em Nova York agora, o convidei para ir ao Rock in Rio, mas como uma homenagem. Ele é o grande rei da música brasileira e eu queria muito fazer uma homenagem a ele. Não sei se ele não se sente confortável com uma plateia tão grande, sinceramente não sei. Eu disse: “A gente monta um show com a sua cara...” Mas ele nunca se sentiu confortável. Gosto muito dele e ele de mim, mas tenho a impressão de que ele pode achar que o estilo de show dele não combina. Eu acho que combina super. Hoje o Rock in Rio é extremamente afável, a plateia quer estar ali, acho que ele seria muito bem recebido. Mas acho que ele tem um certo nervosismo de estar ali com aquele tipo de plateia. Só pode ser isso.

Tem alguém que você sonha em trazer e nunca conseguiu?

MEDINA: Olha, no primeiro Rock in Rio, foi o U2. A banda ainda não era o que era, o que virou. A gente conversou muito na época, mas não conseguimos trazer. Já contratei 1220 bandas, se não me engano, ao longo desses anos. Muito poucas bandas do mundo não tocaram. Tive agora o prazer de ter em Portugal o Mick Jagger tocando com Bruce Springsteen e foi uma noite gloriosa. O U2 eu quero que venha, mas eles vão muito pouco a festivais, tem uma agenda maluca, nunca consegui. Dessas grandes, é o que falta.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

■ Trinta anos depois, o Rock in Rio vive uma crise de representação. Sua expressão artística está longe de captar as novidades pop que se espreitam pelos centros urbanos e periferias do país. O gigantismo da marca, evolução natural para um festival altamente profissional e patrocinado, engoliu qualquer movimento em direção à vanguarda. Outros pequenos e médios eventos cumprem melhor a função de apontar tendências.

O fato é que a cultura pop é hoje, em grande medida, independente. Opera a partir das inúmeras plataformas da web. Cria um diálogo mais “direto” com a audiência, sem, necessariamente, a chancela de majors ou da imprensa. A vazão infinita de novidades alimenta a segmentação extrema e achata a possibilidade de referendar ídolos eternos.

Ver e ser visto já não é um problema tão profundo para o jovem brasileiro, ainda que exista um déficit considerável de acesso a produtos culturais. A ques-

tão é identificar o quanto a realidade ainda interessa a esta juventude. O quanto a “cultura pop” é reflexo de um país em suas contradições. Quando surgiu, o Rock in Rio era símbolo de um contexto fértil, ajudou a definir uma geração. Hoje, ele só é mais uma ação mercadológica em meio a um ambiente cultural fragmentado e, quase sempre, efêmero. Ele não diz mais nada. E a juventude? O que vai dizer?

EMANUEL BOMFIM · Graduado pela Cásper Líbero, é jornalista e apresentador do Programa *Estadão Noite* na Rádio Estadão, ganhador do Prêmio APCA 2014 na categoria Rádio/Cultura Geral.

MARIANNA PERCINIO · Graduada em Filosofia e mestre em Economia Política pela PUC de São Paulo, é diretora de avaliação das parcerias com o terceiro setor da Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo.

REFERÊNCIAS:

ARIES, P. *História social da criança e da família* Rio de Janeiro: LTC, 1981

CHAPLIN, C. *Tempos Modernos* 1936

IBGE *População jovem no Brasil* Rio de Janeiro: IBGE, 1999

MILLER, F. *Os 300 de Esparta* São Paulo: Ed. Abril, 1998

PASTOUREAU, M. Os emblemas da juventude: atributos e representações dos jovens na imagem medieval In: LEVI, G; SCHMITT, J. (Org.). *História dos jovens – da antiguidade a era moderna*. São Paulo: Cia das Letras, 1996

SALINGER, J. *Apanhador no Campo de Centeio* Rio de Janeiro: Ed. do Autor, 2010

SAVAGE, J. *A Criação da Juventude – Como o conceito de teenage revolucionou o século 20*. Rio de Janeiro: Rocco, 2009

SCHNAPP, A. A imagem dos jovens na cidade grega In: LEVI, G; SCHMITT, J. (Org.). *História dos jovens – da antiguidade a era moderna* São Paulo: Cia das Letras, 1996

VEYNE, P. *História da vida privada 1: do Império Romano ao ano mil*. São Paulo: Cia das letras, 2009

WILLIAMS, T. *Um Bonde Chamado Desejo* 1951

Sonhos da juventude brasileira: A política além do voto

BEATRIZ PEDREIRA

INTRODUÇÃO: O SONHO BRASILEIRO DA POLÍTICA

■ É inegável que o Brasil está passando por um processo de transformação nos últimos anos, e quem desempenha um papel chave nesse processo é a juventude brasileira. No entanto, existe uma incompreensão do significado dessas transformações e do papel da juventude nela. Por um lado, temos um sistema político incapaz de absorver os anseios coletivos dos indivíduos e de dialogar com as práticas políticas emergentes. Do outro lado, há uma falta de consenso sobre o que as manifestações políticas recentes, como as jornadas de junho em 2013, significam, e se apontam para possíveis caminhos para a atualização da participação dos jovens na política brasileira.

As lideranças políticas do país pouco entendem esses novos fenômenos e os outros setores como a mídia tradicional tem dificuldade de fazer sentido dos novos movimentos políticos em nossa sociedade sem tentar enquadrar ou categorizá-los nas estruturas políticas estabelecidas, como ideologias de esquerda e direita, partidos políticos, movimentos sociais ou ONGs. Nesse contexto, é notável que 77% dos jovens brasileiros não se sentem representados pelas lideranças políticas e 76% não consideram participar de partidos políticos.

Para decifrar o comportamento político do jovem, é preciso, inevitavelmente, entendê-lo a partir da sua própria perspectiva de atuação política.

De fato, os questionamentos são maiores dos que as certezas. Por que as manifestações tiveram um impacto pouco expressivo nos resultados das eleições de 2014? Esse movimento foi apenas efêmero ou representa uma tendência mais ampla? O que significa quando esses jovens dizem ‘esse sistema não me representa’?

Por que o sistema político e parte da sociedade não consegue entender o que os jovens desejam? Como os jovens fazem política na prática? Em última instância, com que tipo de política sonha a juventude brasileira?

A partir dessa inquietação, o estudo *Sonho Brasileiro da Política* foi a campo em 2014 com a seguinte pergunta: O que as ações e pensamento político dos jovens nos dizem a respeito de um novo comportamento político da juventude brasileira? Por meio de métodos de pesquisa qualitativa e quantitativa, o estudo ouviu 1.428 jovens de 18 a 32 anos, em todos os estados brasileiros. Os resultados são instigantes e apontam que os novos caminhos para a participação do jovem na política não parecem estar ligados diretamente a partidos e eleições.

Nesse artigo traremos um recorte dos resultados da pesquisa para exemplificar o novo comportamento e o que pode significar não apenas o futuro da democracia no país, mas o futuro da democracia num sentido mais amplo. Afinal de contas, tem surgido questões muito parecidas em outros países democráticos ao redor do mundo, como na Espanha, Chile, Índia, e os Estados Unidos.

I. JORNADAS DE JUNHO, UM DESATAR DE NÓS

■ Para analisar o impacto dos protestos de junho de 2013 é preciso voltar no tempo e contextualizar historicamente o ambiente político em que jovem entre 18 e 32 anos se desenvolveu. Sem a pretensão de fazer um levantamento histórico profundo, a intenção é trazer à luz os elementos fundamentais que marcam a trajetória até as jornadas de junho.

Os jovens nascidos entre os anos de 1982 e 1996, cresceram num país em pleno processo de redemocratização. Sem as lembranças de um passado de repressão e com um cenário político e econômico fértil, o jovem desse período vive um momento particular de crescimento do país. Mas um ano foi especialmente importante: 1989 é marcado por fatos nacionais e internacionais extremamente simbólicos para os dias atuais. Enquanto que no Brasil acontecia a primeira eleição nacional democrática pós ditadura militar, internacionalmente, foi o ano da queda do muro de Berlin, representando o fim da guerra fria e da polarização ideológica extrema que dividia o mundo politicamente. Não menos importante, foi também o ano do surgimento da internet. Esses três fatos históricos: redemocratização, pensamento não-dualista e a hiperconexão são determinantes para o desenvolvimento de um novo comportamento político entre os jovens brasileiros.

Além disso, desde 1992 o jovem brasileiro não se mobilizava massivamente por uma causa política e até 2013, era comum a opinião que o jovem no Brasil

tinha se despolitizado. Se olharmos com as lentes das estruturas políticas estabelecidas, podemos enxergar a situação dessa maneira. Porém, a verdade é que os jovens começaram a encontrar em outros espaços uma forma de escoar sua vontade de transformar o país. A partir de 1994 até 2010, as ONGs desempenharam um papel relevante na sociedade civil e vivenciamos o chamado 'boom das ONGs'. Num momento em que o Estado se reorganizava num sistema democrático, essas organizações da sociedade civil atraíram a atenção dos jovens como um espaço de transformação social. Numa escala menor, as marchas, passeatas e manifestações continuaram, porém eram nichadas, restritas a bandeiras específicas e institucionalizadas, ligadas a movimentos estudantis, sindicatos, movimentos sociais e partidos.

Em 2009, começou uma onda de manifestações políticas em vários países, como na Islândia e na Tunísia. Logo em 2011, jovens tomaram as ruas e no Egito iniciou-se um movimento mais amplo no Oriente Médio, inicialmente chamado "Primavera Árabe". No mesmo ano, a revista Time colocou em sua capa o manifestante como 'a pessoa do ano'. Em 2013, essa onda atingiu o Brasil e milhares de pessoas foram às ruas para protestar, pela primeira vez em mais de duas décadas.

Para os jovens, junho de 2013 foi um grande catalisador simbólico, um encontro físico com a democracia. Um evento dessa magnitude não poderia passar despercebido: 92% dos jovens entrevistados souberam das manifestações e 18% deles participaram dos protestos, que em números absolutos, representam mais de 6,5 milhões de jovens nas ruas de todo país. As razões para sua participação são diversas, mas 70% afirmam que foram às manifestações porque consideram o ato uma ferramenta importante para mudar o país.

Para os jovens entrevistados, um dos principais benefícios das manifestações foi romper o estigma que o jovem brasileiro não se mobiliza politicamente. O sentimento entre eles é que as manifestações desobstruíram um canal e a vontade de participar das manifestações ganhou fluxo e intensidade. Um ano depois das manifestações, 18% dos jovens afirmaram se interessar mais por política do que antes, e 26% afirmam que as manifestações criaram pontos de encontro e aproximou pessoas com interesse em comum.

Foi possível perceber nas conversas com esses jovens e em suas respostas que com as manifestações, a essência da política começou a ser resgatada. A percepção é de que uma luz acendeu na caixa preta da política nacional e se tornou visível para mais jovens. Dessa forma, a política passou a se desmistificar, e a participação tornou-se mais possível e acessível. Esse encontro entre os jovens e a política caracteriza um momento de efervescência. As discussões e os encontros

começaram a fazer parte do dia a dia do jovem e começou a estar presente, cada vez mais, nas mesas de bares, nos almoços em família, na timeline do Facebook, nos grupos do whatsapp e nas notícias de TV. A política ganhou um novo status e passou a ser cool.

Diferentemente do que aparece nos jornais e ao contrário de algumas análises, sobre esse fenômeno, a pesquisa demonstra que as jornadas de junho deixaram mudanças concretas. Uma delas é a retomada do espaço público pelo jovem como um espaço para o fortalecimento da cidadania e apropriação do papel político. Um exemplo concreto dessa mudança é a Assembleia Popular Horizontal da cidade de Belo Horizonte, que acontece semanalmente debaixo do viaduto de Santa Tereza.

Em formato de assembleia e com sistema de decisão horizontal, discutem-se pautas relacionadas aos desafios públicos e coletivos da cidade mineira. Cada pauta discutida coletivamente e encaminhada a grupos de trabalho específicos como educação, saúde, mobilidade, moradia etc, que discutem as propostas e soluções e deliberam coletivamente. A iniciativa acolhe cidadãos, movimentos sociais e representantes do governo. Surgiu durante as manifestações de junho para encaminhar as pautas levantadas nas ruas e chegou a reunir mais de 2.000 participantes no ápice desse período. A APH continua suas atividades semanalmente, ajudando na construção de mais assembleias em outros lugares da cidade.

Outro exemplo desse movimento é o projeto Plataforma de Ideias no Acre. Um grupo pessoas de diversas áreas (acadêmicos, funcionários públicos, estudantes e empresários), motivados pelas manifestações se reuniram para discutir propostas para o Estado. Elaboraram juntos um documento com propostas de políticas públicas, ações concretas e diretrizes para os planos de governo nas áreas Cultura, Educação, Gestão Pública, Saúde, Mobilidade Urbana, Meio Ambiente, Esporte, Segurança e Infraestrutura. O documento Proposta de Programa de Governo da Sociedade Civil foi entregue a todos os candidatos ao governo do estado do Acre em 2014. O grupo continua se reunindo mensalmente para discutir as pautas e organiza mobilizações para pressionar o governo para encaminhar as propostas elaboradas.

Movimentos como esse apontam para a capacidade de multiplicação dessas novas práticas políticas e demonstra que efeitos de 2013 se espalharam, potencializaram e germinaram de diversas formas. O grande impacto das 'jornadas de junho' foi evidenciar uma mudança na forma com que o jovem pensa e age politicamente, e foi esse comportamento que ganhou visibilidade e potência após 2013.

2. UMA FOTOGRAFIA DO ENGAJAMENTO POLÍTICO DOS JOVENS

■ Antes de mergulhar no comportamento emergente capturado pela pesquisa é preciso dar um passo para trás para entender, de maneira geral, como o jovem se relaciona com a política e os diferentes níveis de engajamento que apresentam.

Para além de respostas padrões, como por exemplo, responder que uma expressão política é ‘votar’ ou ‘fazer minha parte como cidadão’, a intenção é olhar para as respostas que vislumbram algum tipo de caminho no sentido de aumentar a participação dos jovens na política. O primeiro passo é se desfazer do senso comum que o jovem não se interessa por política. Se ele não se interessa, deve-se focar na causa do problema, afinal, existem motivos reais e palpáveis para se afastar do mundo político. Os limites que o sistema atual impõe ao jovem é uma das principais barreiras para participar mais da política. 33% dos jovens afirmam que não participam porque não acreditam no sistema como é hoje e 17% não sabem por onde começar, onde buscar informações ou como se engajar. Essa situação apresenta a dificuldade que uma pessoa, que a priori não se interessa por política, começar a agir e se engajar. O custo é alto e grande parte das pessoas tem outros interesses e outras preocupações. Esses dados deixam clara a necessidade da política se tornar atraente para o jovem, afinal o jovem vive no século XXI, mas o sistema que interage foi desenhado no século passado e sofreu poucas atualizações.

Apesar das barreiras, o jovem brasileiro enxerga a possibilidade de se envolver mais, porém é necessário realizar mudanças fundamentais no jogo político atual. A primeira delas é a transparência. O jovem de hoje tem acesso a praticamente qualquer informação a qualquer momento, e não consegue se identificar com a ‘caixa preta’ da política atual. 45% afirmam que se aproximariam da política se o processo fosse mais transparente e confiável. Para participar precisa conhecer e entender onde está empenhando sua energia. Ademais, os políticos estão distantes dos interesses ou não conseguem capturar os desejos da juventude brasileira, pois 35% afirmam que se aproximariam da política se os políticos representassem seus interesses e 27% se a política estivesse mais próxima de seu cotidiano. Quando a política e seus representantes se afastam do dia a dia dos cidadãos significa que não está conseguindo desempenhar seu papel mais fundamental, de conhecer os desafios dos cidadãos que representa, dialogar e encaminhar soluções.

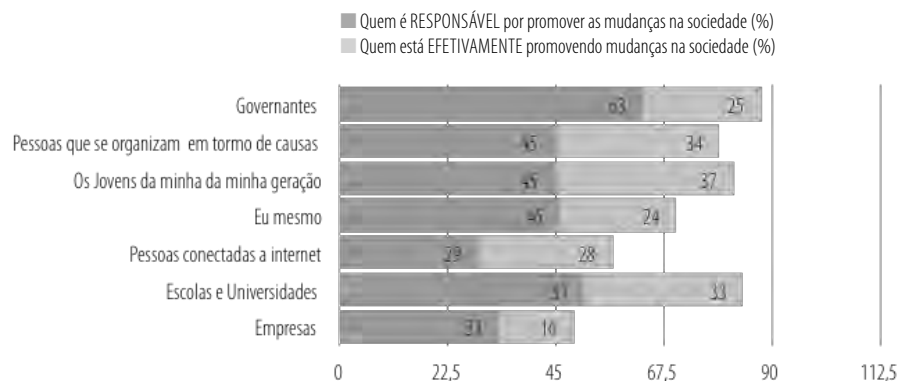
Para o jovem, política deveria constar no currículo básico de ensino. 65% dos jovens gostariam de aprender política na escola e 43% na universidade. Esses dados nos levam a crer que não é que o jovem não se engaja por política delibera-

damente, pois é muito difícil se engajar em algo que não se conhece. Ao se criar meios e condições para se interessar por política, permite-se mais liberdade para escolher se engajar ou não. Hoje, a única ferramenta que conhecem é o voto, embora não possuam a completa compreensão de como usá-lo. Apesar da carência de educação política no país, mesmo assim, 46% dos jovens brasileiros se sentem responsáveis pela transformação na sociedade. Porém, a expectativa sobre quem é responsável por transformar a sociedade é sempre maior do que sua percepção da realidade. De maneira geral, os jovens acreditam que os governantes e empresários fazem muito menos do que é sua responsabilidade. Ao mesmo tempo que o jovem espera mais dele mesmo e faz menos do que gostaria, percebe que os jovens da sua geração e as pessoas organizadas em torno de causa são os responsáveis efetivos pela transformação da sociedade. (ver tabela 1)

Os diferentes níveis de engajamento

■ Mesmo que os jovens brasileiros se enxerguem como os protagonistas de mudança na sociedade, eles apresentam diferentes formas de pensar e agir politicamente. Para identificar o nível de engajamento dos jovens, a pesquisa descobriu quatro atitudes distintas (chamaremos de Grupos), analisadas a partir de três critérios:

- Interesse na política, vontade de participar e de se engajar;
- Capacidade de mobilizar e influenciar a opinião de outros; e
- A ação concreta visando transformação; intensidade e frequência de sua atuação política.



O primeiro e maior grupo isolado, os Alheios, correspondem a 39% dos jovens. São desinteressados, sem motivação e distantes de assuntos relacionados à política. Não têm opinião formada, não estão abertos e nem fechados para o tema. Não se sentem atraídos para buscar mais informações ou se engajar. Esse jovem está mais conectado com seus desafios pessoais e cotidianos do que com os desafios coletivos e públicos. Por outro lado, se esse parece um índice alto, a pesquisa traz uma outra perspectiva ao focar nos 61% dos jovens que demonstram interesse e abertura em relação ao tema.

Numa escala, em primeiro lugar estão aqueles sem nenhuma ação e interesse político, os Alheios. Na sequência encontra-se a atitude À Deriva representando 17% dos jovens. Esse grupo é muito peculiar, foram os mais impactados pelas manifestações de 2013 no sentido de despertar para a política. São empolgados com esse novo momento político do país e possuem uma visão positiva sobre as mudanças. Acreditam que os jovens estão promovendo alterações na sociedade e gostariam de se engajar mais. Porém são passivos: têm pouca informação, baixo engajamento e nenhuma ação concreta. Esse grupo apresenta uma grande oportunidade para a sociedade brasileira para aumentar a participação de jovens na política. Afinal são pessoas que estão de fato, à deriva, esperando orientação de como agir.

A terceira atitude, os Críticos, representam 28% dos jovens brasileiros. São interessados e ativos em relação a assuntos ligados à política, estão atentos e envolvidos com o tema, mas o envolvimento prático no dia a dia é baixo, limitando-se ao voto e ações na internet, como assinar petições e compartilhar opiniões e informações nas redes sociais. Sabem que exercem influência em sua rede pessoal por serem bem informados, mas por não terem atuação presencial, sua atitude é mais ponderada.

O último grupo, onde estão os 16% restantes dos jovens, responde aos 3 critérios: são interessados, mobilizam pessoas e opiniões e têm ação concreta como grande motor da transformação. No entanto, dividem-se em dois grupos de 8% cada um. O primeiro, denominado de Agente tem uma atitude mais tradicional voltada para a transformação social, seu o foco está na ação pela via institucional, como projetos sociais, ONGs, movimentos sociais e partidos políticos.

Os 8% restantes foram identificados na fronteira do comportamento político entre os jovens brasileiros. Esse grupo está criando novas formas de participação política – isto é, não usam as vias tradicionais e sua atuação está ligada à transformação do processo político. São capazes de unir a ação online e offline na defesa de bandeiras políticas, culturais e artísticas. À essa atitude, denominou-se

“Hackers da Política”, um comportamento político emergente e disruptivo presente na sociedade brasileira.

3. HACKER DA POLÍTICA, UM DECIFRADOR DE CÓDIGOS E PROCESSOS POLÍTICOS.

■ Hackear é um novo verbo para explicar ações inovadoras e disruptivas. É a capacidade de entender os códigos de um sistema e construir novas lógicas para transformar o próprio, por dentro. Para compreender melhor o que faz um hacker é importante fazer uma distinção entre ‘crackers’ e ‘hackers’. O primeiro termo é utilizado para ações ilegais como invadir uma sistema de segurança para benefício próprio. O segundo termo descreve indivíduos que exploram as fraquezas de um sistema de computador com a finalidade de melhorá-lo. A filosofia está ligada a valores como acesso a informação, compartilhamento de dados, abertura de códigos e descentralização.

A aplicação desse conceito para definir um novo comportamento político tem inspiração nos próprios jovens entrevistados na fase qualitativa da pesquisa, pois diversas vezes utilizaram a expressão ‘hackear a política’ para explicar sua ação política.

Os Hackers da Política anunciam a partir de suas práticas uma nova forma de agir politicamente. Eles modificam, transformam, criam e desenvolvem alternativas para a participação política. Sua ação é fundamentada em quatro premissas: entendem os processos da pólis, usam os instrumentos públicos disponíveis, decodificam o funcionamento do sistema político e criam novas lógicas a partir da compreensão desses códigos.

Um exemplo desse comportamento é o coletivo A Batata Precisa de Você. Um grupo de jovens moradores do bairro de Pinheiros em São Paulo desejava tornar a praça do Largo da Batata um espaço público que oferecesse algum tipo de lazer aos moradores e aos transeuntes. Frustrados com a burocracia e morosidade das audiências públicas da Subprefeitura de Pinheiros, resolveram fazer diferente: passaram a ocupar aquele espaço por meio de atividades culturais e aulas públicas independentemente. O movimento cresceu e se tornou uma ocupação regular e semanal na cidade de São Paulo. Toda sexta-feira promovem atividades culturais aliadas a conversas sobre temas urbanos que impactam a vida na cidade e seus cidadãos. É aberto para qualquer pessoa que queira participar ou promover atividades. Esses Hackers da Política descobriram uma brecha no sistema – o fato de promover encontros e eventos na praça sem ter que pedir autorização – abri-

ram o código sobre o uso de espaços públicos para mais pessoas participarem e incentivaram outros grupos a fazerem o mesmo.

Esses exemplos ajudam a ilustrar as características que definem o comportamento do Hacker da Política. Protagonistas por essência, não esperam as soluções caírem em seus colos, tomam iniciativa e estão conscientes sobre a importância de desempenhar um papel político para conseguir as mudanças que desejam. Seguem a risca o lema ‘se eu não fizer, ninguém faz.’

Nesses casos, a base de qualquer experimento é se abrir para a mentalidade de ‘tentativa e erro’, onde é preciso independência e um pouco de ousadia para testar diferentes meios, formatos e métodos. Na política não é diferente. Para propor novas vias de participação é fundamental experimentar e arriscar. Se os sistemas políticos atuais não derem conta de atender os problemas da sociedade, é preciso mudar a regra do jogo, e é por meio da ação constante que o Hacker da Política descobre as brechas e os espaços para atuar à sua maneira, decifrando os sistemas e propondo novas regras para o jogo.

Com a liberdade para agir segundo suas próprias crenças e sem amarras institucionais pode-se construir soluções para a participação política. Esse jovem quer e precisa ter voz ativa na elaboração e execução das ações. Quanto mais espaço lhe é dado para imprimir suas ideias e propostas, mais esse jovem se engaja. Projetos prontos, instituições ou organizações com suas visões estabelecidas e sistema top-down, não são ambientes favoráveis para desenvolver um hacker da política. O distanciamento dos partidos não é trivial: 76% não consideram se filiar a partidos políticos, afinal suas estruturas rígidas, centralizadas e hierárquicas não dão espaço para esse novo comportamento emergir.

Se as estruturas e a forma como partidos e os Hackers da Política se organizam apontam suas diferenças, o conteúdo reflete mais uma divergência entre esses dois modelos de atuação. A ação protagonista do Hacker da Política se desenvolve a partir do engajamento em causas específicas, na maioria das vezes ligadas aos desafios cotidianos. Causas são as bandeiras que um indivíduo defende e a escolha pelos temas são conectadas aos valores, crenças e experiências pessoais de cada um. As causas desempenham um papel central no novo comportamento político dos jovens, permitem a ação e engajamento direto, sem necessidade de se vincular institucionalmente a um partido ou organização para promover as ideias que defendem. O Hacker da Política quer ver o resultado do seu empenho e o ativismo por causas proporcionam resultados tangíveis. Por exemplo: por mais que a causa ‘mobilidade urbana’ seja tema amplo e complexo, a conquista de políticas públicas que beneficiam o uso de bicicletas

por meio da construção de ciclovias são ganhos significativos para solucionar o desafio do transporte na cidade.

Tomar uma atitude imediata e gerar resultados concretos mantém o Hacker da Política motivado a se engajar nas causas: 67% acreditam que elas contribuem para mudar a sua realidade e 64% se mobilizam, pois são incapazes de ficar indiferentes com os problemas ao seu redor (ver tabela 1). O Hacker da Política acredita na potência da sua ação para transformar seu dia a dia e melhorar a sua qualidade de vida.

As causas são múltiplas e transitórias, em média um Hacker da Política defende seis causas simultaneamente que se sobrepõem conforme o momento e situação que vive. Por exemplo, uma Hacker da Política pode ser muito ativa na defesa pela igualdade de gênero mas quando passa a ser mãe começa atuar mais ativamente pela educação pública. Ou seja, ela não deixa de lutar pela igualdade de gênero, apenas ganhou outro peso no seu dia a dia. Esta flexibilidade para atuar, a liberdade de escolher qual tema deseja defender e o quanto e em que momento deseja intensificar a participação está inserido numa trama constante entre a ação online e offline. Com as manifestações de 2013, a impressão que o jovem se mobiliza pela internet e rede sociais teve uma análise rasa. É verdade que o jovem usa as ferramentas para mobilizar as pessoas, mas é a atuação offline que dá sustentação a sua prática política. A internet, desempenha um papel secundário, o de dar continuidade às ações executadas offline.

Quais são as causas que os hackers da política defendem? De combate a corrupção ao cicloativismo – foram mais de 30 bandeiras analisadas, e a pesquisa aponta para o gap entre as bandeiras do jovem e as causas da grande maioria dos partidos políticos. Ao analisar a tabela 2, é possível ver a desconexão desses temas com os programas e causas dos partidos. Tanto para o hacker da política quanto para o jovem em geral, as causas pelo meio ambiente e pela internet livre são bandeiras importantes e pouco abordadas pelos políticos e seus partidos. Além disso, os desafios que o jovem vive e as causas em relação às quais atua têm relação direta. 79% dos hackers da política desejam participar de maneira direta nas decisões políticas que interferem em seu cotidiano. Esse dado pode ser visto na relação entre as tabelas 2 e 3. Por exemplo, ao se engajar na ‘Cultura de Paz’ (tabela 2), o jovem busca soluções para os problemas do seu dia a dia, para combater a falta de segurança e o tráfico de drogas (ver tabela 3), mas não encontra, nos partidos e no poder público, um espaço de diálogo para encaminhar suas demandas.

Uma qualidade particular dessa atuação política é como ela se relaciona com os aspectos ideológicos de suas ações. Diferente das gerações passadas que pri-

meiro se situavam ideologicamente para então agir, o hacker da política faz o contrário, age para depois compreender que sua ação, eventualmente, pertence a um conjunto de ideias e ideais. Mas não se apega às ideologias, elas têm papel secundário, sua identificação política é com as causas que defende.

A crise de representatividade entre jovens e os partidos, entre outros fatores, estaria assim relacionada com a desconexão entre os partidos e as bandeiras/causas dos jovens. Os Hackers da Política reconhecem a importância dos partidos, mas não os consideram como plataformas para a sua atuação política. Esses jovens são pragmáticos, propositivos e querem participar nas decisões das causas que atuam mas não enxergam os partidos atuais com a mesma postura e abertura para sua forma de atuação. Se partidos não os representam, os jovens criam novos organismos políticos que os aproximam da esfera institucional, mobilizam mais pessoas e geram as mudanças que desejam.

4. UMA RENOVAÇÃO CELULAR POSSÍVEL

■ “A importância dessa juventude, que eu me incluo, é mudar a forma de fazer política. Ainda que a gente não consiga mudar o que achamos que está errado, pelo menos mudamos a forma de fazer política.” Esta afirmação feita por um dos Hackers da Política entrevistados, aponta para o elemento experimental de sua ação política. A ação constante por uma causa constrói novos caminhos para incidir na política e conseqüentemente, traz outras possibilidades de participação política para além das práticas estabelecidas. A pesquisa denominou esses experimentos de “células democráticas”. A analogia com a biologia é essencial para entender o funcionamento e comportamento desses organismos políticos, pois assim como as novas células num corpo, atuam no sentido de renovar o sistema colocado -- no caso, a democracia. O surgimento da internet e das tecnologias gerou um processo de transformação estrutural que deu condições para o surgimento de uma sociedade em rede, baseada nos princípios da distribuição da informação, descentralização, horizontalidade e adaptabilidade. O hacker da política se desenvolve nesse contexto histórico e portanto, sua maneira de enxergar e atuar no mundo leva em consideração os princípios dessa nova organização social da sociedade atual. As características das células democráticas refletem os princípios da sociedade em rede: são fluídas, se adaptam às circunstâncias, desenvolvendo-se de maneira orgânica. Independentes e autônomas, se organizam de maneira descentralizadas e horizontal, com lideranças que desempenham papéis em momentos circunstanciais, situacionais e possuem múltiplos líderes.

Acima de tudo, são organizações articuladas entre si, isto é, possuem a liberdade e independência para unir grupos e pessoas em torno de projetos e iniciativas que se conectam à mesma causa e modelo de ação. O elemento da horizontalidade permite ao indivíduo que dela faz parte, ter seu espaço para sua voz, algo incomum em organizações hierárquicas. Para o Hacker da Política, participar e incidir nas decisões é fundamental para se manter ativo. Se as causas são o motor para a ação do hacker da política, é também o que constrói e o que alimenta a continuidade das células democráticas.

A partir do esforço para evoluir o sistema democrático, essas iniciativas se tornam laboratório para novas formas de praticar política no dia a dia. A liberdade para atuar politicamente possibilita experimentar novas práticas democráticas, desvinculadas das amarras e limitações impostas e naturais das instituições, a partir da autonomia e independência para agir dão a capacidade de ousar, inovar e propor novas soluções.

A escolha pelo nome de ‘células democráticas’ justifica-se pela semelhança com a biologia, essa relação nos ajuda a compreender seu funcionamento. Assim como as novas células de um corpo, possuem simultaneamente a fragilidade e a energia da juventude. Como as células democráticas se organizam em rede, seu comportamento é mais fluido e orgânico. O fato de não fazerem parte de um sistema rígido e preestabelecido, se adapta com maior facilidade aos contextos e situações que encontram. Por fim, como na biologia, as células democráticas têm um grande potencial de multiplicação e esta é uma de suas grandes forças. Quando as experiências e ações geram impacto conseguem inspirar outros grupos e suas ações e estratégias se espalham para outros lugares da cidade, estado ou país.

A pesquisa Sonho Brasileiro da Política identificou seis tipos de células democráticas, e para cada um, uma variedade de iniciativas. Esses tipos de células correspondem aos novos tipos de organização manifestadas pelo comportamento do Hackers da Política. Essa pluralidade de iniciativas e maneiras de incidência na política reforçam a noção de que o hacker da política encontra nas brechas as possibilidades de ampliar a participação dos cidadãos na política. Segue abaixo uma breve definição de cada célula e um exemplo para ilustrar cada uma delas:

■ Ferramentas Digitais

A internet é um grande ambiente para o desenvolvimento de diferentes formas de participação política. O ativismo ganha uma ferramenta para pressionar e fiscalizar o poder público, para mobilizar mais pessoas em torno de causas e

para decisões/consultas públicas. A busca por mais transparência, horizontalidade, liberdade e participação são condições para experimentações do universo digital.

Ex.: COLAB.RE é um aplicativo para smartphones que facilita a vida do cidadão interessado em denunciar, avaliar e propor melhorias aos serviços públicos e à infraestrutura da cidade. Conta também com uma ferramenta desenvolvida para as prefeituras gerenciarem as demandas enviadas pelos cidadãos e coordenar os casos até sua total resolução.

■ Ocupação do Espaço Público

Os lugares públicos das cidades se tornam plataformas para o exercício da democracia e se caracterizam pelo uso da arte como intervenção e os debates públicos como resgate do papel político do cidadão e da pólis. O espaço público, comum a todos, permite romper bolhas sociais e privadas para vivenciar o microcosmo da vida em sociedade. Conviver com o diferente para dialogar com os desafios da cidade, usando a cultura como instrumento de expressão e reflexão.

Ex.: OCUPE ESTELITA surgiu como forma de resistência ao projeto Novo Recife, um empreendimento imobiliário na região do Cais Estelita. A ocupação começou em abril de 2013 e desde então o espaço tem sido palco de encontros periódicos para aulas públicas, shows, festas e assembleias. Arquitetos, urbanistas, comunicadores, músicos, artistas e outros profissionais colocam seus conhecimentos a serviço do movimento que propõe a reflexão sobre a cidade e o espaço público.

■ Ativismo da Profissão

A liberdade de atuação e o engajamento a partir das causas possibilitou o surgimento do ativismo por meio do conhecimento profissional. A possibilidade de participar sem ter vínculos institucionais, possibilita que as profissões resignifiquem seu propósito social. Esse ativismo é por sua excelência o exercício de sua função social e não meio de sobrevivência.

Ex.: ADVOGADOS ATIVISTAS surgiu em junho de 2013 durante os protestos de São Paulo. Atuação visa a garantir o direito de expressão, reunião e direitos humanos dos cidadãos que desejam se manifestar. Os advogados acompanham as manifestações de rua e defendem manifestantes e ativistas detidos pela polícia em condições ilegais. Por meio de aulas públicas ensinam sobre direitos humanos e sobre a liberdade de se manifestar. Todos os colaboradores dos Advogados Ativistas são voluntários.

■ Mobilização Cívica

Para as causas ganharem espaço e relevância na agenda política é preciso mobilizar milhares de cidadãos para pressionar o poder público. As mobilizações cívicas usam estratégias de comunicação para articular redes online (ex: petições online) e offline (eventos e mobilizações de rua) na busca de apoio. Algumas estratégias usam a articulação com parlamentares para que defendam ou proponham projetos de lei em prol da causa em questão. A essência dessa célula democrática é advogar por uma causa/bandeira.

Ex.: BOM SENSO FUTEBOL CLUBE · Por meio da mobilização da sociedade e articulação com o governo e o Congresso Nacional, o movimento Bom Senso Futebol Clube cobra mais transparência e democracia dentro da CBF, propõe um novo calendário para o futebol brasileiro e regras mais rígidas para a administração financeira dos clubes.

■ Parceria Público Privada e Popular

As iniciativas públicas, populares e privadas tem o objetivo de unir em torno do bem comum os 3 setores da sociedade: empresas/institutos, governo e população. Essas parcerias são uma evolução dos projetos parceria publico-privada praticados amplamente na sociedade. A inclusão da população visa a incluir a opinião e participação dos cidadãos na construção de políticas públicas que o beneficiam.

Ex.: RIO+ · É iniciativa PPPP para implementar soluções criativas para a cidade do Rio de Janeiro. Realiza-se uma chamada criativa para 13 categorias (por exemplo saúde, educação, uso do espaço público), as ideias são analisadas a partir de sua viabilidade e colocadas para a população votar, pela internet e em pontos estratégicos espalhados pela cidade. Para cada um dos temas, duas iniciativas são escolhidas e as ganhadoras são prototipadas. A Fundação Getúlio Vargas avalia a viabilidade dos testes virarem política pública. Se o resultado for positivo, a ideia é implementada pela prefeitura.

■ Empreendedorismo Político

A distância entre a política e a sociedade estimulou o surgimento de projetos e negócios para atender a demanda por mais participação nas decisões políticas e em novas interações com o poder público. Por serem iniciativas privadas e independentes, permitem maior flexibilidade para testar novas ferramentas para ir além das oferecidas pelo sistema democrático atual.

Ex.: ALÔ POLÍTICO E REPOLÍTICA é uma startup social que desenvolve plataformas para estimular cidadãos a conhecerem e interagirem com a classe política.

A iniciativa tem duas frentes de atuação: Gerenciador Alô Político, um sistema de gestão de gabinetes (CRM) para políticos estarem perto dos eleitores.

Essas organizações apontam para uma nova forma de diálogo com a política institucional e esse é seu grande poder de transformação, pois passam a ser ponte entre a sociedade e o poder público. Os Hackers da Política e as células democráticas ocupam um papel fundamental para a construção de novas figuras de representação política na sociedade. Ao agir, ganham visibilidade e potência, tornando-se figuras legítimas das causas e uma referência nos temas que atuam. Ao se tornarem representantes das causas tornam-se lentes pelas quais a sociedade enxerga e se comunica com a política, e a política enxerga e se comunica com a sociedade. O papel de ‘ponte’ permite traduzir os dois lugares (sociedade civil e governo) um para o outro com a intenção de aproxima-los para alcançar resultados conjuntos. Quando o prefeito de São Paulo convida uma das lideranças da ocupação ‘A Batata precisa de você’ para falar sobre as ocupações dos espaços públicos na cidade, ela está pautando o governo a partir do olhar desse movimento e das pessoas que os compõem. Diferente dos movimentos sociais tradicionais, as células democráticas não nascem ou se criam com essa intenção, mas é uma consequência de sua ação constante.

CONCLUSÃO

■ Ao apresentar os novos caminhos para a política é preciso também reconhecer suas fragilidades. Será que esses movimentos só florescem no contexto de crises efêmeras? Borbulham e desaparecem porque carecem de elementos fundamentais para se autosustentarem? Se essas ações, salvo raras exceções, não possuem a mesma legitimidade democrática como o voto, então como essas iniciativas conseguem gerar impactos reais na política? É preciso reconhecer os riscos de ampliar os mecanismos de participação na política para o próprio funcionamento e eficácia do sistema democrático, mais participação pode gerar mais morosidade nas decisões de caráter público. O debate sobre aprimorar a política contém riscos, assim como qualquer inovação que busca desafiar o status-quo. No entanto, reconhecê-los não significa que não devem ser realizados ou que não possuem um papel crucial para repensar a relação entre a política institucional e a sociedade.

Novas práticas de participação política estão sendo testadas e colocando em xeque os limites impostos pelos sistemas políticos atuais. A pesquisa Sonho Brasileiro da Política explicita os diversos tipos de experimentos que estão acon-

tecendo no país e muitas vezes são imperceptíveis a olho nu. A dificuldade de entendê-los, na maioria das vezes, é a insistência de usar os mesmos ‘óculos’ (direita, esquerda, partidos, ONGs, governo e etc.) para enxergar além. O comportamento do Hacker da Política e as células democráticas nos levam, também, a refletir sobre a importância de olhar fora da caixa para perceber novos movimentos e reconhecê-los a fim de fortalecer sua função de ‘pushing the boundaries’.

Em toda a história da humanidade, os jovens são os grandes propulsores de mudanças da sociedade, é quem tem vontade, intenção e energia de alterar o estabelecido. Se quisermos entender para onde a sociedade caminha, é fundamental tê-los como os tradutores de novos comportamentos e novas expressões para compreender o que está emergindo. Não é a toa que o jovem é o principal ator das novas movimentações políticas no Brasil e no mundo. Olhar para suas iniciativas e comportamentos é reconhecê-los como bússolas que nos orientam para qual direção olhar. O comportamento dos Hackers da Política aponta para a perspectiva de que é possível atualizar o sistema a partir dele próprio. Isto implica questionar algumas regras e encontrar as brechas de atuação e pensar em novas ferramentas para a democracia. Por enquanto as células democráticas são o laboratório desse comportamento que aponta a busca pela participação da política além do voto. De forma alguma esses movimentos subestimam a importância do voto e os partidos como uma grande ferramenta da democracia, mas não a consideram como vias únicas. Sua intenção é ampliar o leque de opções de participação para os que desejam participar mais da política.

Fortalecer o comportamento Hacker da Política e as células democráticas é, em última instância, participar delas. Existe um convite a todos os cidadãos para descobrirem suas causas e engajarem-se por meio desses experimentos. A principal qualidade das células democráticas é seu poder de se adaptar, portanto, quanto mais elas são usadas melhor ficam. A possibilidade de participar está ao alcance de qualquer pessoa minimamente interessada em transformar seu entorno. Está nas praças, nos aplicativos de celulares, nas ferramentas digitais, nas profissões, em novas oportunidades de negócios e etc. Quanto aos partidos, o recado está claro, é preciso reconhecer a necessidade de dialogar com essas iniciativas para que possam se renovar e voltarem a cumprir sua função de tradutores das demandas coletivas dos indivíduos em políticas públicas, políticas de estado e em leis.

Essas ações, debates e iniciativas não são somente importantes para o fortalecimento da democracia no país, mas apontam a necessidade de mais diálogo entre os grupos que estão debatendo o futuro da democracia não só de maneira

acadêmica, mas aplicada. O Brasil não é somente uma democracia jovem, mas possui um perfil demográfico jovem comparado com os países europeus. Devido a esse fato, o jovem brasileiro tem responsabilidade e um papel importante no debate global sobre o futuro da democracia. Se são eles que puxam a inovação, dar força e luz a essas iniciativas é também situar o país como líder nessa discussão.

BEATRIZ PEDREIRA é cientista social pela PUC-SP, designer de serviços e trabalha com projetos que estimulem e engajem a sociedade nas causas públicas. Tem nove anos de experiência em inovação pública e política. Recentemente trabalhou como pesquisadora de comportamento na Box1824 e co-criou e coordenou a pesquisa Sonho Brasileiro da Política.

ANEXOS

TABELA 1

O QUE MANTÉM O HACKER DA POLÍTICA ENGAJADO NESSAS CAUSAS (%)



TABELA 2

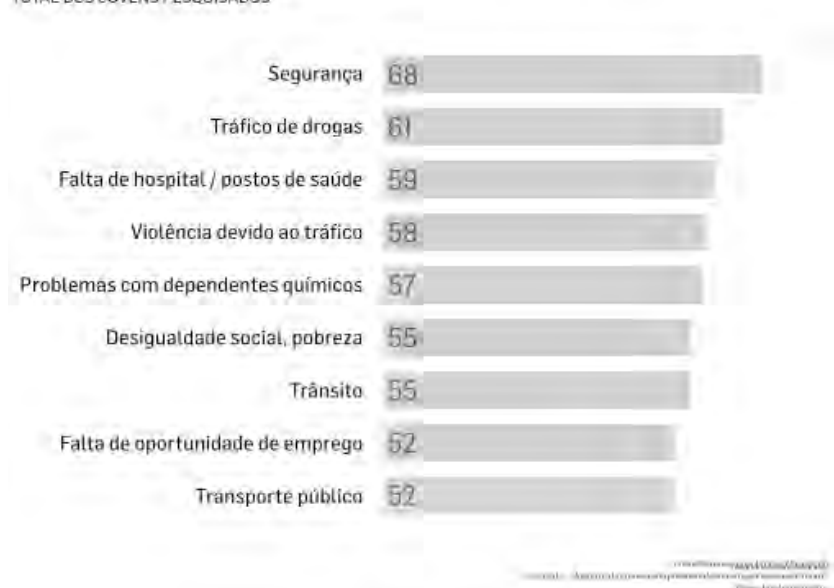
Causas/ Bandeiras	Jovens simpatizam e atuam (1)	Jovens atuam (2)	Hackers da política simpatizam e atuam (3)	Hackers da política defendem (4)
Inclusão/Igualdade Social	90%	32%	97%	66%
Meio Ambiente	88%	30%	99%	57%
Cultura de paz	87%	27%	99%	50%
Internet livre	84%	29%	93%	43%
Igualdade étnica	82%	27%	98%	61%
Contra corrupção	91%	36%	99%	71%
Educação	90%	34%	100%	71%
Direto à cidade	76%	20%	91%	42%
Consumo consciente	80%	25%	91%	55%

Fonte: Pesquisa quantitativa. Sonho Brasileiro da Política (1 e 2) base total da amostra (3 e 4) base 1063 casos/modelagem de segmentação

TABELA 3

**O QUANTO ESTES TEMAS SÃO MUITO PROBLEMÁTICOS
NO LUGAR ONDE VOCÊ MORA? (%)**

TOTAL DOS JOVENS PESQUISADOS



Juventudes e sexualidade. Brasil, 2000-2015

MARY GARCIA CASTRO

APRESENTAÇÃO

■ No início dos anos 2000 duas pesquisas com cobertura nacional e metodologias diferenciadas, mas combinando caminhos quantitativo e qualitativo, marcaram o debate sobre juventude e sexualidade no Brasil (Heilborn, Aquino, Bozon e Knauth, 2006 e Castro, Abramovay e da Silva, 2004)¹. Enfatizavam ambas, construções socio-político-culturais no que se entende por ser homem e ser mulher e relações sociais entre tais construtos, ou seja, sistema de gênero e experiências na classe, na raça, por territorialidade e trajetórias juvenis, sendo mais apropriado portanto se referir a juventudes, tendência e estar atento a diversidades e desigualdades.

Pesquisando expressões em nível de grandes números e discursos de jovens, sublinharam mudanças, considerando gerações anteriores, próprias da realização da modernidade, como ethos de individualização, quando tradições são enfrentadas em nome do prazer, do presente, dos códigos das fraternias, mas não necessariamente se pautando por respeito à alteridade. Assim divisões sexuais de poder, como as restrições às meninas nas negociações sobre prevenção quando do ato sexual, por exemplo, foram registradas em ambos os estudos. Mas também alertavam para avanços, em especial das meninas, mais questionadoras de estereótipos e assertivas em busca de autonomia, ainda que sujeitas a maior repressão por parte de pais, cobranças sociais até por pares e performática corporal influenciada pela sociedade de espetáculo, ‘objetificação’ do corpo feminino jovem ou ‘juvenili-

1 HEILBORN, Maria Luiza; AQUINO, Estela M.L.; BOZON, Michel; KNAUTH, Daniela Riva (org.): *O aprendizado da sexualidade. Reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros*. Ed, Garamond e Fiocruz, Rio de Janeiro, 2006.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam e DA SILVA, Lorena Bernadete: *Juventudes e Sexualidade*. UNESCO, Brasília, 2004.

zado’, estereótipos como a ideia de hyper sexualidade da mulher negra, além de vitimizações por diversos tipos de violência.

Em ambos os trabalhos questionavam-se sensacionalismos da mídia e medos dos adultos, singularmente dos pais, por uma pseudos ‘libertinagem’ ou ‘promiscuidade’ dos jovens, o que seria encorajado pela interpretação do ‘ficar’ como expressão de relações sem compromissos, que dissociariam amor de sexo e ‘desvalorizaria’ (expressão de muitos pais entrevistados por Castro et al 2004) a mulher. Enquanto muitos jovens, inclusive elas, declaravam, que ‘ficar’ seria um tipo de relacionamento sexual, muitas vezes, afetivo-sexual com vários sentidos, como o de ‘explorar’, ‘mais conhecer’ ou ‘ver se dar’, ou ‘para gozar’. Muitos adultos, como pais e professores (também entrevistados em Castro et al, 2004) se assustavam com a relativa perda do valor virgindade no mercado das relações afetivas e sexuais, preocupando-se com a ‘moral’ da menina; a diminuição da idade da primeira relação sexual; e outros indicadores de que ‘a garotada hoje só pensa em sexo’, como o aumento da gravidez entre adolescentes, qualificada como, ‘indesejável’.

Ignoravam-se múltiplos sentidos quer para elas, quer para eles da possibilidade de mostrar que se viria a ser pai ou mãe, valores tão apreciados como ritos do já ser adulto, ‘virilidade’, ser pessoa de respeito, em uma sociedade que confere à maternidade estatuto de sacralidade. Os alertas em relação à gravidez adolescente no início dos anos 2000, volta e meia encontram ecos hoje, assim como o uso de tal discurso para incriminar os pobres – que estariam tendo muito filhos, sem ‘maturidade’ e condições para criá-los, alimentando a violência (ver por exemplo, tal ideário discutido em Manica, 2009)². Observa Cabral (2009, p. 149)³:

Ainda que o incremento na taxa de fecundidade de mulheres de 15 a 19 anos não seja estatisticamente significativo, além de ‘não ser nada mais do que o efeito das profundas reduções da participação da fecundidade das mulheres mais velhas na fecundidade total (Simões, 2006, p. 93), essa tendência é frequentemente utilizada para compor a imagem de uma epidemia de gravidez na adolescência, que estaria

2 MANICA, Daniela. Imperativos da natureza: sexualidade, gênero e hormônios na produção de Elsimar Coutinho. In: HEILBORN, Maria Luiza; AQUINO, Estela Maria; BARBORA, Regina Maria; BASTOS, Francisco Inácio; BERQUÓ, Elza e ROHDEN, Fabíola (org.). *Sexualidade, Reprodução e Saúde*. FGV Ed., Rio de Janeiro, 2009. p 261-284.

3 CABRAL, Cristiane S. Paternidade na trajetória juvenil: uma contribuição ao debate sobre ‘gravidez na adolescência’. In: HEILBORN, Maria Luiza; AQUINO, Estela Maria; BARBORA, Regina Maria; BASTOS, Francisco Inácio; BERQUÓ, Elza e ROHDEN, Fabíola (org.). *Sexualidade, Reprodução e Saúde*. FGV Ed., Rio de Janeiro, 2009. p 145-174.

assolando, sobretudo, os setores mais pobres da população. Esse é o tom predominante do debate público em torno do fenômeno, associado, de modo recorrente, às questões da pobreza e da violência urbana no país (Oliveira, 2005; Vieira, 2005; 'Bomba-relógio', 2005; Heilborn, Brandão e Cabral, 2007).

No capítulo a seguir resgato algumas análises daquelas pesquisas, considerando algumas dimensões de sexualidade abordadas (iniciação sexual, gravidez juvenil, contracepção, representações sobre aborto e relatos sobre violências, preconceitos e discriminações). Indica-se assim, na primeira parte deste artigo, um quadro aproximado sobre juventudes e sexualidade na primeira década dos anos 2000, tendo como fontes de informação os jovens. Quadro que, em termos de grandes tendências, se reproduz nos dias de hoje.

Não se conta para períodos mais recentes com trabalhos com igual abrangência que as pesquisas citadas, contudo estudos de casos e discursos de algumas juventudes sugerem diversidades de cenários, certo avanço quanto a divisões sexuais e afirmação de sujeitos mulheres jovens, não somente no plano de reivindicar direitos em cidadanias, serviços médicos específicos e programas contra violências, mas prazeres não mapeados em corpos não objetificados e muitas por padrões transgressores.

Hoje é maior a visibilidade e assertividade de orientações que fogem a heteronormatividade, graças inclusive ao ativismo LGBT e aos questionamentos que chegam da perspectiva *queer*, que mais do que identidade no estar em uma relação hetero, ou homo afetiva, advoga trânsitos e combinações.

São mudanças que se nutrem por debates que questionam binarismos e advogam o desejo como motor de formas de estar, flexibilizando conceitos como gênero e sexualidade. Butler seria uma das autoras chaves em tal debate. Segundo Rodrigues (2005)⁴ :

O que Butler argumentou foi que, ao contrário do que defendiam as teorias feministas, o gênero seria um fenômeno inconstante e contextual, que não denotaria um ser substantivo, 'mas um ponto relativo de convergência entre conjuntos específicos de relações, cultural e historicamente convergentes' (Butler, p. 29).

4 RODRIGUES, Carla. Butler e a desconstrução do gênero – *Revista Estudos Feministas*. vol.13 no.1 Florianópolis Jan./Apr. 2005. O livro de referência do artigo é BUTLER, Judith *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003 – http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2005000100012&script=sci_arttext, consultado em 11.09.2011

Mas continuam, no Brasil de 2015, os jovens não hetero, ou não considerados como tal, enfrentando violências, inclusive no âmbito da família e da escola. De fato se muitos jovens mudaram, defendem escolhas, nomadismo, vão além de identidades sexuais codificadas, estão em frentes por direitos sexuais e reprodutivos. Já instituições clássicas de socialização, como a família e a escola tendem a tentar a reprodução de padrões convencionais, reduzindo sexualidade a sexo/procriação, ou a sexo/estatuto de moralidade, não considerando que juventude é tempo de busca, de afirmação do contrario, de rebelião, de explosão da libido, de muita adrenalina, de vontade de correr riscos, sendo complexa a equação entre proteção, vulnerabilizações e autonomia. A influência de credos fundamentalistas, que vêm hoje aumentando; o medo da AIDS, mais visível em falas de ontem, e principalmente o conservadorismo moralista que ainda predomina em instituições básicas de socialização, insiste-se, como a família e a escola vêm freando tendências mais libertárias, impondo padrões. Vozes militantes jovens, feministas e LGBT e outras, transgressoras, são hoje mais visíveis e brigam pelo direito à diversidade, em terra de tantas desigualdades sociais. Temas que mais exploro na segunda parte deste artigo, em plano de ensaio, questões.

I. PERFIS JOVENS QUANTO A PERCEPÇÕES SOBRE DIMENSÕES DA SEXUALIDADE, ANOS 2000

■ Na pesquisa realizada sobre juventudes e sexualidade em escolas em distintas cidades brasileiras (Castro, Abramovay e Silva, 2004), destacava-se a divisão sexual de poder, nesse caso de poder de conquista e capital erótico e de exercício de uma virilidade idealizada, indicando comportamentos sexuais legitimados pela socialização familiar. Mas também a importância da sociabilidade entre pares, a pressão desses e como essa reproduz valores que legitimavam papéis tradicionais de gênero. Segundo um jovem entrevistado: *Para o homem, quanto mais meninas ele ficar, melhor. O pai até pergunta se já fez ou não. Mas, a menina não pode; ela não pode porque muda tudo e pode até engravidar.*

Os jovens do sexo masculino, que tiveram a sua PRIMEIRA RELAÇÃO SEXUAL até os 13 anos, eram mais que o dobro das jovens, registrando 22,3% e 9,1%, respectivamente. Para Heilborn et al (2006, p. 171), citando Galland (1995): *Esse acesso mais rápido à sexualidade ajuda a configurar um quadro de precocidade geral na trajetória do indivíduo, mais cedo e mais diretamente confrontado com as realidades da vida adulta.*

Sobre a primeira relação sexual, tem-se que 56% dos jovens tinham a sua primeira relação com o(a) namorado(a), o que sugere que a percepção do mundo adulto sobre os jovens seria muitas vezes “adulocrata”, centrada em uma visão equivocada sobre a maneira de agir e pensar das juventudes, como a de que os jovens tenderiam à promiscuidade, a ter diversos parceiros.

Segundo Castro et al (2004) os dados mostraram diferenças expressivas tanto no comportamento sexual quanto à condição de sexo/gênero. Geralmente a primeira relação sexual acontecia com namorados (as) e amigos (as). A categoria “namorada (a)” foi indicada por 68,3% das mulheres e 45,1% dos homens, evidenciando que as moças elegiam os namorados como parceiros ideais para a primeira relação sexual. Já para o tipo de parceiro “amigo” na primeira relação sexual, os homens apresentavam percentual elevado quando comparado com as mulheres, sendo de 38,8% (7.822 mil jovens) e 5,6% para as mulheres, ou 1.013 mil. Na categoria esposo (a) se observavam posições opostas, sendo que o total de mulheres, correspondia a 24,1% (quase 4.344 mil) e a 2,7% (535 mil) dos homens.

Considerando a INTENSIDADE DA VIDA SEXUAL por sexo/gênero na geração jovem, observou-se divisões sexuais nítidas quanto ao número de parceiros. Para a resposta *um parceiro*, tendiam as jovens a responderem com percentagens significativamente maiores que os homens. O percentual mais expressivo dessa resposta se observou na categoria *um parceiro* no período de 12 meses que, do ponto de vista de sexo/gênero, marca diferenças importantes. Entre as mulheres, 80,4% (14.488 mil jovens), tiveram somente um parceiro sexual, enquanto que 42,6% (quase 8.587 mil) entre os homens encontravam-se na mesma condição. Ressalta-se que o percentual referente aos homens era quase a metade do apresentado para as mulheres. O segundo percentual mais elevado dizia respeito à opção *dois parceiros*, que registrou percentuais de homens, com 12,3% para o total de jovens do sexo masculino e 7,8% para as mulheres. Percebe-se que à medida que aumentaria o número de parceiros, a distância entre os sexos tendia a ser maior. Assim, a partir da opção *três parceiros* a distância entre os homens e as mulheres tendeu a crescer. Neste caso, os homens registraram 10,4%, enquanto que as mulheres, 3,1%. Considerando a opção *nove parceiros ou mais*, registrou-se um percentual de 7,7% (1.548 mil) entre os homens e 0,3% (quase 53 mil) entre as mulheres. Independente da forma das relações, a vida sexual dos jovens entrevistados tendia a se caracterizar por contatos com apenas um parceiro, questionando-se assim a ideia de “promiscuidade” sexual em juventudes. Cerca de 60,0% dos jovens, em média, indicaram que só tiveram relações sexuais com um parceiro nos últimos 12 meses.

A PREVENÇÃO é outro tema comumente explorado nas análises sobre a sexualidade e as juventudes, e viria indicando mudanças, mas cujo significado em plano de perspectiva de gênero, não seria necessariamente no sentido de subverter a lógica pautada por assimetrias. Tradicionalmente, o tema da contracepção é associado às mulheres, tendo como referência a preocupação em evitar uma gravidez. Contudo, a partir da década de 90, com o aumento da epidemia da AIDS entre a população feminina nos diferentes continentes, ficou evidente o grande desafio na promoção da adoção de práticas sexuais mais seguras e o lugar das mulheres como agentes/sujeitos na defesa de seus direitos sexuais, reprodutivos e pela vida. Mas a negociação do uso do preservativo masculino ainda esbarra em padrões sociais pautados em relações de gênero, deixando mais vulneráveis particularmente, as mulheres, pois muitas vezes a insegurança afetiva, noções de amor romântico e fidelidade podem contribuir para que as mulheres abram guarda em relação à administração do seu poder de fecundação e direito de se prevenir em relação a DST/AIDS – o que se demonstrou nas análises sobre motivos para o não uso de preservativo (Castro, Abramovay e Silva, 2004).

Um dos pontos que comumente se discute em relação à prevenção da gravidez diz respeito ao grau de conhecimento dos métodos contraceptivos. A análise com jovens entre 15 a 29 anos em 2004 já indicava que os jovens tinham um nível de informação significativo sobre as formas de contracepção, havendo proximidade no percentual de declarações por homens (90,5%) e mulheres (95,2%) como se registrou em outra pesquisa (Abramovay e Castro et al, 2006)⁵. Nessa, que teve como referência a população entre 15 a 29 anos, em nível de Brasil, indicou-se que o grau de escolaridade, assim como a “classe” socioeconômica seriam fatores de diferenciação. Enquanto oito em cada 10 jovens que cursaram até a 4ª série do ensino fundamental teriam conhecimento de métodos para evitar a gravidez, o ensino superior contemplava, praticamente, todo o universo (99,4%). Registraram-se disparidades significativas entre os jovens pertencentes às “classes” socioeconômicas mais privilegiadas e as mais pobres quanto a conhecimento de métodos contraceptivos. O percentual de jovens inseridos em famílias codificadas como da “classe” A/B, em relação ao total de jovens dessa classe que conheciam métodos anticoncepcionais foi de 98,3%, enquanto que os pertencentes à “classe D/E” foi de 89,9% (Abramovay e Castro, 2006 – note-se que o critério de “classe” usado na pesquisa é o Critério Brasil, que em lugar de

5 ABRAMOVAY, Miriam e CASTRO, Mary Garcia (org.). *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa*. UNESCO, Brasília, 2006.

renda familiar, recorre a bens de consumo e escolaridade dos pais – ver metodologia no trabalho citado).

Quanto à extensão do TIPO DE MÉTODO UTILIZADO PARA EVITAR A GRAVIDEZ, chama-se a atenção para a alta proporção de jovens que declararam preferir a camisinha (61,8%), seguido da pílula, com 34,9%. O hormônio injetável e o DIU apresentavam percentuais de, respectivamente, 4,3% e 3,3%. A tabelinha (1,9%), a pílula do dia seguinte (1,7%), a ligadura ou vasectomia (1,3%) e o coito interrompido (0,9%) seriam os menos referidos. Porém, é importante ressaltar que 12,0% dos jovens afirmaram que não usavam ou nunca usaram qualquer método contraceptivo (Abramovay e Castro et al, 2006).

Quanto à condição de sexo/gênero e uso de métodos para evitar a gravidez, tem-se que 78,8% do total dos homens e 46,0% do total das mulheres mostraram preferência pela camisinha. O percentual declarado pelas mulheres – menos da metade do que indicado pelos homens – pode ser indicativo de baixa adesão e baixa capacidade de negociação junto ao parceiro e a evidência de uma menor atividade de prevenção das DST/HIV e AIDS.

A pílula anticoncepcional também se destacou, porém com taxas bem inferiores, quando comparado com a utilização de preservativos. Assim 53,5% do total de mulheres e 15,1% dos homens, optam pela pílula anticoncepcional. A preferência das jovens, por esse método, provavelmente estaria relacionado a um melhor controle do próprio corpo, no entanto esse não inclui proteção das DST e tampouco AIDS. Ressalta-se que na coorte mais jovem, entre 15 a 17 anos, encontrou-se elevado o percentual dos que afirmaram que não usavam e nunca usaram qualquer método contraceptivo, correspondendo a 17% do total da faixa, ou 1.553 mil jovens (Abramovay e Castro et al, 2006). As informações analisadas confirmam que as gerações mais jovens já utilizavam mais cedo os métodos anticoncepcionais, indicando a tendência de iniciação sexual em idade mais jovem. A opção *até os 13 anos*, para ter iniciado o uso de métodos anticoncepcionais se concentrou principalmente na faixa etária dos 15-17 anos, com um percentual de 13,4%, que também é o mais alto para essa opção. Esse percentual tendia a diminuir nas faixas etárias mais altas chegando a 2,1% nos 24-26 anos. A pesquisa (Castro, Abramovay e da Silva, 2004) procurou saber o *principal motivo para usar camisinha*. Por sexo/gênero tem-se que os jovens do sexo masculino responderam que para: a) *proteger-se de outras DST*, 29,3%; b) *prevenir uma gravidez*, 20,2%; c) *proteger-se da AIDS*, 19,1%; e, d) *todas as alternativas*, 30,8%. Já os do sexo feminino assinalaram: a) *prevenir uma gravidez*, 35,3%; b) *proteger-se de outras DST*, 22,0%; c) *proteger-se da AIDS*, 9,9%; e, d) *todas as alternativas*, 31,2%. Pelas

respostas apresentadas, são notadas significativas diferenças nas preocupações das e dos jovens, ao tempo em que se pode especular sobre a então, e possivelmente hoje ainda, necessidade de uma maior conscientização sobre prevenção, principalmente entre as mulheres.

Falar em sexualidade entre jovens, tanto em nível de conhecimento de senso comum como de conhecimento construído, remete a discutir sobre gravidez de adolescentes. Em que pese a preocupação corrente sobre gravidez entre adolescentes, inclusive por possível abandono escolar e outras rupturas em trajetórias juvenis, pouco se investigava ontem e hoje sobre possíveis horizontes dos jovens; o que a escola significa para os e as jovens; em que medida as escolas são acolhedoras no caso de jovens grávidas ou com filhos pequenos. O aumento do conhecimento sobre contraceptivos questiona a ideia de que sempre uma gravidez na juventude seria indesejada. E há quem questione porque estudar e ter filho não podem ser atividades combinadas. Há casos, como reflete Kehl (2004⁶), em que ter filho poderia vir a ser um projeto pessoal em vidas com poucos projetos possíveis (ver também Cabral, 2009).

Heilborn, Aquino, Bozon e Kanuth (2006) com dados da pesquisa GRAVAD que investigou jovens em três cidades brasileiras (Rio de Janeiro, Porto Alegre e Salvador) indica que a gravidez antes dos 15 anos não seria tão frequente, e que considerando os jovens até 20 anos, 29,6% das mulheres e 21,4% dos homens teriam relatado pelo menos um “episódio reprodutivo”. Esses autores também questionam o tipo de interpretação que tende a considerar os jovens como irresponsáveis e a sugerir subliminarmente controle da sexualidade, mas consideram que os dados alertam para a necessidade de mais atenção para os direitos sexuais e reprodutivos dos e das jovens, e que esses possam exercer autonomia, desejos, vontades com consciência de riscos, como “campanhas de saúde nas quais os debates em torno da proteção envolvam a todos” (Heilbon et al, 2006, p. 403). Os níveis de fecundidade entre jovens seriam mais altos entre as de mais baixa escolaridade e renda, contudo também se viria alertando para episódios de gravidez entre jovens de estratos superiores.

O percentual de jovens alunas que afirmaram que já ficou grávida alguma vez, segundo Castro, Abramovay e Silva (2004), variava entre 36,9% em Recife a 12,2% em Florianópolis. Note-se que tal taxa crescia à medida em que aumen-

6 KEHL, Maria Rita 2004. A Juventude como sintoma da Cultura. In: NOVAES, Regina, VANNUCHI, Paulo. *Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2004, p 89-114.

tava a faixa etária. Porém, em Fortaleza, Cuiabá e Florianópolis, tal percentagem era maior para a faixa de 10 a 14 anos de idade do que a de 15 a 19 anos. Chama particular atenção que 33,3% das jovens de Fortaleza, 22,2% de Cuiabá e 20,0% de Manaus indicassem que já tinham engravidado na faixa de 10 a 14 anos, correspondendo em números absolutos a 423, 669 e 567 alunas, respectivamente. Com tal quadro ilustra-se a relação entre sexualidade e territorialidade/urbanização e pobreza. Mas gravidez na adolescência pode ter nexos com pobreza, mas não ser necessariamente a causa ou consequência exclusiva de tal situação. Falta de projetos, desencantos com parâmetros da vida pública, fragilidade nas relações afetivas, buscas de afirmação e de poder, nem que limitados ao espaço corpo seriam alguns possíveis significados latentes para uma jovem, que cada dia tem mais conhecimentos sobre prevenção, ficar grávida e para o aumento da paternidade entre os jovens, em especial de camadas pobres. De estudo etnográfico com jovens pais, pobres de periferia no Rio, ressalta Cabral, reflexões que sugerem entrelaces entre mudanças culturais, como a precocidade da paternidade e sua assunção por parte de muitos jovens, e a reprodução de uma cultura de gênero patriarcal, que ainda deixa pouco espaço para a realização de autonomia por parte da mulher jovem, sem subordinação ao desejo e projetos do outro:

Episódios de gravidez subsequentes ao início da vida sexualmente ativa da moça, indicam a permanência de atributos tradicionais, no que concerne aos papéis e às relações de gênero. O ‘assumir a paternidade’ pode ser interpretado como um reparo ou contraditória ao defloramento da moça. Há também casos de gestação num calendário próximo ao início da vida sexual do rapaz. Ambas as situações podem ser contextualizadas, segundo uma cultura sexual e de gênero que impele/incita o homem ao não controle sobre seus impulsos sexuais, e atribui às mulheres uma certa responsabilização sobre as questões contraceptivas (Cabral 2003). Esse cenário propicia o desconhecimento dos homens acerca dos métodos contraceptivos e, sobretudo, há que se considerar a hipótese da gravidez como relevante meio de publicização do início da vida sexualmente ativa do rapaz. Acrescente-se que o ‘assumir, categoria sintética para o ‘responsabilizar-se pelo que fez’, condensa o comportamento valorizado pelo jovem, por seus familiares e pelo grupo de Paes, além de ser signo de uma vida adulta e viril. (Cabral, 2009, p. 168)

A pesquisa relatada por Heilborn et al (2006) corrobora nexos entre vivências e exigências sociais sobre o exercício da sexualidade e alquimias entre gênero e classe, mas frisa o lugar da “aprendizagem na sexualidade”, o que questiona sua

redução ao ‘fazer amor’. (Alias porque tal expressão e não ‘fazer sexo’? Tema para outros escritos.)

As mulheres [jovens] das classes menos favorecidas são as que se iniciam sexualmente mais cedo, utilizam menos frequentemente proteção na primeira relação sexual, entram em união com menor idade e apresentam maiores percentuais de gravidez antes dos 20 anos [...] mas a escolaridade é elemento que produz impacto no comportamento feminino sexual e reprodutivo (Heilborn et al, 2006, p. 407).

Esse estudo avança em outras dimensões de sexualidade, refletindo inclusive sobre algumas práticas como a referência ao SEXO ORAL por rapazes e moças, já não o SEXO ANAL, mais presente em relatos de homens jovens. Questiona-se se predominariam acordos ou imposições nas relações afetivo sexuais dessas e outras práticas, sugerindo-se prevalência do desejo masculino.

Naquele estudo há referência a uma baixa declaração sobre RELAÇÕES SEXUAIS COM PESSOAS DO MESMO SEXO (3,3%), o que segundo os autores estaria de acordo com “resultados internacionais de outras pesquisas sobre sexualidade” (Heilborn et al, 2006, p. 401). Já em Castro et al (2004) se adverte para comuns VIOLÊNCIAS HOMOFÓBICAS nas escolas, principalmente de xingamentos e apelidos, perpetradas mais por rapazes e ‘apoiadas’ por silêncios e anuência implícita, muitas vezes, por professores.

Tanto Heilborn et al (2006) como Castro et al (2004) e Abramovay et al (2006) ao discutirem percepções e vivências da sexualidade entre os jovens, defendem que já no final da década de 1990 se anunciavam transformações na moral sexual e rebeliões contra essa por rapazes e moças. Por outro lado, princípios como liberdade, autonomia, igualdade e, friso, vivência da sexualidade como um direito ao prazer, à criatividade, uma forma de comunicação consigo ou com outros, explorações de corpos e sensações ainda seriam possibilidades que mesmo nos dias atuais estariam restritos a poucos, inclusive por limitações materiais de existência, sujeição da “consciência possível” (Goldman, 1972)⁷ e aprendizagens normatizadas. A seguir não se pinta quadros comparativos ao antes descrito para melhor se singularizar juventudes e sexualidade na segunda década do ano 2000, nestes tempos, por falta de referências generalizáveis, defende-se a hipótese de que cada vez mais a velha moral sexual é questionada por muitos jovens, que viriam enfrentando além de repressões

7 GOLDMANN, Lucien. *A criação cultural na sociedade moderna*. S. Paulo, Difusão Européia do Livro, 1972. Com o conceito de ‘consciência possível’, Goldmann questiona os parâmetros para fazer escolhas e as oportunidades para exercê-las.

e censuras de várias ordens, fortes antagonismos fundamentalistas, pautados em ideologias religiosas contra direitos sexuais e reprodutivos, inclusive em instituições básicas à socialização e sociabilidade juvenil, como a família e a escola. Sendo que essas enfrentam a competição da internet e das fratrias, não necessariamente melhores socializadores se de simetrias nas relações de gênero, criatividade, comunicação e respeito ao outro, a outra, estão em tela.

Gênero, classe e raça ainda se combinam para o desenho de diversidades e desigualdades sociais no viver relações sexuais e afetivas. Hoje, tem mais pertinência e legitimidade entre vários grupos de jovens não apenas a referência a juventudes, mas também a diversidades em viver sexualidade, quer pela visibilidade de ativismos e formas de *ser/estar* LGBT entre jovens, crescimento de grupos feministas e lesbo feministas entre esses e a busca de sexualidades nômades, sem rótulos. Antagonismos entre concepções sobre sexualidade e a recusa de muitos a códigos fixos, identidades sexuais, alinham-se a novas discussões sobre gênero, como a perspectiva *queer*⁸.

No próximo bloco mais exploro vozes arautos de mudanças, que possivelmente, sem condições materiais e culturais mais amplas, dificilmente se propagarão em novas famílias, novas escolas, novo tipo de moral.

2. CONJECTURAS SOBRE SEXUALIDADE E JUVENTUDES HOJE: NOVOS ATORES E VELHOS CENÁRIOS

■ Explorando a segunda década dos anos 2000 corroboro literatura que destaca marcas de gênero para apresentar trajetórias de vivências da sexualidade e sentidos atribuídos à sexualidade, tão destacada dimensão da vida humana, em particular para os jovens, mas que se entrelaça e se condiciona por formas como se vive outras dimensões, como o estudo e o trabalho. Em última instância, ao nível do corpo, de um eu imaginado, alguma liberdade é ‘experenciada’, principalmente quando inseguranças, riscos e vulnerabilizações limitam horizontes e possibilidades.

Estes são tempos de desencantos quanto a projetos sociais. Projetos que dependem de oportunidades sociais, como carreira, trabalho gratificante, pertença a coletivos são marginalizados. É quando o corpo, o seu remodelamento, o seu

8 Ver entre outros MISKOLCI, Richard. *Teoria Queer: Um aprendizado pelas diferenças*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, UFOR, 2012; BUTLER, J. 2003, op. cit.; e DE LAURETIS, Teresa. Queer Theory: Lesbian and Gay Sexualities. In: *Differences*, Vol. 3, Number 2, 1991, p. III a XVIII. Disponível em https://www.ashgate.com/pdf/SamplePages/Ashgate_Research_Companion_to_Queer_Theory_Intro.pdf, acesso 10/05/2014

prazer e aparência, podem vir a ser formas de afirmação, marcar território geracional. É quando o outro, ou mais comumente a outra, é reduzida a objeto desse prazer, e sexualidade entendida como fazer sexo para auto realização, competir, se mostrar, exercer poder.

Como vai a sexualidade da juventude no Brasil, hoje? Possivelmente em termos de grandes tendências, parecida com a de seus pais, ‘domesticada’, mas vivida como ‘minha praia’. Parodiando Foucault (1984)⁹, nunca se falou (e se fez) tanto sexo como nestes tempos, principalmente entre jovens, e sobre corpos jovens, mas repressões, violências, codificações da sexualidade se reproduzem, com outras modelações. Conhecidas como geração Y e Z, aquelas com mais acesso a internet e poder aquisitivo, algumas juventudes modelam sexualidade por performáticas anunciadas como buscas que se afastam de parâmetros de amor romântico e flexibilizam fronteiras entre o público e o privado, é o sexo anunciado. Já outras juventudes seguem caminhos diferentes, entrelaçando sexo e amor. E algumas, como as jovens negras têm sexualidade construída e coisificada, carne com valor no mercado:

Nas raras ocasiões em que a sociedade expressa algum desejo por mulheres negras, é quase sempre pela ideia de que a mulher negra é um “sabor diferente” e “mais apimentado” de mulher. O corpo feminino negro é hipersexualizado e considerado exótico e pecaminoso. Quem nunca ouviu falar que a mulher negra tem a “cor do pecado”? (Arraes, 2013)¹⁰

Hoje a marca seria o não ter marcas, o domínio da diversidade, limitada por desigualdades. Kehl (2004) sobre jovens grávidas, por exemplo, sugere a importância de sair de maniqueísmos analíticos, recusar classificações por dicotomias da vida social, como sexualidade x participação x condições materiais de vida para

9 FOUCAULT, M. *A história da sexualidade*. 11 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984. Para Foucault (1984) haveriam duas formas de apropriação da sexualidade por saberes; via uma *scientia sexualis* e uma *ars erótica*. Enquanto para esta prevaleceria a preocupação com o prazer, o desejo e a subjetividade, para aquela, a tônica seria o discurso científico e a preocupação com a reprodução, afirmando o lugar da medicina no disciplinamento do corpo. Enquanto na escola, na família e no direito tende-se a normatizar a sexualidade de jovens por *scientia sexualis*, já os jovens tendem ao outro tipo de saber.

10 ARRAES, Jarid. *A sexualidade da mulher negra*. Disponível em: <blogueirasnegras/org.2013 > Acesso em: 12 nov. 2013

o exercício da liberdade, da autonomia, do criar direitos, como anseiam tempos de juventude:

As adolescentes grávidas são presas da contradição que atinge todos os adolescentes na atualidade: o descompasso entre uma vida sexual ‘adulta’ que acompanha as condições da maturação biológica e o lugar social de dependência em relação à família que lhes confere uma condição infantil. As transformações morais que acompanharam a expansão da sociedade de consumo beneficiaram os adolescentes com uma grande liberdade sexual, em uma cultura na quais meninos e meninas de 17, 18 anos são considerados pouco mais do que crianças. (Kehl, 2004, p. 106).

Kehl (op.cit.) adverte que para muitas jovens e mesmo para seus pais, a gravidez ‘indesejada’ se configura como a possibilidade de busca de sentido de vida, pausa ou outra forma de realizar a herança de “liberdades conquistadas pela geração rebelde dos anos 70”, que por extensão compreenderia “o imperativo de desfrutar a vida, o dever da felicidade e a obrigação da liberdade” (Kehl, 2004, p. 109). A autora se refere a casos em que para muitas jovens, a gravidez teria um sentido de “limite ao imperativo do gozo”, o que viria acompanhado da possibilidade de não arcar com o ônus da maternagem, considerando a rede de apoio familiar, de mães e avós, assim como o sentido de inventar projetos privatizados, individualizados, considerando a “falta de horizonte coletivo” (Kehl, op. cit.).

A seguir algo sobre outras vozes juvenis com ‘horizontes coletivos’ e transgressoras, anunciando oásis que já não são miragens e podem vir a invadir o deserto.

Nesta seção, uma das referências é o estudo construído por técnicas quantitativas (cerca de 2000 questionários) e qualitativas (realização de 30 grupos focais com jovens de diferentes tipos de organizações). Trata-se de um tipo singular de juventude, engajada em movimentos sociais, organizações de varias ordens, com interesses em políticas de juventude. A pesquisa foi realizada no ano de 2008 em Brasília na 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas para a Juventude (Castro e Abramovay 2009).¹¹

11 CASTRO, Mary Garcia e ABRAMOVAY, Miriam *Quebrando Mitos. Juventude, Participação e Políticas. Perfil, percepções e recomendações dos participantes da 1ª Conferencia Nacional de Políticas Publicas para a Juventude*. Conselho Nacional de Juventude, Secretaria Nacional de Políticas para Juventude-Governo do Brasil, Brasília, 2009.

Nessa conferência, entre as 22 resoluções aprovadas como prioridades, duas se referiam a direito sexuais. A 11ª foi bandeira de movimento de jovens mulheres, reconhecida por outras juventudes:

Implementar políticas públicas de promoção dos direitos sexuais e direitos reprodutivos das jovens mulheres, garantindo mecanismos que evitem mortes maternas, aplicando a lei de planejamento familiar, garantindo o acesso a métodos contraceptivos e à legalização do aborto.

Já a 18ª bandeira alçada a prioridades das juventudes na I Conferência Nacional de Políticas Públicas para Juventude se referia à ‘cidadania gay’:

Incentivar e garantir à SENASP/MJ incluir o respeito à livre orientação afetivo-sexual e de identidade de gênero, em todas as esferas dos cursos de formação dos operadores/as de segurança pública e privada, em nível nacional, estadual e municipal, no atendimento e abordagem, com ampliação da DECRADI – Delegacia de Crimes Raciais e Intolerância¹².

Na 2ª Conferência Nacional de Políticas para a Juventude, em 2011, reitera-se reivindicações no plano de direitos sexuais e reprodutivos tanto de mulheres, considerando o direito a descriminalização do aborto como medida de saúde pública, como jovens LGBT: “Outra reivindicação da conferência é a implementação do Plano Nacional de Saúde Integral da População de lésbicas, gays, bissexuais e travestis (LGBT) para a superação de vulnerabilidade de saúde dos jovens de 15 a 29 de idade”¹³

O crescimento de organizações de jovens feministas, de distintas orientações, e de jovens LGBT nas últimas décadas tem sido destacado por distintos estudiosos do campo de juventudes¹⁴.

12 Ver sobre as 22 prioridades da 1ª Conferência, em <http://www.jsb.org.br/anexos/3.pdf>, consultado em 13.02.2015

13 Ver sobre eixos de reivindicações da 2ª Conferência em <http://memoria.ebc.com.br/agencia-brasil/noticia/2011-12-12/conferencia-nacional-de-juventude-termina-com-pedido-de-maior-espaco-politico>, consultado em 13.02.2015

14 Ver entre outros ZANETTI, Julia; e LANES, Patricia “Reflexões sobre gênero: dimensões, semelhanças e diferenças”. In: RIBEIRO ANDRADE, Eliane; PINHEIRO, Diógenes e GIL ESTEVES, Luiz Costa. *Juventude em Perspectiva: Múltiplos Enfoques*. UNIRIO, Rio de Janeiro, 2014, p. 194-201; ZANETTI, Julia Paiva, “Jovens Feministas. Um estudo sobre a participação juvenil no feminismo no Rio de Janeiro, Niterói, Universidade Federal Fluminense. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós Graduação em Educação, 2009; e WELLER, Wivian.

Tanto grupos feministas jovens como movimentos LGBT ressaltam a família, a escola e o direito como fortalezas a serem implodidas, reconstruídas, para que outro saber e viver sobre sexualidade seja possível.

A família é considerada a principal referência na vida dos jovens para a maioria dos participantes da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas para a Juventude (63%), principalmente entre os de menos de 18 anos (cerca de 70%). Ao serem perguntados sobre a *instituição em que mais confiam* também a família se destaca no elenco apresentado. De fato a tese de que a família é a instituição social mais importante é parte de um léxico de valores da cultura mediterrânea e ocidental, reproduzida em particular quando a referência são crianças, adolescentes e jovens (Ver Abramovay e Castro, 2009).

Mas como toda generalização é questionável, quando as práticas de relações sociais são investigadas, há várias referências e críticas em grupos focais com relação à família, inclusive registrando violências por força de alinhamento a normas culturais restritivas, como as discriminatórias contra grupos que não seguem o script heterossexual, além de indicações sobre violências sexuais.

É também lugar comum a ideia de que os *problemas* dos jovens estariam relacionados à perda de poder da família, de exercício de controle, de educação para valores pela família. No entanto encontra-se entre os jovens e na literatura sobre essa população a discussão de que família seria um empecilho à autonomia dos jovens, principalmente no plano da sexualidade ainda que se reconheça seu lugar de amparo quanto à afetividade e várias necessidades.

No caso abaixo transcrito, não somente a jovem ressalta a dificuldade de diálogo na família, como sua impossibilidade, por sua falta de poder, para apelar para o sistema legal, apesar de conhecê-lo e saber como fazer:

O meu receio é sempre esse, fala-se tanto sobre a liberdade, direitos sexuais reprodutivos, orientação sexual, mas dentro da minha casa eu não tenho um diálogo aberto com a minha mãe e o meu pai, sou sempre reprimida e eu falo 'não, mas a gente tem direito, legalização do aborto e tal'. E minha mãe fala, 'é bonito lá, mas aqui dentro eu não quero'. Então esse é meu medo, o meu receio, Eu falo 'não, eu tenho a Maria da Penha', tenho isso, tenho aquilo, mas eu já fui agredida pelo meu namorado e não fiz nada [nem minha família] e aí é bem complicado. (Grupo Focal com Jovens Feministas – in Castro e Abramovay, 2009).

Juventude, relações de gênero e culturas juvenis. In: Observatório Jovem, Entrevista, UFF, Niterói, 2007- consultado em 12.02.2015. <http://www.uff.br/observatorijovem/materia/juventude-rela%C3%A7%C3%B5es-de-g%C3%AAnero-e-culturas-juvenis>

São as jovens do Grupo Focal de Jovens Feministas e aqueles que integraram o Grupo Focal de Jovens de Movimento LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transgêneros e transexuais) que quando da 1ª Conferência mais ressaltam os diversos tipos de violências vividas e sentidas, inclusive por parte das famílias, e que frisam que crítica à homofobia na família e na escola são pontos básicos na agenda dos movimentos.

Os jovens ligados ao movimento LGBT analisam vivências e dificuldades de circular em uma sociedade preconceituosa e homofóbica como a brasileira. A sexualidade é discutida através de uma série de valores, crenças, e vivências, muitas vezes baseados na consideração de que alguns são superiores e outros inferiores, principalmente de um ponto de vista religioso e moral. As/os jovens que pertencem ao movimento LGBT referem-se a vários tipos de violências homofóbicas na esfera doméstica, na escola e na sociedade em geral, inclusive abusos sexuais sem que tivessem contado com uma proteção familiar ou legal:

Essa juventude hoje sofre, principalmente a juventude LGBT que são: os gays, as lésbicas, os travestis, os bi, os transgêneros, sofrem a partir do momento que dentro de casa na família, quando começam a ter sua orientação sexual definida. Quando um homem ou um gay começa a se travestir de mulher então a mãe, os pais ficam sempre numa preocupação por influência da sociedade. (...), isso é uma coisa nova para alguns pais. Não se pode às vezes culpar os pais, mas geralmente o jovem é posto fora de casa. Muitas vezes é violentado às vezes por um tio, por um primo, perde a sua identificação de ser homossexual (...) (Grupo Focal com Jovens do Movimento LGBT In Castro e Abramovay, 2009).

O processo de construção da autonomia para o exercício da orientação sexual passaria não necessariamente por negar a família, afastando-se do seu convívio. Insiste-se que os significados da família para adolescentes e jovens é ambivalente, estruturando-se por afetos mesmo que mesclados a violências e por proteções contra hostilidades sociais da esfera pública. Mas o que fica patente para alguns jovens em movimentos LGBT e feminista é a importância dos jovens não dependerem economicamente de seus pais e não serem tutelados por esses no plano da sexualidade

Movimentos de jovens também destacam a escola como outro ambiente em que se reproduzem homofobias e violências. A prática de violências contra homossexuais aí é antiga, os insultos, xingamentos homofóbicos, são encontra-

dos constantemente nas escolas, “biroba, bicha, Barbie girl, Maria macho, Maria João” entre outros, bem como o silêncio de professores em relação a tais violências verbais, tidas como ‘brincadeiras’ – ver pesquisas sobre violências nas escolas, e. g. Abramovay, Cunha e Calaf, 2009¹⁵. São formas de desprestigiar aqueles e aquelas que saem da heteronormatividade social validada nas escolas. São discriminados por trejeitos, maneira de falar, de se vestir. A violência verbal e humilhações re-produzem a ordem moral da sociedade tendente a binarismo e discriminações, reforçando o sofrimento e comprometendo o presente e o futuro de crianças e adolescentes.

Em pesquisa em andamento sobre juventudes, gênero e sexualidades nas escolas, ponderam Castro, Abramovay, Silva e Reis (2013)¹⁶:

A sexualidade presente na escola transita pelos corredores nas conversas dos alunos, falas, nas portas dos banheiros, nos grafites e pichações produzidos pelos jovens, nas piadas e brincadeiras, na linguagem gestual, ou nas atitudes dos professores e alunos em sala de aula (Louro, 2010), entretanto, há de se perceber que as mesmas mentes que comunicam a sexualidade nos espaços escolar são moldadas e preparadas para aprender a ser homem ou mulher, sufocando qualquer outra sexualidade que começa por despertar ocasionando exclusão, e melindres por parte daqueles que estão à sua volta.

A urgência de uma educação anti-homofóbica, antilesbofóbica e antitransfóbica na escola se impõe, considerando a dor que práticas de ódio vêm causando em tantas crianças, adolescentes e jovens. Inclusive para que as leis bem intencionadas de respeito a direitos civis dos homossexuais encontrem acolhida no imaginário social. Assim como se faz necessário que tal educação se paute por enfoques de gênero, ressaltando singularidades inclusive de identidades no lesbianismo e a reprodução de divisões sexuais e hierarquias.

15 ABRAMOVAY, Miriam; CUNHA, Ana Lúcia; CALAF, Priscila Pinto. Revelando tramas, descobrindo segredos: violência e convivência nas escolas. Rede de Informação Tecnológica Latino-americana – RITLA, Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF, Brasília, 2009

16 CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam; REIS MAGALHAES, Selma e KARINE NASCIMENTO SILVA “JUVENTUDE, GÊNERO, SEXUALIDADE, FAMÍLIA E ESCOLA (Perfil da população escolar jovem (15-29 anos) e expectativas em relação à escola -Bahia e Brasil e Estudos de caso com ênfase em percepções sobre formação escolar e o lugar da família e da escola quanto a sexualidade,-Salvador e Jequié, Bahia)- Projeto de Pesquisa aprovado pelo CNPq, em 2013 – em andamento, Xerox.

A escola viria deixando de lado o desenvolvimento de capacidades por um “sentir pensante”¹⁷ crítico, que colabore no fazer escolhas que combine o reconhecimento de vulnerabilidades sociais e a importância de proteção amiga, não castradora, considerando-se que o exercício de autonomia requer tanto ambiências protegidas como que se oportunize a liberdade e a capacidade de se fazer escolhas. (Castro, Abramovay, Silva e Reis, 2013)

Mas em que medida tal reflexão sobre a escola é uma crítica de intelectuais? Tem eco em falas juvenis? E como essas verbalizam seus ‘mal estares’ em relação à escola e valorizam ou não um conhecimento que lhes possibilitem autonomia de pensar, análises críticas e escolhas não fundamentadas na reprodução de tradições? São os jovens vulnerabilizados socialmente em termos de formação para uma sexualidade por escolhas e respeito ao outro, a outra ou são cúmplices da reprodução de moralismos castradores de buscas?

Não se tem ainda respostas para as inquietações daquela pesquisa, mas vem se encontrando críticas e expectativas de jovens nas escolas por mudanças e subversões em suas trajetórias – a referência são jovens no ensino médio em Jequié e em Salvador, em 2014/2015 –, segundo o trabalho de campo Castro, Abramovay, Silva e Reis (2013) em curso. Assim como em outras pesquisas com jovens, em outros sítios, alerta-se para mal estares de jovens e buscas por outras modelações de família e de escola. Casos de trajetórias juvenis que se orientam por sexualidades não heteronormativas; por sexualidades diversificadas, sem identidades fixas, como se advoga na perspectiva *queer*; por relações poliafetivas; por relações hetero e homo afetivas sem assimetrias de gênero são documentadas e vem sendo difundidas¹⁸.

Insiste-se que há indícios de que de diversificam e se visibilizam formas de viver a sexualidade e subversões acionadas por jovens contra formas repressivas. Mas ainda predominam as tendências de assimetrias por conta de gênero/classe/raça,. São gri-

17 Expressão de Eduardo Galeano sobre a necessidade de um conhecimento latino-americano que reúna a reflexão intelectual, emoções e empatia em relação a dor do outro/a- s.r.b.

18 Sobre perspectiva queer e debates sobre outras formatações de saberes escolares, ver entre outros: LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010 e MISKOLCI, Richard. Teoria Queer: Um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autêntica Editora, UFOP, 2012; e BUTLER, J. “Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, Guacira Lopes. (org.). O corpo educado: Pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. Sobre poliafetividade, entre outros, ver: CERDEIRA PILÃO, Antonio e GOLDENBERG, Mirian “Poliamor e monogamia: construindo diferenças e hierarquias”. In Revista Artemis, Ed vol 13, jan-jul 2012, p 62-71- <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/artemis/article/viewFile/14231/8159>-consultado em 12.02.2015

tantes as reproduções de divisões sexuais de poder, e casos de violências contra gays e mulheres jovens, inclusive nas relações afetivo e sexuais¹⁹. A campanha conservadora contra o que se demoniza como ‘ideologia de gênero’, defendendo como a única norma possível a heterossexualidade vem contra ventos libertários, debate crítico sobre estereótipos em relação ao que seria ser mulher e ser homem, questionando desigualdades sócio sexuais. As escolas tem sido alvo privilegiado de tal ataque.

Mas sexualidade, sexualidades são modeladas e remodeladas por processos em um contexto que se domestica muitos, adultos e jovens, muito sugere, como a invenção de territórios não mapeados. As vozes jovens que subvertem normatizações, se poucas, são promissoras de outros quereres, amares e ‘gozares’, sem que o outro, a outra, seja anulado.

MARY GARCIA CASTRO · Professora na UCSAL (Universidade Católica de Salvador)-Programas de pós graduação em Família na Sociedade Contemporânea e em Políticas Sociais e Cidadania. Co-coordenadora do Núcleo de Pesquisas e Estudos sobre Juventudes, Identidades, Cidadania e Cultura – NPEJI/UCSAL, bolsista CNPq e pesquisadora da FLACSO-BRASIL.

19 “3 em cada 5 mulheres jovens já sofreram violência em relacionamentos, aponta pesquisa realizada pelo Instituto Avon em parceria com o Data Popular (nov/2014)” In: Pesquisa Percepção da Sociedade sobre Violência e Assassinatos de Mulheres (Data Popular/Instituto Patrícia Galvão, 2013). <http://www.compromissoeatitude.org.br/para-70-da-populacao-a-mulher-sofre-mais-violencia-dentro-de-casa-do-que-em-espacos-publicos-no-brasil/> Consultado em 12.02.2015.

Em abril de 2012, com dados sobre homicídios, do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde, o IPEA divulgou dados sobre feminicídios. Segundo pesquisa do IPEA, organizado por Leila Posenato Garcia*, Lúcia Rolim Santana de Freitas, Gabriela Drummond Marques da Silva e Doroteia Aparecida Höfelman.

“Estima-se que ocorreram, em média, 5.664 mortes de mulheres por causas violentas a cada ano, 472 a cada mês, 15,52 a cada dia, ou uma a cada hora e meia. As regiões Nordeste, Centro-Oeste e Norte apresentaram as taxas de feminicídios mais elevadas, respectivamente, 6,90, 6,86 e 6,42 óbitos por 100.000 mulheres. Mulheres jovens foram as principais vítimas: 31% estavam na faixa etária de 20 a 29 anos e 23% de 30 a 39 anos. Mais da metade dos óbitos (54%) foram de mulheres de 20 a 39 anos.

No Brasil, 61% dos óbitos foram de mulheres negras (61%), que foram as principais vítimas em todas as regiões, à exceção da Sul. Merece destaque a elevada proporção de óbitos de mulheres negras nas regiões Nordeste (87%), Norte (83%) e Centro-Oeste (68%). A maior parte das vítimas tinham baixa escolaridade, 48% daquelas com 15 ou mais anos de idade tinham até 8 anos de estudo” In <http://arquivo.geledes.org.br/areas-de-atuacao/questoes-de-genero/180-artigos-de-genero/21201-ipea-revela-dados-ineditos-sobre-violencia-contra-a-mulher>, consultado em 10.12.2014

Juventude, trabalho e cultura periférica: a experiência da Agência Popular de Cultura Solano Trindade

MARTA DE AGUIAR BERGAMIN

■ O mercado de trabalho apresenta para os jovens enormes desafios. Sua dinâmica complexa interfere diretamente na entrada e na permanência dos recém-ingressados nesse mundo laboral; as características de gênero, raça e classe interferem de forma importante, e, em grande medida, nesse primeiro contato dos jovens com o mercado de trabalho, podendo marcar de forma definitiva suas trajetórias profissionais²⁰. O desempenho da economia e as políticas sociais podem melhorar o acesso ao mercado de trabalho em momentos de maior aquecimento econômico, mas não é garantia de oportunidades mais igualitárias para todos no Brasil – que permanece um dos países de maior desigualdade social do mundo, embora conquistas importantes tenham sido realizadas nos últimos anos. Para que a entrada dos jovens no mundo do trabalho possa ser garantia de melhores oportunidades que permaneçam para suas trajetórias profissionais é preciso uma inserção em empregos de melhor qualidade. Muitas vezes, um primeiro emprego

20 Esse artigo é resultado de pesquisa financiada pelo PIPED – Programa de Incentivo à Pesquisa da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (2014-2015). Os temas aqui tratados são fruto de pesquisa iniciada em 2011, no Banco Comunitário União Sampaio, no Campo Limpo, zona sul da cidade de São Paulo, através de visitas, entrevistas, conversas, vivências e observações. As reflexões sobre a atuação desse movimento social estão inicialmente na minha tese de doutorado: *Lutas na cidade de São Paulo: Mutirão Recanto da Felicidade e Banco Comunitário União Sampaio*. E também nas reflexões de dois artigos apresentados em congressos: *Cultura, Trabalho e Política: Qualificação do trabalho na periferia de São Paulo e a experiência da Agência Popular de Cultura Solano Trindade*, apresentado no XVI Congresso Brasileiro de Sociologia, em 2013, e *Luta pelo Trabalho na periferia da cidade: onde está o trabalho autônomo? A experiência da Agência Popular de Produção de Cultura Solano Trindade na zona sul da cidade de São Paulo*, apresentado no 37º Encontro Anual da ANPOCS, também em 2013.

de baixa qualidade pode representar para os jovens uma trajetória de trabalhos que reproduzam durante toda sua vida laboral uma baixa qualificação e baixa remuneração encontradas logo nas primeiras experiências (Cardoso, 2013). As oportunidades no mercado são desiguais e mostram diferenças significativas nas características geracionais, especialmente quando nos deparamos para os jovens com as diferenças de classe, de gênero e de raça; além disso, podemos constatar que o local de origem dos jovens também compõe um quadro de seu contexto social que agrava as barreiras de oportunidades para quem vive na periferia. Não é difícil observar que, para os jovens pobres, para as mulheres, para os negros, há um enfrentamento de situações desprivilegiadas no Brasil, de forma geral. Se somarmos todos estes marcadores sociais de diferenças, ser mulher, pobre, periférica, jovem e negra ao mesmo tempo, a situação é ainda mais grave.

(...) é preciso considerar que os jovens são diferentes entre si a depender de sua classe social, sexo, cor/raça, mas são também sujeitos que vivem em um determinado contexto social, econômico e político: o início do século 21 em um país como o Brasil. Por mais diversos que os jovens sejam entre si, vivendo e significando de múltiplas formas os fenômenos atuais, é inegável que todos vivem em um momento bastante singular (Corrochano *et al.*, 2008, p. 9).

As construções subjetivas dos sujeitos são moldadas por suas experiências vividas e observadas, em que as trajetórias familiares e sociais ganham grande prevalência na atribuição de sentido para o trabalho, havendo uma combinação entre os moldes sociais e construções dos aspectos coletivos, assim como, também individualmente, cada um vai construindo suas narrativas de vida. Uma (re)elaboração desses processos pode trazer novas formas de participação na vida social e no mercado de trabalho, mas, para isso acontecer é preciso conquistar situações que rompam com as continuidades narrativas da vida familiar. Para tanto, o contato com experiências que fujam dos padrões costumeiros da relação com o trabalho para cada jovem é fundamental. Nessa medida, a inserção dos jovens no mercado de trabalho depende tanto de fatores objetivos, como de questões subjetivas – que, embora interfiram de forma definitiva nas relações que cada um desenvolve com a sua trajetória profissional, por vezes, são aspectos mais velados do mundo do trabalho.

As transformações recentes nas dinâmicas do mercado de trabalho e suas práticas são reconhecíveis: elas modificam a produção de sentidos do trabalho para cada sujeito, mas compõem uma dinâmica de significação social do trabalho,

digamos, com certa dialética com as experiências familiares individuais, que também parametrizam essa relação. Sobretudo as experiências de desemprego ou de precarização do trabalho familiar podem deixar marcas sociais de medo nas gerações seguintes, muitas vezes, fazendo com que a entrada no mercado de trabalho seja mediada por essa relação. O medo do desemprego, o contato com trabalhos precários por condições de vida precarizadas, podem levar os sujeitos a aceitar trabalhos de maior desqualificação. E, nessa medida, a insegurança se torna extremamente produtiva para o capital, por assegurar uma entrada inicial no mundo laboral com baixos salários para os jovens (Coutrot, 2005). O importante, aqui, é marcar o fato de que, com uma entrada em trabalhos precários, as chances de se ter uma vida laboral mais precarizada aumentam enormemente.

Levando em consideração essa gama de questões apresentadas, a reflexão desse artigo busca compreender alguns aspectos do trabalho juvenil a partir da experiência da *Agência Popular de Cultura Solano Trindade*, que traz uma articulação social através de movimentos sociais, que buscam conquistar novas práticas de trabalho para os jovens mais pobres. A hipótese percorrida nesse artigo é de que a conquista de outras formas de entrada e permanência no mercado de trabalho podem levar a um ganho de autonomia.

A atuação da *Agência Popular de Cultura Solano Trindade* pode ser vista como um movimento social que articula uma rede de coletivos de cultura preocupados com as formas de trabalho. As práticas de trabalho promovidas pela *Agência* podem trazer aos seus participantes maior autonomia, na medida em que o trabalho pode conferir outros sentidos, como por exemplo, o pertencimento de uma comunidade ou a satisfação de realizar uma atividade de escolha do sujeito, aspectos que serão discutidos a seguir. A *Agência* exerce suas atividades no Campo Limpo, distrito situado na zona sul da cidade de São Paulo, e busca realizar para os jovens da periferia experiências que concretizem produções culturais como atividade de trabalho, em muitos casos, como uma primeira experiência no mercado. A *Agência Popular de Cultura Solano Trindade* foi inaugurada em setembro de 2011 com uma meta inicial de estabelecer trocas de serviços com uma moeda própria, o Solano, que possui um formato de funcionamento diferente da moeda social do *Banco Comunitário União Sampaio* – experiência da qual se origina, .. A ideia inicial era incentivar os jovens da comunidade a se profissionalizarem artisticamente, também em outras atividades da produção cultural e em áreas afins, para uma articulação em rede de coletivos e profissionais da zona sul.

Antes de avançarmos na apresentação e discussão da experiência de produção da cultura periférica realizada na *Agência Solano Trindade* com seus atores

sociais jovens, podemos traçar outros aspectos importantes do contexto do trabalho como centro privilegiado da vida social e aprofundar um pouco mais essa composição e sua importância para o trabalho juvenil. Conforme exposto acima, se, por um lado, temos a força da dinâmica do mercado de trabalho indicando como os atores sociais incorporam mudanças nas suas próprias práticas de trabalho e na composição da sua trajetória profissional, por outro lado, as experiências individuais e familiares marcam de forma consistente os jovens e certamente pode desfavorecer quem possui uma trajetória familiar mais precária. Afinal, devemos reconhecer que a reprodução social da desigualdade brasileira ocorre nesse espaço entre a família, a escola, a cidade e o mundo do trabalho, entre outras dimensões essenciais da vida social. Mas podemos trazer um acento a esses aspectos e às formas da reprodução das sociabilidades que se passam na cidade através da análise do trabalho juvenil.

O mundo do trabalho desenvolve uma série de proposições que estruturam o modo como cada trabalhador individualmente deve lidar com sua trajetória laboral, e como coletivamente esses aspectos são construídos. Para os trabalhadores, através desses discursos e práticas de trabalho se monta uma responsabilização individual por sua trajetória laboral. Isso significa uma desresponsabilização do estado sobre o desemprego e as condições de trabalho; de modo que os trabalhadores precisem enfrentar sua “empregabilidade” como um fator individual. Nessa medida, os últimos desdobramentos do desenvolvimento dessa relação com o mundo do trabalho através dos discursos de empreendedorismo torna-se cada vez mais forte uma atitude mais empreendedora, tanto nos trabalhos autônomos quanto nos trabalhos assalariados, como “modelos” que vão sendo incorporados como exigências tácitas ao trabalho.

O empreendedor, o trabalhador flexível e mesmo o cooperado, tornam-se figuras representativas do ‘novo’ espírito do capitalismo. Cabe ao trabalhador internalizar os novos requisitos impostos pelo mercado. A realização pessoal e profissional e mesmo sua sobrevivência pessoal, cada vez mais depende disso. O futuro é incerto e manter-se no mercado exige grandes investimentos pessoais. A nova racionalidade capitalista considera o estado provedor um elemento de atraso ao desenvolvimento pessoal, pois impediria a busca permanente pela empregabilidade e, por consequência, o espírito empreendedor. O individual se sobrepõe ao coletivo, mesmo quando o discurso é do coletivo. O coletivo exige uma configuração empreendedora que o sustente (Lima, 2010, p.189).

As dificuldades enfrentadas pelos jovens são ainda maiores no Brasil. Isso porque, o que poderia ser visto como potência para a formação e a qualificação de novos profissionais para o futuro, acaba se incorporando no mercado de trabalho como barreiras geracionais de oportunidades e os jovens enfrentam desemprego mais elevado e grandes dificuldades para uma boa inserção no mercado de trabalho. A necessidade de conciliar estudo e trabalho aparece como entrave para a entrada e a permanência dos jovens em empregos de qualidade e, assim, a primeira experiência no mercado muitas vezes ocorre de forma precarizada, justamente pelo pouco incentivo do próprio mercado de trabalho em suas estruturas consolidadas ao processo formativo para o trabalho de forma geral no mercado. Os trabalhos mais comuns para os jovens são trabalhos de pouca qualificação e baixas remunerações. Para exemplificar esse quadro da entrada mais precária de jovens pobres no mercado de trabalho podemos observar as mulheres jovens e suas dificuldades na entrada e permanência no mercado laboral.

Os cortes de gênero e raça são preponderantes para as trajetórias de trabalho. As jovens negras têm uma entrada marcada por trabalhos de baixíssima qualidade, como os empregos domésticos, que são afetados pela informalidade, recebem baixa remuneração e poucas possibilidades de crescimento profissional. Os jovens no Brasil que não estão nem estudando e nem trabalhando, conhecidos como nem-nem chegam a 18,4%, mas entre as jovens negras sobe para 28,2%²¹. Um dos fatores que interferem nessa entrada (ou mesmo abandono da vida laboral) é a vida familiar começando cedo. Com a chegada de filhos muitas jovens saem da escola e do mercado de trabalho, engrossando as estatísticas dos jovens que não estão nem estudando e nem trabalhando. Esses fatores são vividos como dificuldades para os jovens pobres, para as mulheres e para os negros no mercado de trabalho.

O trabalho ocupa um lugar central na construção das formas de organização do cotidiano e mudanças na sua dinâmica também representa transformações para os indivíduos. Ele é uma baliza importante na vida social como um dos nucleares centros de construção de sentido para as trajetórias sociais. Sua falta, que pode também ser por escolha de não estar em um trabalho remunerado, tem enorme impacto nas formas de socialização, sobretudo nas consequências enfrentadas com as dificuldades de constituir e vislumbrar uma carreira mais linear. Mas também para entradas no mercado de trabalho mais tardias, que podem tornar ainda mais rebaixadas as experiências laborais, como acontece para muitas mulheres que se tornam mães mais precocemente, por exemplo.

21 Dados do IBGE, PNAD, 2009.

As denegações de acesso a uma boa trajetória profissional para os jovens podem trazer uma forte “dessocialização do trabalho assalariado”, como diz Wacquant (2001). Os jovens que não completam seus estudos, em sua maioria, vêm de famílias em que os pais também não chegaram ao ensino superior, mostrando que uma reprodução dessa ligação mais frágil com o processo escolar faz parte de um processo mais subjetivo, para além das condições objetivas para se completar os estudos universitários (Spitz, 2013). Os jovens de famílias mais pobres têm um acesso mais complicado ao mercado de trabalho, pois, quanto mais escolarizado forem, melhor esse acesso ocorre e também por conta de aspectos subjetivos que contribuem para uma reprodução das desigualdades sociais – uma entrada no mercado em trabalhos de baixa qualificação, remuneração precária, ou mesmo uma entrada mais tardia, podem marcar os jovens negativamente em toda sua trajetória profissional (Cardoso, 2013).

A ligação dos jovens com seu território de pertencimento compõe sua relação com a cidade. Na periferia de São Paulo, houve transformações substantivas nos últimos anos que trazem consequências para os territórios. O aquecimento econômico prolongado – fato que modificou a paisagem da periferia paulistana – novos comércios locais surgiram por conta do aumento do padrão de consumo, além de outros aspectos importantes pode-se perceber uma nova disposição dos jovens em permanecer nos bairros de nascimento mesmo se conquistarem um bom emprego, o que não ocorria em momentos anteriores em alguns territórios (especialmente nos bairros mais violentos como Capão Redondo e Campo Limpo). Porém, a urbanidade teve mudanças limitadas e não se alteraram substancialmente alguns aspectos importantes como: a baixa qualidade da escola pública, o acesso a serviços públicos de melhor qualidade como saúde e acesso à água se mantêm precários.

Nessa medida, a experiência da *Agência de Produção Cultural Solano Trindade* fomenta formas de produção de cultura que visem conquistar formas de remuneração para quem participa do processo, articulando a produção cultural com o mundo do trabalho. A visibilidade que vão ganhando no território constitui para os jovens exemplos de formas mais autônomas de trabalho. São novas práticas de trabalhos que podem configurar estratégias diferentes de sobrevivência, alterando a entrada e a permanência no mercado de trabalho através de trabalhos que busquem constituir espaços mais autônomos nesses territórios de periferia, que, ainda assim, apresentam limites impostos pela urgência e precariedade da vida.

As novas possibilidades de trabalho através da produção de cultura são disputadas. Se, por um lado, pode-se olhar para o processo como uma disputa por

recursos e financiamentos para os projetos pelos editais públicos e privados que constituem um campo de atuação profissional em formação, há também, por outro lado, reivindicações para a formação de maior público e maior abertura de um mercado de produção de cultura na periferia que possa viabilizar esses trabalhos mais autônomos para um número maior de pessoas.

A PRODUÇÃO CULTURAL DA AGÊNCIA POPULAR DE CULTURA SOLANO TRINDADE

■ A *Agência Popular de Cultura Solano Trindade* foi formada pelo *Banco Comunitário União Sampaio*, em 2011. Hoje, já acumula algumas experiências bastante expressivas, como o Projeto REDES em parceria com a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), trabalhando com aproximadamente quarenta empreendimentos da zona sul da cidade de São Paulo, para a formação de uma rede desses empreendimentos e uma formação mais profissional de cada coletivo. Também a participação na 31ª Bienal Internacional de Arte de São Paulo com apresentações de vinte coletivos culturais na programação da exposição, experiência que trataremos em alguns aspectos a seguir.

O *Banco Comunitário União Sampaio* foi formado pela *Associação União Popular de Mulher do Campo Limpo e Adjacências*, em 2009, através de um projeto com o Instituto Palmas de Fortaleza (ligado ao *Banco Palmas*, primeiro banco popular com moeda social circulante local do Brasil), a SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária), a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo (ITCP/USP) e o Movimento de Moradia, e visava à atuação no território através da inserção da moeda social no bairro e empréstimos a juros baixos, em Real ou em Sampaio (a moeda local).

O *Banco Sampaio* busca chegar aos moradores que precisem de um aporte financeiro para seus negócios ou um financiamento para emergências financeiras em um atendimento econômico social (juros baixos ou inexistentes) e conta para tanto com uma moeda social, que detém uma circulação territorial em comércios credenciados, fazendo com que a economia local possa se desenvolver com um giro endógeno do dinheiro – que, geralmente, circularia em Real por outros bairros, muito comumente em comércios de grande porte.

Essa experiência de economia solidária necessariamente passa por construir entre os moradores vínculos baseados em trocas comunitárias. Buscando fomentar novas maneiras de estabelecer uma economia local, mobilizou os moradores,

convidando-os a repensar seus padrões de consumo e uso do dinheiro, constituindo, também, um objetivo pedagógico para transformar essas relações.

Nessa medida, este movimento social foi capaz de agregar essas qualidades de atuação no território abrindo novas perspectivas de articulação social. Um banco comunitário não funciona sem essas características: interesse da comunidade em manter o banco em funcionamento e, assim, a formação de uma articulação social para que isso ocorra. O *Banco Sampaio* é um movimento social constituído por jovens atores sociais que renovaram as formas de atuação política local, nascidos de um movimento popular de décadas anteriores, a *União Popular de Mulheres do Campo Limpo e Adjacências* surgiu em outro momento político do Brasil.

A *Agência Solano Trindade* foi, assim, constituída a partir dessa experiência do banco comunitário articulando coletivos e profissionais de produção e circulação de cultura da periferia da zona sul da cidade – numa chave bastante próxima da constituição do banco comunitário. Os empréstimos do *Banco Sampaio* para empreendimentos culturais tornavam-se cada vez mais frequentes e, assim, surgiu a ideia de também articular em rede os coletivos e profissionais de produção cultural da zona sul de São Paulo. Dessa conjunção nasceu a *Agência Popular de Cultura Solano Trindade*. A região tem uma “vocação” para saraus e a sua produção cultural intensa se sobressaia de forma evidente. Deste modo, as lideranç as do *Banco Sampaio* se viram envolvidas com novos atores sociais ligados aos projetos de produção cultural, cada vez mais presentes no cotidiano do banco comunitário.

Rafael Mesquita e Thiago Vinicius de Paula são as principais lideranç as que iniciam a *Agência*. Rafael já despontava na União Popular de Mulheres e seu trabalho chamou a atenção dos agentes da ITCP/USP, que escolhe a Associação como sede de um dos cinco bancos comunitários constituídos em São Paulo inicialmente. O projeto da *Agência Solano Trindade* aparece depois, com o processo de formação de novos empreendimentos ligados à cultura periférica.

Para que pudessem trazer maiores consequências para a produção da cultura periférica era preciso (e   ainda) uma articulação maior de todos. Novas formas de lideranç a social e política incentivam os mais jovens   participação; se por um lado isso representa uma expressão cultural como forma de repensar os parâmetros da entrada no mercado de trabalho, têm também acaba por fomentar novas visões sobre a atuação profissional para as crianç as e jovens que podem observar as experiências da *Agência*. Isso é especialmente importante na periferia de São Paulo para que se possa superar as trajetórias familiares, marcadas naquela região pela violência, por trabalhos de baixa qualificação e remuneração, pela habitação

precária, um acesso limitado e de baixa qualidade dos serviços públicos oferecidos ali e a pouca urbanidade.

Outro aspecto a ser ressaltado é que a formação de uma agência de produção cultural é uma novidade dentro da economia solidária, o movimento trazia para o banco comunitário um saber sobre montagem de cooperativas ligadas aos bancos comunitários, como uma tecnologia que vinha sendo desenvolvida pelo Banco Palmas, de Fortaleza, para que empreendimentos econômicos pudessem ser viabilizados. Mas, como as lideranças desse movimento do Campo Limpo são jovens, sempre lhes parecia improvável a constituição de cooperativas nos moldes mais experimentados pela economia solidária. Rafael Mesquita e Thiago Vinicius, com seus parceiros mais antigos e os novos que iam chegando (fotógrafos, poetas, músicos, atores, maquiadores, artistas plásticos, entre outros, comecem a frequentar a *Associação* e a participar mais ativamente das suas atividades) vislumbraram a formação da *Agência* como uma consolidação da vocação da região para a produção cultural.

A relação no início mais tensa com a economia solidária deu lugar hoje a novos projetos vinculados a essa experiência inovadora da formação da *Agência*, que foi se mostrando potente forma de transformação da realidade local. Essas mudanças são lentas e por vezes não são os dados econômicos que vão demonstrar sua efetiva interferência nas referências dos jovens em suas trajetórias laborais, mas mexem com a subjetividade dos jovens nas suas práticas de trabalho; essa é por fim a mudança mais importante que será possível observar com a chegada dos jovens ao mercado de trabalho.

Para compreender esse processo é fundamental observar que o movimento de cultura era bastante consolidado na zona sul de São Paulo, com saraus literários existentes há mais de uma década, reunindo grande número de poetas, escritores e músicos da região, junto a um público cativo dos movimentos literários, entre outras manifestações, que foram produzindo uma cultura periférica, vencendo as limitações impostas aos moradores locais, a partir da periferia e sobre a periferia. Novas formas narrativas da vida periférica, portanto, ganhavam expressão cultural com reconhecimento e visibilidade.

Sobre a formação de uma cultura periférica pode-se afirmar que os temas abordados pelos livros de Ferréz (como o *Capão Pecado*), pelas músicas dos Racionais MC's eram e são do cotidiano dos moradores da zona sul e davam voz e forma às experiências das vidas vividas na periferia.

A importância dos saraus como os da Cooperifa, organizado pelo poeta Sérgio Vaz, e o Sarau do Binho, como movimentos de cultura fora do centro

estético estabelecido da cidade foi, entre outras coisas, trazer visibilidade a toda uma gama de poetas, músicos e artistas daquele território, com seus repertórios e narrativas próprias. Além disso, um aspecto também de grande importância é que os saraus sempre reuniram os jovens em uma sociabilidade ligada à expressão cultural e política da periferia de São Paulo. A zona sul é um território rico de experiências culturais e dali saem diversos movimentos sociais que vão buscando o fortalecimento dessas experiências como um campo político.

As novas tecnologias da informação e da comunicação (TICs) e seus usos recentes trouxeram modificações importantes para a produção e divulgação dos produtos culturais mexendo em todo o mercado da cultura. Isso abre grandes oportunidades para que haja uma profissionalização maior na periferia de jovens que se interessam pela produção cultural. Há, sem dúvida, uma democratização desses processos que se tornaram mais acessíveis e criaram e fortaleceram novos modos de se produzir e de divulgar os trabalhos. A Internet e as redes sociais são veículos fundamentais nessa cadeia de circulação da cultura e a *Agência* vem conquistando novos parceiros e projetos com o uso combinado dessas tecnologias mais acessíveis a todos.

A atuação da *Agência Solano Trindade* é uma invenção, as ideias surgem e são postas em prática conforme as novas demandas apareçam. A produção e o consumo da cultura produzida na periferia fomentam um mercado de trabalho da cultura que pode interferir na ligação dos jovens ao território e esse movimento é interessante de acompanhar. Nessa medida, se estabelece uma cultura periférica²² forte. Uma novidade no cenário cultural da cidade, e com o passar do tempo esses artistas e produtores foram se tornando conhecidos também no centro (que é como apresentam essas separações estruturais da cidade de São Paulo).

No Brasil as culturas são hierarquizadas em uma série de preceitos, como os critérios de “gosto” que hierarquizam a produção cultural como boa ou ruim, como comercial ou não, como merecedoras de crédito ou não etc. Mas que nessa hierarquização reproduzem lógicas estabelecidas criando e mantendo barreiras territoriais e de classe, como bem mostra Bourdieu (2007). Os jovens são suscetíveis a essas constituições sociais e incorporam essas articulações dos movimentos sociais para modificarem suas práticas através de mudanças subjetivas para ganhar

22 Esse termo cultura periférica é usado por Thiago Vinicius para falar sobre a “produção cultural da quebrada”, como ele fala, e pode ser usado como um marcador político das tensões entre uma “cultura comum” e uma “cultura da periferia”, como o editorial de 2013 da Ação Educativa deixa explicitado. Ver aqui: <http://www.acaoeducativa.org.br/index.php/cultura/80-cultura/10004822-editorial-a-cultura-periferica-e-a-cultura-comum->.

reconhecimento social. Na chave de Honneth (2003), os movimentos sociais são formados buscando constituir aspectos denegados em alguma parte da formação do indivíduo, que busca coletivamente reestabelecer essa parte negada pelo processo de se tornar um cidadão pleno. Desta forma, se o sujeito pode atribuir uma compreensão sobre essa denegação pode buscar uma reparação a ela. A importância desse movimento social também está nesse encontro com os anseios juvenis de construção de uma vida laboral mais autônoma.

Essa tarefa de realizar uma crítica social e buscar formas de reparação é uma das chaves de trabalho que a coordenação do *Banco Sampaio* e da *Agência Solano Trindade* desenvolvem buscando discutir com a comunidade as ideias que surgem e como implantá-las. Assim, foi possível articular uma rede de atores sociais que começaram juntos a pensar e atuar para desenvolver o que se pode chamar de economia da cultura como forma de buscar e canalizar financiamentos para projetos com esse interesse de produtores de cultura, que já atuavam na zona sul de São Paulo. Também com o tempo foram surgindo novas vertentes dessas parceiras, levando para o circuito discussões sobre a diversidade cultural, o que abriu ainda mais a rede de atores sociais, já não somente da zona sul da cidade de São Paulo.

CULTURA PERIFÉRICA, TRABALHO E POLÍTICA

■ O objetivo inicial da formação da *Agência Solano Trindade* era o sustento das experiências, buscando fortalecer a produção da cultura produzida ali. Os grupos de produção cultural existem e sempre existiram na periferia, mas carecem de recursos e financiamentos que consigam viabilizar essa produção de forma mais profissional, para que cada vez mais as expressões culturais sejam vistas pelos jovens como expressões possíveis de serem realizadas e necessárias para uma vida que tenha incorporado a arte como narrativa e como possibilidade de trabalho.

Aqui entramos em uma discussão complexa sobre essa experiência em particular, as formas de realizá-las não se constituem como experiências lineares. Por caminhos que inicialmente desviam rotas, a *Agência* foi chegando a resultados que podem contribuir para fortalecer alguns desses pontos. A luta do movimento social, nessa medida, é pelo alargamento dos espaços e para isso é a política, nos moldes de Rancière (1996) que permite vislumbrar essas disputas.

Há uma dinâmica de trabalho no grupo que faz a gestão da *Agência* e que mantém os projetos em constante movimento: projetos novos sempre são elaborados e há sempre uma ampliação da rede de contatos por todo o país e América Latina, onde têm participado de atividades, congressos e apresentações com ou-

tros coletivos periféricos desses países. O contato com diversos atores sociais, de todo o país, faz com que surjam sempre convites para viagens e novos projetos para serem desenvolvidos.

Para os jovens da região que convivem com a agitação da *Agência* e com a programação cultural dos saraus e outras atividades, novas referências de trabalho se apresentam. Há uma gama nova de possibilidades de profissionalização na área da cultura que podem fazer os jovens buscar uma inserção no mercado de trabalho ligada a essas novas tecnologias disponíveis, desde que possam aprender a utilizá-las como ferramentas de trabalho. Para os jovens que conhecem as referências familiares e escolares pode ser extremamente diferente pensar a sua própria inserção profissional ligada a alguma atividade artística, como: o grafite, a música, a dança, a literatura ou à produção técnica ligada a essas áreas.

Para pensar a inserção no mercado de trabalho dos profissionais de cultura na periferia, em grande medida jovens, podemos pensar na qualificação necessária para trabalhos ligados à cultura. A qualificação profissional, muitas vezes, está estruturada sem levar em consideração os anseios dos jovens no mercado de trabalho. Apresentando um cardápio limitado, os cursos de qualificação e formação profissional para jovens são, geralmente, ligados diretamente ao que o empresário apresenta como demanda. As políticas de qualificação somente conseguem apresentar uma nova perspectiva quando pensadas diretamente para o que os jovens têm interesse. No geral, a gestão pública estabelece parcerias em convênios de execução dos programas de qualificação profissional de um modo bastante tradicional, ligados aos interesses empresariais. Nessa medida, as primeiras propostas da *Agência Solano Trindade* buscavam articular essas dimensões de produção, de profissionalização e de circulação da cultura periférica, para formar uma rede que pudesse se aproximar de uma cadeia produtiva toda realizada na periferia.

As transformações possíveis são lentas e graduais e se referem a como os jovens podem incorporar novas formas de construção das suas trajetórias de vida profissional. O trabalho da *Agência* é fazer chegar aos jovens da região as atividades que vão acontecendo. Thiago Vinicius²³ diz da importância de elevar a autoestima dos jovens, que precisam construir narrativas de vida não conectadas todo o tempo com a violência do cotidiano da periferia de São Paulo. Ao contar sobre a violenta chacina que matou o DJ Lah, no Campo Limpo, em um bar da região, no início de 2013, com mais sete pessoas assassinadas em um caso envolvendo, possivelmente, violência policial, fala do medo que é sempre revivido

23 Em entrevista concedida em fevereiro de 2015.

nesses novos casos. A violência e especialmente a violência policial na periferia deixa marcas. Thiago afirma que essa chacina, assim como outras, trazem medo e recolhimento aos jovens e a rua volta a ser território perigoso.

Nessa medida, a conquista por trabalhos que tragam maior autonomia se apresentam como um grande desafio e exigem atitudes “rebeldes” – que saiam do comum e façam parte da luta pelo direito à cidade na periferia de São Paulo. A construção de práticas que tragam esses espaços em que as periferias possam se tornar territórios ativos da cidade é uma conformação que vai conquistando distintos arranjos através de lutas políticas dos seus moradores. Por vezes, somente os jovens podem realizar mudanças de atitudes, pois apresentam menor responsabilidade em relação a toda uma estrutura que vai se apresentando na vida adulta – amarrando os sujeitos nas formas usuais de organização da vida.

A autonomia pode ser apresentada como trabalhos com uso do tempo diferente, mais determinado pelos sujeitos e não tão organizados pelo trabalho remunerado. Os movimentos sociais na zona sul vêm buscando construir espaços de resistência que possam marcar distinções essenciais na construção da vida dos jovens – novos usos do território, sociabilidades que aproximem, reúnam, dialoguem, além de buscar novas dinâmicas de inserção no mercado de trabalho.

A PARTICIPAÇÃO DA AGÊNCIA SOLANO TRINDADE NA 31ª BIENAL INTERNACIONAL DE ARTE DE SÃO PAULO

■ A produção cultural da periferia vai ganhando novos espaços, reconhecimentos e visibilidade, como foi com a participação da *Agência* na 31ª Bienal Internacional de Arte de São Paulo, em 2014. O convite para a participação da *Agência* coroou um processo de trabalho que, ao mesmo tempo, uniu diversas possibilidades da produção cultural, também inegavelmente conquistou espaços de visibilidade social já que a Bienal Internacional de Arte de São Paulo é uma das exposições mais importantes do circuito internacional da arte. A *Agência Solano Trindade* participou da exposição com apresentações de saraus, coletivos de dança e música.

O tema da 31ª Bienal foi: “Como ... de coisas que não existem”. A colocação do verbo variou de acordo com a programação, como explica o texto de apresentação da exposição. Ora apareceu “como falar de coisas que não existem”, ou “como imaginar coisas que não existem”, ou “como lutar por coisas que não existem”. A arte concebida na exposição como uma manifestação com poder de intervenção, ação, apoio, disseminação, luta em lugares sociais em que, no geral, ela não se manifesta. É dessa maneira, que o convite à participação para a *Agência*

Solano Trindade pode ser compreendido, já que, no geral, os coletivos e artistas da periferia enfrentam maiores dificuldades para chegar a certos universos sociais. A Bienal de São Paulo é um importante espaço de exposição de arte, com um público de massa (essa edição atingiu em torno de 472 mil visitantes²⁴). E assim, há um conjunto de questões complexas sobre o significado dessa experiência e muitos aspectos a serem observados. Em primeiro lugar trata-se de reconhecer a importância da participação em uma exposição de arte desse porte na cidade de São Paulo, para depois qualificá-la em vários âmbitos diferentes. Certamente a Bienal de São Paulo está no calendário das grandes exposições mundiais de arte e sua curadoria sempre apresenta artistas internacionais, constituindo-se como uma vitrine importante para seus participantes. Desta forma, se tratou de uma experiência extremamente rica em sentidos muito diversos, tanto para um lado como para o outro.

Do lado da curadoria da Bienal foi uma possibilidade de conhecer um universo cultural com uma contextualização mais alargada, e que pôde reconhecer na *Agência Solano Trindade* essa expressão cultural como importante de ser mostrada na exposição. Mas também foi uma negociação intensa de como seria essa participação, como seria a remuneração de cada participante e das pessoas da produção da *Agência*. Elementos que parecem desimportantes para outros artistas eram vitais para os participantes da *Agência*: de que o transporte e alimentação pudessem ser feito por alguém ou um coletivo da rede, por exemplo, e que tudo fosse remunerado. Essas tensões marcaram as opções, os formatos, as escolhas dos espaços, de como todos iriam se apresentar.

Para o circuito estabelecido da arte, a cultura periférica, ao ser incorporada, se mostra com o “frescor” necessário para a arte se renovar constantemente. E nesse jogo ora há defesas de um padrão que possa de alguma maneira ser reconhecido como arte e cultura, ora não.

O fato é que ao não se reconhecer alguma expressão como cultura acaba-se por hierarquizar a produção cultural como se pudesse haver nesse campo uma produção melhor do que outras – o que acontece correntemente no mercado da arte e nas curadorias das grandes exposições. Para Pablo Lafuente²⁵, um dos curadores desta Bienal – responsável pelo convite à participação da *Agência Solano Trindade*, essa questão precisa ser enfrentada para que se possa reconhecer a cultura onde quer que ela esteja. Ele fez uma analogia para explicar essa hierarquização

24 Segundo a Fundação Bienal divulgou em seu site: <http://www.31bienal.org.br/pt/post/1988>

25 Entrevista concedida em março de 2015.

como algo inconcebível: “como se pudéssemos dizer a algum povo que a comida que comem está errada”. Ele dizia que nas expressões de cultura essa hierarquização não faz sentido, mas que representa uma hierarquização presente na cidade, que se torna naturalizada nas produções de cultura, e no campo da arte por vezes sequer é percebida nessa chave. Essa hierarquização é naturalizada na cidade de São Paulo, e faz parte da própria estruturação da cidade, portanto, difícil de ser rompida. Foi nesse contexto que se deu a escolha da curadoria para a participação da *Agência Solano Trindade* na Bienal, com a perspectiva de, sobretudo, proceder uma incorporação política de expressões culturais invisibilizadas que pudessem contribuir para mudar a recepção da produção cultural periférica.

A *Agência Solano Trindade* fez na abertura da exposição uma demonstração do que viria por toda a longa programação (que contou com mais de vinte apresentações dos seus coletivos). Na abertura, apresentaram uma escultura chamada de “Treme Terra Esculturas Sonoras”, com uma apresentação que mesclava o coral *Xondaro* do povo Guarani da Aldeia *Tenondé Porâ*, da zona sul de São Paulo, apresentação do poeta Baltazar Honório e uma apresentação de batuque e dança dos povos de terreiros, comandado por Mestre Aderbal Ashogum.

Essa mistura foi sendo construída ao longo do *Percurso da Diversidade*, um dos primeiros projetos idealizados pela *Agência*, e dessa participação surgiu esse encontro entre os Guarani, os povos de terreiro e os saraus. Dessa mistura experimentada nesse primeiro projeto surgiu o convite para a participação na Bienal. Eles apresentaram uma estética deslocada do mundo da arte, para “falar de coisas que existem”, mas se encontram invisibilizadas pelos circuitos de produção e reprodução da vida social na cidade. Assim é o trabalho autônomo para os jovens, as possibilidades existem, mas precisam encontrar as fontes para que possam crescer e modificar os padrões existentes e resistentes à mudanças nas estruturas sociais.

CONCLUSÃO

■ Driblar uma inserção mais “tradicional” no mercado de trabalho pode frequentemente significar, para os jovens, modificações nos padrões de sociabilidade que se reproduzem nas inserções no mundo do trabalho de geração em geração. Os modos mais subalternos e rebaixados das formas de trabalho só podem ser superados coletivamente com aproximações com um campo político, nesse caso especificamente, com a proximidade de movimentos sociais. A imensa desigualdade social brasileira precisa ser enfrentada e algumas chaves para esse enfrentamento podem vir de experiências que transcendam essas práticas de trabalho subalternas

e que são reproduzidas e naturalizadas incessantemente no cotidiano laboral da cidade.

Nesse sentido, não é possível encontrar experiências infalíveis nesses lampejos de mudança, mas é possível apontar como algumas experiências podem contribuir para algumas transformações. Os contextos sócios históricos sempre trazem configurações que modificam os movimentos sociais em suas atuações e seus papéis ao longo do tempo, e, nesse sentido, é possível afirmar que os movimentos sociais tomaram mais recentemente novos lugares na sociedade: são mais institucionalizados hoje do que eram faz duas décadas, mas, possuem outro lugar de enunciado.

As experiências do *Banco Comunitário União Sampaio* e da *Agência Popular de Cultura Solano Trindade* podem trazer para esse campo de discussão suas práticas e modos de fazer que de alguma maneira “inventam” um movimento social que dialoga com vários campos sociais. Um desses campos é o da economia solidária, que vai incorporando nas práticas e concepções muitas dessas criações (assim como o Banco Palmas de Fortaleza trouxe grandes novidades para serem incorporadas à reflexão desse campo). Assim também se passou com as experiências do *Banco* e da *Agência* que foram aos poucos incorporando os discursos e as práticas da economia solidária de forma mais aberta, e as afinidades puderam aparecer e trazer aproximações.

Para ganhar espaços de maior autonomia no mundo do trabalho, é preciso incorporar a juventude em processos menos enquadrados nos ditames das necessidades do mercado de trabalho. E não é a escola pública, nesse momento, de forma geral, que pode proporcionar práticas e conhecimentos que levem a quebras nas estruturas já constituídas de reprodução da desigualdade brasileira. Os movimentos sociais ligados à cultura em São Paulo estão trazendo experiências interessantes nesse campo, e podem contribuir para uma autonomização dos jovens. Com usos do tempo da vida cotidiana mais liberados e em atividades mais criativas: essa é uma mudança de paradigma importante para uma melhora substancial dos processos laborais.

Os sujeitos políticos que põem em questão esse regime do “uso da palavra” e da “partilha do sensível”, como afirma Rancière (2005), lutam para formar uma comunidade política. Ao se determinar através de critérios de “gosto” estabelecidos e naturalizados que na periferia só se faz uma produção artística que não merece ser vista como discurso produzido sobre a realidade, desqualifica-se o que ali acontece em um processo que hierarquiza a cidade e sua produção cultural (em uma dicotomia centro *versus* periferia que ratifica as desigualdades sociais). Em

alguns momentos as políticas e programas públicos de cultura incentivam certa descentralização dessa produção artística, e, nessa medida, são importantes vetores de produção cultural periférica. Embora ainda sejam pouco em volume de recursos, têm grande importância programas como os Pontos de Cultura do Minc no Governo Federal e o Programa de Valorização de Iniciativas Culturais (VAI), no âmbito Municipal; possibilitaram concretamente a realização de diversas ações e produções que puderam ser reunidas, no caso da constituição da *Agência Solano Trindade*, para que essa descentralização da produção dos discursos culturais possa ser desenvolvida com maior reverberação.

A periferia falando sobre a periferia, a partir da periferia e para a periferia (e depois ganhando a cidade) como o que vimos acontecer na participação na 31ª Bienal Internacional de Arte de São Paulo. São novas formas de produção de discursos, uma nova partilha do sensível (Rancière, 2005). Há a formação de um novo campo de disputas e as disputas são no campo das narrativas, de lutar pela atribuição de sentido plausível para as narrativas da periferia, e que elas possam ser “ouvidas” por toda a cidade, inclusive como experiências de trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AÇÃO EDUCATIVA. Editorial: Cultura periférica e cultura comum, 2013. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/index.php/cultura/80-cultura/10004822-editorial-a-cultura-periferica-e-a-cultura-comum->.

BENJAMIN, Walter Sobre o conceito de história. In: LÖWY, Michel. *Walter Benjamin: aviso de incêndio – uma leitura das teses*. São Paulo: Boitempo, 2005.

BERGAMIN, Marta. *Lutas na cidade de São Paulo: Mutirão Recanto da Felicidade e Banco Comunitário União Sampaio*. Tese de doutorado em sociologia defendida na Universidade Federal de São Carlos, 2011.

_____. Qualificação do trabalho na periferia de São Paulo e a experiência da Agência Popular de Cultura Solano Trindade, apresentado no XVI Congresso Brasileiro de Sociologia, Salvador, 2013.

_____. Luta pelo Trabalho na periferia da cidade: onde está o trabalho autônomo? A experiência da Agência Popular de Produção de Cultura Solano Trindade na zona sul da cidade de São Paulo, apresentado no 37º Encontro Anual da ANPOCS, águas de Lindóia, 2013.

BORGES, Ângela. As novas configurações do mercado de trabalho urbano no Brasil: notas para discussão. *Caderno CRH*. Salvador, v. 23, nº 60, p. 619-632, 2010.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

CARDOSO, Adalberto. Juventude, trabalho e desenvolvimento: elementos para uma agenda de investigação. *Caderno CRH*, Salvador. v.26, nº 68, p. 293-314, 2013.

COLI, Juliana. A precarização do trabalho imaterial: o caso do espetáculo do cantor lírico. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 297-320.

CORROCHANO, Maria Carla; FERREIRA, Maria Inês Caetano; FREITAS, Maria Virgínia de; SOUZA, Raquel. Jovens e trabalho no Brasil: desigualdades e desafios para as políticas públicas. São Paulo: Ação Educativa, Instituto Ibi, 2008.

COUTROT, Thomas. *Démocratie contre capitalisme*. Paris: La Dispute, 2005.

DEJOURS, Christophe. *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

FARIA, Maurício Sarda de. *Autogestão, cooperativa, economia solidária: avatares do trabalho e do capital*. Tese (Doutorado em Sociologia) — Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Centro de Filosofia e Ciências do Homem da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2005.

FERRÉZ. *Capão Pecado*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

HONNETH, Axel. *A luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2003.

LIMA, Jacob C. Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho? *Sociologias*. Programa de Pós-Graduação da UFGRS, Porto Alegre, nº 25, p. 158-198, 2010.

MARQUES, Eduardo César; TORRES, Haroldo (Orgs.). *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2005.

OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele (Orgs.). *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo, 2007.

PEREIRA, Luciano. O trabalho em causa na “epidemia depressiva”. *Tempo Social*. São Paulo, Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia,

Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, v. 23, nº 1, p. 67-95, 2011.

PAOLINO, Antonio George. *Economia solidária como projeto cultural e político: a experiência do Banco Palmas*. Tese (Doutorado em Sociologia) — Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento: política e filosofia*. São Paulo: Editora 34, 1996a.

_____. *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo: Editora 34, 2005.

RIZEK, Cibele Saliba. *Práticas sociais e culturais: novas tessituras?* Texto apresentado no 35 Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), Caxambu, 2011.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SEGNINI, Liliana Rolfsen. Acordes dissonantes: assalariamento e relações de gênero em orquestras. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 321-336.

SINGER, André. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), nº 85, p. 83-102, 2009.

SINGER, Paul. Economia solidária — entrevista com Paul Singer. *Estudos Avançados*. São Paulo, Instituto de Estudos Avançados, nº 62, São Paulo, p. 289-314, 2008.

SINGER, Paul; SOUZA, André. *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.

SPITZ, Clarice. Com baixa qualificação, país pode desperdiçar força de trabalho jovem na próxima década. Reportagem do Jornal O Globo, 11/08/2013. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=19372&catid=159&Itemid=75

TELLES, Vera de S. Ilegalismos urbanos e a cidade. *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), nº 84, p. 153-173, 2010.

WACQUANT, Loïc. *Os condenados da cidade: estudo sobre marginalidade avançada*. Rio de Janeiro: Revan/Fase, 2001.

Este livro foi composto por
Cacau Mendes em Adobe Garamond c.11/14 e
impresso pela Stamppa em papel pólen 80g/m²
para a Fundação Konrad Adenauer
em julho de 2015.